UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JESSICA MANFRIM DE OLIVEIRA

**Entre “Grandes” e titulares:
os padrões de nobilitação no Segundo Reinado**

Exemplar Corrigido
São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Entre “Grandes” e titulares:
os padrões de nobilitação no Segundo Reinado**

Jessica Manfrim de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Duarte Dantas

Exemplar Corrigido
São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

0148e Oliveira, Jessica Manfrim de
Entre "Grandes" e titulares: os padrões de
nobilitação no Segundo Reinado / Jessica Manfrim de
Oliveira ; orientadora Monica Duarte Dantas. - São
Paulo, 2016.
170 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Títulos de Nobreza. 2. Brasil. 3. Segundo
Reinado. 4. Províncias. I. Dantas, Monica Duarte,
orient. II. Título.

Aos meus pais, Osmar e Leila, historiadores
natos e que sempre apoiaram minhas
decisões, e a Deus, historiador-mor.

Agradecimentos

Quando começamos um novo caminho, não começamos sozinhos nem acabamos de trilhá-lo sozinhos. Agradecer àqueles que nos acompanham é uma dádiva e um privilégio.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter possibilitado e financiado esta pesquisa.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, da Biblioteca da FFLCH-USP, da Biblioteca do IEB-USP, da Biblioteca do Museu Paulista, do Arquivo Público Mineiro (APM), da Biblioteca da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP pelo auxílio na localização das fontes. Agradeço também aos funcionários da Secretaria de Pós-graduação do Departamento de História da USP.

Agradeço a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Monica Duarte Dantas, por todas as oportunidades de aprendizado e crescimento ao longo desta pesquisa, por sua ajuda, compreensão, sugestões e leitura atenta.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos pelas boas conversas sobre banco de dados e organização de informações.

Agradeço a amizade e companheirismo dos meus colegas da Biblioteconomia: Gilmara dos Santos, Giovanna Victor, Leandro Raniero Fernandes, Sandra Chaparin, Carina Lima, Marina Ferreira, Marina G. Silva, Gilberto Americo da Silva, Felipe Salles Silva, Cinthia Vieira, Simone Andriani, Maria Cristina Xavier, Juliana Segato Delvalle, Michelli Scapol Monteiro. A vida acadêmica e não acadêmica foi mais leve e divertida com vocês!

Agradeço aos amigos historiadores pelos bons almoços no “bandejão” e pelas conversas historiográficas, sempre com muitas risadas: Marina Garcia de Oliveira, Alessandra Soares, Laura Lemmi di Natale, Leonardo Gandia, Filipe Nicoletti, Flávia Gonçalves, Indara Mayer, Matheus Melo Barcelos e Bruno Galeano.

Agradeço a Aninha Keller pela amizade que sobrevive aos anos, às grandes distâncias e à falta de tempo. Obrigada por não me deixar desistir, nunca.

Agradeço a Grennda Garcia pela amizade e ajuda inestimável para essa pesquisa. Sem ela, os deputados provinciais do Espírito Santo não fariam parte deste trabalho!

Agradeço a Felipe Salles Silva pela disposição em perder um trem e tomar chuva em Lisboa apenas para comprar um livro necessário ao bom andamento desta pesquisa!

Agradeço a Vitor Marcos Gregório, André Nicacio e Pedro Aubert por compartilharem suas pesquisas e informações sobre deputados provinciais e corpo diplomático.

Agradeço a Luciana Gruber pelo incentivo e pela boa conversa.

Agradeço a Vivian Costa pela disposição em facilitar a leitura de documentos manuscritos.

Um agradecimento especial para Marina Garcia de Oliveira que acompanhou de perto as etapas desse trabalho. Muito obrigada por sua amizade, apoio e ajuda!

Agradeço a minha família pela compreensão, cuidados, incentivo, abraços, carinho: meus pais, Osmar e Leila, que agora discutem concessão de títulos de nobreza na hora do almoço com muito conhecimento de causa; minhas irmãs Lisany e Evelin que me amam mesmo eu sendo um ser das “humanas” e não das “biológicas”, e, nos últimos tempos, bem ausente; meus cunhados Fábio e Andrei, que considero meus irmãos do coração; meus sobrinhos: Timothy, Tielly e o pequeno Nathan, que deixam os meus dias mais felizes.

Para todos vocês, meu muito obrigado e carinho!

Quando as causas não são reproduzíveis,
só resta inferi-las a partir dos efeitos.

Carlo Ginzburg

Resumo

A presente dissertação pretende apresentar uma análise quantitativa dos títulos de nobreza que foram concedidos ao longo do Segundo Reinado do Império do Brasil (1840 e 1889). Tal análise tem como objetivo compreender quantos e quais títulos de nobreza foram ofertados, por décadas, para províncias específicas, a saber, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, de modo a perceber de que maneira o imperador se relacionava com a nobilitação de figuras provinciais, e se houve alguma província que se destacou e em qual período isso ocorreu. Além disso, classificamos as diversas razões que justificaram as 1.133 concessões de títulos de nobreza, alcançando 19 justificativas diferentes, com o propósito de entender qual o perfil dos nobilitados em cada uma das décadas do Segundo Reinado e se houve uma preocupação da parte do imperador em nobilitar ocupações semelhantes com títulos semelhantes ou de mesma hierarquia. Finalmente, de posse de tais dados, foi possível perceber que a distribuição de títulos por províncias não foi feita de modo equânime (ao longo do tempo), e que tampouco as várias ocupações possíveis tinham o mesmo peso.

Palavras-chave: Títulos de nobreza. Brasil. Segundo Reinado. Províncias.

E-mail da autora: je.manfrim@gmail.com

Abstract

The present thesis presents a quantitative analysis of all nobility titles granted during Brazil's Second Reign (1840-1889). By doing so, a regional quantification, according to different provinces, specially those of Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco and Rio Grande do Sul, was made in order to allow a more proper analyses of the emperor's politics and what it meant in terms of political prominence. Besides that, all titles were duly related to the "reasons" that possibly impelled the government to grant such distinctions. All 1.133 honors and titles, granted along the Second Reign, were accounted for. Finally, an effort was made in order to establish some kind of pattern regarding honors and titles granted, although such patterns are neither common to all regions (along all five decades that were accounted for), nor to different occupations held by those who were entitled.

Keywords: Nobility titles. Brazil. Second Reign. Provinces.

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Rio de Janeiro (simples e agregado)/ total Império.....	68
Gráfico 2: Porcentagem de titulares no Segundo Reinado. Rio de Janeiro (simples e composto) e total outros <i>loci</i>	69
Gráfico 3: Porcentagem de "grandes" no Segundo Reinado. Rio de Janeiro (simples e composto) e total outros <i>loci</i>	69
Gráfico 4: Titulares e "grandes": (Rio de Janeiro + Município Neutro/ Rio de Janeiro/ Município Neutro).....	72
Gráfico 5: Minas Gerais (simples e agregado)/ total Império.....	74
Gráfico 6: Porcentagem de titulares no Segundo Reinado. Minas Gerais (simples e composto) e total outros <i>loci</i>	75
Gráfico 7: Porcentagem de "grandes" no Segundo Reinado. Minas Gerais (simples e composto) e total outros <i>loci</i>	76
Gráfico 8: São Paulo (simples e agregado)/ total Império.....	77
Gráfico 9: Porcentagem de titulares no Segundo Reinado. São Paulo (simples e composto) e total outros <i>loci</i>	78
Gráfico 10: Porcentagem de "grandes" no Segundo Reinado. São Paulo (simples e composto) e total outros <i>loci</i>	78
Gráfico 11: Bahia (simples e agregado)/ total Império.....	81
Gráfico 12: Porcentagem de titulares no Segundo Reinado. Bahia (simples e composto) e total outros <i>loci</i>	82
Gráfico 13: Porcentagem de "grandes" no Segundo Reinado. Bahia (simples e composto) e total outros <i>loci</i>	83
Gráfico 14: Pernambuco (simples e agregado)/ total Império.....	84
Gráfico 15: Porcentagem de titulares no Segundo Reinado. Pernambuco (simples e composto) e total outros <i>loci</i>	85
Gráfico 16: Porcentagem de "grandes" no Segundo Reinado. Pernambuco (simples e composto) e total outros <i>loci</i>	85
Gráfico 17: Rio Grande do Sul (simples e agregado)/ total Império.....	87
Gráfico 18: Porcentagem de titulares no Segundo Reinado. Rio Grande do Sul (simples e composto) e total outros <i>loci</i>	88

Gráfico 19: Porcentagem de "grandes" no Segundo Reinado. Rio Grande do Sul (simples e composto) e total outros <i>loci</i>	88
Gráfico 20: Outras províncias (simples e agregado)/ total Império.....	90
Gráfico 21: Porcentagem de titulares no Segundo Reinado. Outras províncias (simples e composto) e total outros <i>loci</i>	90
Gráfico 22: Porcentagem de "grandes" no Segundo Reinado. Outras províncias (simples e composto) e total outros <i>loci</i>	91
Gráfico 23: Titulares: províncias simples - Município Neutro - Capital/ Paço + províncias.....	95
Gráfico 24: Titulares: províncias agregadas - Município Neutro - Capital/ Paço.....	96
Gráfico 25: Grandes: províncias simples - Município Neutro - Capital/ Paço + províncias.....	96
Gráfico 26: Grandes: províncias agregadas - Município Neutro - Capital/ Paço.....	97

Lista de Tabelas

Tabela 1: Títulos concedidos durante o Primeiro Reinado (1822-1831).....	29
Tabela 2: Títulos concedidos durante o Segundo Reinado (1840-1889).....	30
Tabela 3: Número de Deputados Gerais e Senadores por Província (1826-1889).....	32
Tabela 4: Receita do Brasil e das 5 províncias economicamente mais importantes (1826-1886).....	33
Tabela 5: Quantidade exportada de Café (c) e Açúcar (a) por província em arrobas (1836-1870).....	34
Tabela 6: Títulos concedidos (<i>locus</i> simples e agregado): Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe.....	93
Tabela 7: Empregados do Paço (1840-1889).....	103
Tabela 8: Empregados do Paço com Outras Razões (1840-1889).....	104
Tabela 9: Exército (1840-1889).....	106
Tabela 10: Exército com Outras Razões (1840-1889).....	106
Tabela 11: Marinha (1840-1889).....	108
Tabela 12: Marinha com Outras Razões (1840-1889).....	108
Tabela 13: Conselheiros de Estado com Outras Razões (1840-1889).....	110
Tabela 14: Ministros com Outras Razões (1840-1889).....	111
Tabela 15: Senadores (1840-1889).....	112
Tabela 16: Senadores com Outras Razões (1840-1889).....	112
Tabela 17: Presidentes de Província (1840-1889).....	113
Tabela 18: Presidentes de Província com Outras Razões (1840-1889).....	114
Tabela 19: Judiciário (1840-1889).....	115
Tabela 20: Judiciário com Outras Razões (1840-1889).....	116
Tabela 21: Corpo diplomático (1840-1889).....	117
Tabela 22: Corpo Diplomático com Outras Razões (1840-1889).....	117
Tabela 23: Deputados Gerais (1840-1889).....	118
Tabela 24: Deputados Gerais com Outras Razões (1840-1889).....	119
Tabela 25: Fazendeiros (1840-1889).....	120
Tabela 26: Fazendeiros (Total) (1840-1889).....	121

Tabela 27: Fazendeiros/Capitalistas/Negociantes/Proprietários (1840-1889).....	122
Tabela 28: Capitalistas/Negociantes/Proprietários (1840-1889).....	123
Tabela 29: Capitalistas/Negociantes/Proprietários (Total) (1840-1889).....	124
Tabela 30: Cargos Provinciais (1840-1889).....	125
Tabela 31: Fazendeiros com Cargo Provincial (1840-1889).....	126
Tabela 32: Capitalistas/Negociantes/Proprietários com Cargos (1840-1889).....	127
Tabela 33: Auxílio às forças imperiais (1840-1889).....	128
Tabela 34: Auxílio às forças imperiais com Outras Razões (1840-1889).....	129
Tabela 35: Fazendeiros que auxiliaram as forças imperiais (1840-1889).....	129
Tabela 36: Capitalistas/Negociantes/Proprietários que auxiliaram as forças imperiais (1840-1889).....	130
Tabela 37: Diretores (1840-1889).....	131
Tabela 38: Diretor com Outras Razões (1840-1889).....	131
Tabela 39: Família (1840-1889).....	133
Tabela 40: Alto Clero (1840-1889).....	134
Tabela 41: Alto Clero com Outras Razões (1840-1889).....	135
Tabela 42: Títulos com Razões Variadas (“Outros”) (1840-1889).....	137
Tabela 43: Títulos com Razões Variadas (“Outros”) e Outras Razões (1840-1889).....	138
Tabela 44: Títulos sem informação (1840-1889).....	139

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1: Os “nobres” do Segundo Reinado: história e historiografia.....	17
1.1 O debate historiográfico sobre o significado da nobilitação no Império	21
1.2 Os títulos por província: população, representação e riqueza no Segundo Reinado	28
1.3 “Normas” de titulação e a nobilitação no tempo (1840-1889).	36
CAPÍTULO 2: 1.133 Honras e Títulos: a incógnita das nobilitações no Segundo Reinado.....	40
2.1 Razão e <i>locus</i> da titulação	45
2.2 Cargos e funções: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador	54
2.3 Fazendeiros, negociantes e outros mais	57
2.4 Entre 1.133 honras e títulos e 884 nobilitados	62
CAPÍTULO 3: Do extremo Norte à fronteira Sul: as nobilitações e as províncias no Segundo Reinado.....	65
3.1 Rio de Janeiro	68
3.2 Minas Gerais	73
3.3 São Paulo	76
3.4 Bahia	80
3.5 Pernambuco.....	83
3.6 Rio Grande do Sul.....	86
3.7 As outras 14 províncias.....	89
3.8 Capital e/ou Paço	94
CAPÍTULO 4: Entre senadores e fazendeiros: as razões de nobilitação no Segundo Reinado.....	99
4.1 Os empregados do Paço	101
4.2 O Estado Maior	105
4.3 Os cargos dependentes do governo central	109
4.4 Os deputados gerais	118
4.5 Fazendeiros, negociantes, capitalistas e proprietários	119
4.6 Os cargos provinciais	124
4.7 Auxílio às forças imperiais	127
4.8 Diretores.....	130
4.9 Família, Igreja, “outros” casos e sem informação	132
APÊNDICE A: Tabelas de Títulos por Províncias (1840-1889).....	140
FONTES E BIBLIOGRAFIA	146
Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos <i>loci</i> e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado	155

Introdução

Foge cão que te fazem barão!
Para onde, se me fazem visconde?
[Almeida Garret]¹

Com tais versos, João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garret fez troça, em meados do oitocentos, do número de títulos concedidos pela então rainha de Portugal, Maria da Glória, ou d. Maria II. Apenas em seu reinado (1836-1852), a monarca concedeu 242 baronatos e viscondados. Durante o reinado de seu filho, d. Luís (1866-1880), outros 800 títulos teriam sido concedidos.²

Considerando-se o Império do Brasil, especialmente o Segundo Reinado, um observador contemporâneo talvez pudesse fazer o mesmo tipo de troça, ainda mais se atentasse para o número de títulos concedidos nos últimos anos da monarquia. Se, no Primeiro Reinado, d. Pedro I distribuíra um total de 150 títulos e honras, com uma média de 15 por ano, entre a Maioridade e o golpe republicano, foram concedidos 1.133, alcançando a média de 22,7 ao ano. Tal valor, contudo, pode induzir a erro o leitor, uma vez que, entre os primeiros e os anos finais do reinado de d. Pedro II, as quantidades se alteraram profundamente.

Entre 1840 e 1849 foram concedidos 97 títulos e honras; de 1850 a 1859, 120; na década de 1860³, 173; no decênio seguinte, 262; e, nos últimos dez anos da monarquia, 481. Não bastassem, contudo, as variações de uma década para outra, foram também bastante distintas as concessões entre os diferentes títulos e honras: baronatos sem grandeza, honras de grandeza posteriores para barão, baronatos com grandeza, viscondados sem grandeza, honras de grandeza posteriores para visconde, viscondados com grandeza, condados, marquesados e ducados (sendo que os três

---

¹ João Baptista da Silva Leitão de ALMEIDA GARRET, *apud*, Natércia Maria Carvalho RASTEIRO, *Sociabilidades gastronômicas no Portugal Contemporâneo: práticas, modelos e espaços: sociabilidades burguesas encenadas no espaço privado*, dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2010, p. 20.

² José MATTOSO (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, editorial Estampa, s/d, v. 5, p. 448-49, *apud*, RASTEIRO, *Sociabilidades gastronômicas*, p. 20.

³ Necessário se faz, aqui, uma ressalva. Ainda que formalmente uma década comece em seu primeiro ano e termine no décimo, ou seja, a década de 1860 se referiria aos anos de 1861 a 1870, no presente trabalho utilizamos o termo década para referir ao decênio que começa sempre no ano zero; dado que a Maioridade ocorreu em 1840, e o golpe republicano em 1889, temos um total de 50 anos (pois, pouco depois da ascensão de Pedro II ao trono, já começaram as nobilitações, temporariamente suspensas durante o período regencial). Desta feita, para fins de facilitar a análise, dividimos os referidos 50 anos em 5 décadas, a saber, 1840-49, 1850-59, 1860-69, 1870-79 e 1880-89.

últimos títulos já pressupunham honras, sem que isso necessitasse ser especificado no decreto de nobilitação). Ainda que apresentados pela historiografia nessa ordem, as honras e títulos existentes na monarquia brasileira (e que seguiram o mesmo padrão do Império português), tal sucessão, como será discutido ao longo da presente dissertação, não correspondia, de fato, a uma ordem de importância, ao contrário. Das nove titulações ou honras listadas, duas referiam-se ao que se costumava chamar, então, de “titulares” (os baronatos e viscondados sem grandeza), enquanto as restantes tornavam o nobilitado um dos “Grandes do Império”. Sendo que tal diferenciação era bastante clara para os coevos.

Agora, não bastasse as diferenças inerentes às honras e aos títulos, como também o número crescente de nobilitações ao longo do Segundo Reinado, sua distribuição em termo de região e de ocupação do agraciado também variou imensamente de década para década, província para província, e cargo para cargo.

Conforme discutido no primeiro capítulo, os poucos autores que se dedicaram especialmente à questão das nobilitações no Império, ou que trataram da temática em análises de cunho mais propriamente político, não só apresentam números distintos, como fornecem explicações diferentes para as variações no tempo e no espaço.

A presente pesquisa partiu, justamente, do interesse em entender melhor a lógica das nobilitações no Segundo Reinado, no que tange especificamente à caracterização dos titulados ao longo do tempo, seja em termos de *locus* (termo utilizado para identificar se tal ou qual nobre era vinculado essencialmente a uma província, ou se exercia cargos e funções que remetiam ao governo central ou ao Paço), como também da “razão” da titulação (ou seja, se uma honra ou título foi concedido em razão de ser o agraciado um senador, alto oficial do Exército, fazendeiro, etc.).

Para tanto foi feito um banco de dados, com todos os 1.133 títulos e honras concedidos no Segundo Reinado (e que agraciaram um total de 884 nobres, uma vez que vários deles passaram de barões a viscondes, viscondes com grandeza a condes, e assim por diante, em combinações que também variaram ao longo do tempo). Dada a quantidade de nobilitações, e a dificuldade de levantar dados acerca de todas elas (uma vez que *locus* e razão variavam não só de uma para outra figura, mas também quando uma mesma pessoa tinha seu título elevado), uma série de normas foram seguidas de maneira a padronizar as informações, tanto no que tange às fontes utilizadas, quanto à maneira de definir *locus* e razão.

Fato é que, ao final da pesquisa, foi possível levantar (respeitados, contudo, os limites de uma pesquisa desta natureza), os *loci* de todos os 1.133 títulos e honras concedidos. Contudo, não foi possível encontrar as razões de 3% das referidas nobilitações; uma porcentagem bastante baixa que, consideramos, não interfere, em termos de grandeza, nas análises apresentadas no capítulo 4.

Trata-se, portanto, de um trabalho essencialmente quantitativo, mas que, consideramos, contribui para o entendimento da nobilitação no período em questão.

No primeiro capítulo, nos dedicamos, essencialmente, a recuperar o debate historiográfico acerca das nobilitações durante o Segundo Reinado, recuperando, para melhor esclarecer a questão, não só as particularidades do reinado de Pedro II, mas também dados acerca da representatividade (legislativa) das províncias, sua população e importância econômica, de modo a melhor apresentar os questionamentos que serão referidos nos capítulos 3 e 4.

Em seguida, no capítulo 2, apresentamos, detalhadamente, não só as fontes e bibliografia utilizadas para levantar os dados acerca dos *loci* e razões referentes aos 1.133 títulos e honras concedidos, como também os padrões seguidos na seleção de tais informações. Os problemas e limites encontrados são também minuciosamente especificados.

Finalmente, os capítulos 3 e 4 trazem o resultado de tal levantamento. No terceiro capítulo, tratamos dos títulos e honras a partir do *locus* do titulado, ou seja, se tal ou qual nobilitado vinculava-se a uma província, se sua nobilitação remetia ao exercício de um cargo ou função junto ao governo central ou ao Paço, ou, ainda se as honras ou título recebido referiam-se a um *locus* agregado, caso daqueles que além de terem vínculos com a capital e/ou ao Paço, também tinham ligações com alguma província. No último capítulo, tratamos das “razões”, do que teria levado o governo imperial a conceder a um nobilitado tal ou qual título ou honra; dado que várias eram as ocupações possíveis no Segundo Reinado, tal como explicado no capítulo 2, foi considerado (ou agrupado) um conjunto específico de razões, de forma a dar conta do maior número de informações possível, mas sem que uma diversidade absoluta tornasse impossível qualquer tipo de quantificação.

Capítulo 1:

Os “nobres” do Segundo Reinado: história e historiografia

Título V, Capítulo II, art. 102: O Imperador é Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado. São suas principais atribuições: [...] XI. Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares, e Distinções em recompensa de serviços feitos ao Estado; dependendo as Mercês pecuniárias da aprovação da Assembleia, quando não estiverem já designadas, e taxadas por Lei.
[*Constituição Política do Império do Brasil* de 25 de março de 1824].

Em março de 1824, d. Pedro I outorgou a primeira e única constituição do Império. Além, é claro, de determinar o regime e a forma de governo do país, a Constituição estabeleceu a existência de quatro poderes (e não três, como previsto no projeto de 1823), ou seja, o Executivo, o Legislativo, o Judicial e o Moderador, e também determinou que ao Poder Executivo, representado por seus ministros e pelo monarca, cabia a prerrogativa da concessão de títulos de nobreza.

Ainda que apenas em março de 1824, portanto, a carta do país tenha oficialmente estabelecido a possibilidade da existência de uma nobreza, d. Pedro I, nos dois anos anteriores, já havia distribuído um número significativo de títulos. Em 1822, o monarca concedeu um título de barão e quatro honras de grandeza¹, e em 1823 (durante, inclusive, o funcionamento da Assembleia) um título de marquês e cinco honras de grandeza.²

Entre 1822 e 1823, portanto, d. Pedro havia concedido dois títulos, um de barão e outro de marquês, e também nove honras de grandeza a seis barões, a uma baronesa e a

---

¹ D. Pedro I agraciou Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque com o título de barão da Torre de Garcia d'Ávila em 01/12/1822, concedeu honras de grandeza para Antônio Doutel de Almeida Machado e Vasconcelos Moraes Madureira Feijó (visconde de Mirandela) no dia 19/12/1822, para Joaquim José de Azevedo (visconde do Rio Seco) em 01/12/1822, para Manuel Inácio de Andrade Souto Maior (barão de Itanhaém) em 01/12/1822 e para Pedro Dias Paes Leme (barão de São João Marcos) em 01/12/1822. Decretos de concessão disponíveis em Arquivo Nacional, fundo 53, código 310.

² Thomas John Cochrane (Lord Cochrane) foi agraciado com título de marquês do Maranhão em 12/10/1823. Receberam honras de grandeza nesse mesmo ano: Ana Francisca Maciel da Costa (1ª baronesa de São Salvador dos Campos) em 08/01/1823, Carlos Frederico Lecor (1º barão da Laguna) em 08/01/1823, João Correia Picanço (1º barão de Goiana) em 22/01/1823, Paulo Fernandes Carneiro Viana (barão de São Simão) em 22/01/1823 e Paulo José da Silva Gama (1º barão de Bagé) em 22/01/1823. Decretos de concessão disponíveis em Arquivo Nacional, fundo 53, código 310. Vale destacar que apenas o título de marquês do Maranhão foi ofertado enquanto a Assembleia Legislativa e Constituinte de 1823 esteve reunida. Acerca da polêmica das titulações previamente à sua regulamentação constitucional, ver Marina Garcia de OLIVEIRA, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. 2013. 223 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 99-102.

dois viscondes agraciados anteriormente por seu pai, d. João VI. Ou seja, o monarca do país recém-independente seguia a mesma hierarquia nobiliárquica existente no Período Joanino, e no Império português em geral. Uma diferença fundamental, contudo, se faria a partir de 1822, os títulos não mais poderiam ser de juro e herdade³, sendo, doravante, apenas honoríficos e no máximo por duas vidas.

Os títulos nobiliárquicos de Antigo Regime em Portugal poderiam conferir ao agraciado privilégios fundiários e financeiros – comendas e tenças –, isenção de impostos, e também hereditariedade.⁴ No caso da nova nobreza brasileira, inserida em uma monarquia constitucional, as características desses títulos eram singulares e marcadamente diferentes dos títulos de Antigo Regime: estavam restritos, apenas, ao tempo de vida dos agraciados, dependendo de uma nova concessão para serem transmitidos para as gerações seguintes; não tinham isenção de impostos, nem assentamentos ou qualquer outro privilégio financeiro; não ganhavam automaticamente assento no Senado, não prevendo tampouco a reserva em outros cargos públicos, burocráticos ou militares; finalmente, os titulados do Império não contavam com privilégios judiciais.⁵

Segundo Roderick Barman, na “nova Carta Fundamental, o sistema de honras continuou sob o controle imperial, sujeito à aquiescência do ministro competente”. Em teoria, portanto, ao monarca era facultado criar, modificar, e até abolir os vários graus da nobreza – não podendo, contudo, conceder mercês financeiras sem a aprovação do legislativo –, dependendo, assim, da vontade imperial e da aceitação ministerial, a outorga de títulos de nobreza. Segundo Barman, “Pedro I não modificou o antigo sistema da nobreza portuguesa, cujos graus incluíam, de baixo para cima, barão sem grandeza, barão com grandeza, visconde sem grandeza, visconde com grandeza, conde, marquês e duque”. Vale destacar que os três últimos títulos possuíam inerentemente a qualidade de “grandeza”, sendo que aos agraciados como barões e viscondes, as honras de grandeza

---

³ “Os títulos de nobreza definidos como de juro e herdade eram aqueles que conferiam ao agraciado, além do título, privilégios financeiros, como isenção de impostos e rendimentos, e/ou privilégios fundiários, como comendas, das quais era possível obter rendimentos também.” OLIVEIRA, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, p. 29.

⁴ Nuno Gonçalo MONTEIRO. *O Crepúsculo dos Grandes: a Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

⁵ Roderick J. BARMAN, “Uma nobreza no Novo Mundo. A função dos títulos no Brasil Imperial”. In: Mensário do Arquivo Nacional. Ano 4 – Nº 6 – 1973. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p. 7; Eul-Soo PANG, *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 1988, p. 1.

poderiam ser ofertadas juntamente com o título ou *a posteriori*.⁶ As honras de grandeza davam ao seu portador o direito de frequentar a Corte imperial (direito de admissão)⁷, facilitando o acesso ao imperador.⁸

Entre 1824 e 1831, o governo de Pedro I concedeu 150 graças honoríficas⁹ para 96 pessoas (dentre estas, 5 para mulheres): 134 títulos de nobreza, 2 vidas e 14 honras de grandeza (9 honras para títulos concedidos por seu pai d. João VI e 5 honras de grandeza posteriores ao título de nobreza, ou seja, com outro decreto de concessão). Destes 134 títulos de nobreza, 47 eram de barão (34 sem honras de grandeza, 10 com honras de grandeza ofertadas no mesmo decreto, e 3 com honras de grandeza conferidas posteriormente); 1 baronesa sem honras de grandeza; 47 viscondes (9 sem honras de grandeza, 36 com honras de grandeza em um único decreto, e 2 com honras de grandeza posteriores); 2 viscondessas com honras de grandeza (mesmo decreto); 7 condes e 1 condessa; 25 marqueses e 2 marquesas; e, finalmente, 1 duque e 1 duquesa.¹⁰

Com a abdicação, contudo, a prática de agraciar ficou suspensa por praticamente dez anos. A lei que restringia as atribuições da Regência foi promulgada em 14 de junho de 1831. Entre várias modificações que alteravam o conteúdo do diploma constitucional, constava, no artigo décimo que a regência nomeada exerceria, mediante referenda ministerial, as atribuições que, constitucionalmente, competiam ao Moderador e ao Chefe do Poder Executivo, salvas as seguintes exceções:

A Regência não poderá: 1º- Dissolver a Câmara dos Deputados; 2º- Perdoar aos Ministros e Conselheiros de Estado, salvo a pena de morte, que será comutada na imediata, nos crimes de responsabilidade; 3º- Conceder anistia em caso urgente, que fica competindo à Assembléia Geral, com a Sanção da Regência dada nos termos dos artigos antecedentes; 4º- *Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares e Distinções*; 5º- Nomear Conselheiros de Estado, salvo no caso em que fiquem menos de três, quantos bastem para se preencher este número; 6º- Dispensar as formalidades, que garantem a liberdade individual¹¹.

---

⁶ BARMAN, “Uma nobreza no Novo Mundo”, p. 6. Sobre as honras de grandeza concedidas posteriormente ao título de nobreza, Sérgio Buarque de Holanda diz que “a atribuição da mercê reclama decreto especial, desde que não venha especificada no ato de concessão”. Sérgio Buarque de HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 3: O Processo de Emancipação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 37.

⁷ BARMAN, *Imperador cidadão*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 29.

⁸ BARMAN, *Imperador cidadão*, p. 29; BARMAN, “Uma nobreza no Novo Mundo”, p. 8, 15.

⁹ Para esta pesquisa, entendemos por graças honoríficas: os títulos de nobreza, propriamente, a concessão de vidas e de honras de grandeza, estas duas últimas ligadas diretamente ao título de nobreza recebido, constando ou não do mesmo decreto de concessão do título de nobreza, como explicado acima.

¹⁰ OLIVEIRA, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, p. 78.

¹¹ Atos do Legislativo de 1831 – Lei de 14 de junho de 1831 *apud* OLIVEIRA, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, p. 161. Para as discussões, no Legislativo, acerca da referida lei de 14 de junho de

No que tange ao artigo 4º, é necessário destacar que se referia a uma faculdade do Executivo, e não do Moderador, como se comumente considera. A Carta de 1824 não deixava dúvidas a esse respeito:

CAPITULO II.

Do Poder Executivo.

Art. 102. O Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado.

São suas principaes attribuições: [...]

XI. Conceder Titulos, Honras, Ordens Militares, e Distincções em recompensa de serviços feitos ao Estado; dependendo as Mercês pecuniarias da approvação da Assembléa, quando não estiverem já designadas, e taxadas por Lei.¹²

Porém, tão logo oficializada a Maioridade de d. Pedro II, em 23 de julho de 1840, a prática se restabeleceu, e já em 2 de dezembro do mesmo ano dois foram os agraciados. Ao longo do Segundo Reinado, foram concedidos, ao todo, 1.133 títulos ou honras de grandeza: sendo 757 baronatos, 56 baronatos com honras de grandeza, 69 títulos de visconde, outros 115 de visconde com honras de grandeza, 42 títulos de conde, 20 marquesados, 1 título de duque, além de 62 honras de grandeza para barão e 11 honras de grandeza para visconde.¹³ Necessário se faz, contudo, destacar que os 1.133 títulos e honras de grandeza agraciaram 884 indivíduos (858 homens e 26 mulheres), pois, muitos deles, receberam elevações ao longo do período.

Vale ressaltar que do total de títulos concedidos entre 1840 e 1889, parte significativa foi feita durante as três regências¹⁴ da princesa Isabel. Na somatória geral, os períodos de regência da filha de d. Pedro II responderam por 167 graças honoríficas para 122 pessoas: 156 títulos de nobreza e 11 honras de grandeza. Dentre os 156 títulos, 108 eram de barão (93 sem grandeza, 12 com grandeza no mesmo decreto, e 1 com grandeza

---

1831, ver OLIVEIRA, p. 150-171.

¹² *Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>

¹³ Estamos nos baseando, em termos gerais, nos dados existentes no material *Graças Honoríficas Conferidas no Brasil entre 1808 – 1891*, elaborado por pesquisadores do Arquivo Nacional, na década de 1970, sob a coordenação de José Gabriel Calmon da Costa Pinto, então Chefe do Serviço de Pesquisa Histórica do Arquivo Nacional. Contudo, faz-se necessário destacar que o número total de nobilitações, no Segundo Reinado, elencados acima, não coincide com o referido material, pois, uma vez levantadas as informações acerca do *locus* e da “razão” dos titulados, foi possível perceber que cinco dos baronatos sem grandeza do Segundo Reinado não constituíam, efetivamente, novos títulos – referindo-se os respectivos decretos tão somente à troca das designações.

¹⁴ A princesa Isabel foi regente do império por três vezes: a primeira entre 25/05/1871 e 31/03/1872, a segunda entre 26/03/1876 e 26/09/1877, e a terceira entre 30/06/1887 e 22/08/1888.

posterior); 33 viscondes (14 sem honras de grandeza e 19 com honras de grandeza no mesmo decreto); 10 condes; e 5 marqueses.¹⁵

1.1 O debate historiográfico sobre o significado da nobilitação no Império

Primeiramente, é necessário ressaltar que poucos foram os estudiosos que se debruçaram exclusivamente sobre o tema da nobreza, ainda que vários autores, em trabalhos sobre o Império e o Brasil oitocentista, tenham perpassado a questão. Entre aqueles que se dedicaram com mais vagar ao tema, destacam-se Rui Vieira da Cunha, Roderick Barman, Eul-Soo Pang e Laura Jarnagin.

Rui Vieira da Cunha, genealogista e historiador, escreveu vários livros e artigos dedicados à temática da nobreza brasileira.¹⁶ O enfoque desses trabalhos é o caráter institucional da nobreza brasileira, vista principalmente a partir da legislação do Império. Desta feita, Cunha destaca o caráter essencialmente honorífico da nobreza brasileira, ou seja, “a Nobreza do Império cristalizou os resultados de paulatina evolução que, arrancando de suas origens lusitanas, a revestiu de caráter marcadamente honorífico”. O autor também acredita que a Constituição de 1824 fez “caso omissso da Nobreza e só [a] insculpiu entre as principais atribuições do Poder Executivo”.¹⁷ Omissão por não fazê-la uma atribuição inerente ao poder exercido pelo imperador. O genealogista se apegou, então, a uma abordagem mais biográfica da nobreza brasileira, ora relatando

---

¹⁵ Números extraídos a partir do material *Graças Honoríficas Conferidas no Brasil entre 1808 – 1891*.

¹⁶ Seus principais livros são: *Estudo da Nobreza Brasileira*, publicado em 1966 (volume 1) e em 1969 (volume 2), *Figuras e Fatos da Nobreza Brasileira*, publicado em 1975 e *O Parlamento e a Nobreza Brasileira*, publicado em 1979. No primeiro volume do *Estudo da Nobreza Brasileira*, Cunha aborda o tema dos cadetes tanto em Portugal como no Brasil (período joanino, Primeiro e Segundo Reinados), discorrendo sobre as aptidões familiares para o ingresso como cadete, sua investidura, aspectos pecuniários como alimentação, passagens, bagagem, prêmio, e também o tratamento e os privilégios. No segundo volume, trata dos fidalgos de cotas de armas, em um viés que liga a nobreza com suas origens militares e cujo enfoque está no histórico da heráldica e dos brasões. Rui Vieira da CUNHA. *Estudo da nobreza brasileira I – Cadetes*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1966; Rui Vieira da CUNHA. *Estudo da nobreza brasileira II – Fidalgos de cota-de-armas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969. Em *Figuras e Fatos da Nobreza Brasileira* estão reunidos artigos sobre pontos específicos dos títulos de determinadas pessoas: a questão do assentamento da marquesa de Santos, a situação da outorga do título de marquês do Maranhão para Lord Cochrane e depois a requisição de uma pensão para Lady Cochrane, por exemplo, ou a possibilidades de títulos, tais como o título de duquesa do Ceará para Maria Isabel de Bragança, filha de Pedro I com a marquesa de Santos, falecida quando era um bebê, e a possível outorga do título de barão de Coxilha Negra com grandeza para Deodoro da Fonseca. Rui Vieira da CUNHA. *Figuras e fatos da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975. Já em *O Parlamento e a Nobreza Brasileira* o autor percorre a relação da nobreza com a câmara e o senado, destaca os parlamentares que foram agraciados com títulos de nobreza, dentro do quadro maior da formação do Estado e da Nação. Para essa tarefa vai buscar nas cortes de Lisboa, na Assembleia Constituinte e na Constituição de 1824 os temas envolvendo a questão da nobreza brasileira, ou seja, uma abordagem feita a partir do processo normativo do Império. Rui Vieira da CUNHA. *O parlamento e a nobreza brasileira*. Brasília: Senado Federal, 1979.

¹⁷ CUNHA, *Estudo da nobreza brasileira I - Cadetes*, p. 10, 11, 28.

acontecimentos envolvendo titulados bem conhecidos, ora selecionando comentários de grandes políticos e titulados sobre a instituição e suas relações com a monarquia, a Constituição, os debates na Câmara e no Senado, não aprofundando essas conexões, centrando-se, apenas, no caráter honorífico.

O segundo autor citado, o brasilianista Roderick Barman, dedica-se justamente a destacar as características da nobreza constitucional brasileira e o “manejo do sistema de nobreza” pela política imperial. No que tange a uma apreciação geral da concessão de títulos no Império, considera que um título de nobreza tinha mais vantagens práticas do que formais para o agraciado e sua família: “significava prestígio social, entrada facilitada à Corte Imperial, e certa deferência por parte dos círculos econômicos e políticos”. A nobreza não seria, assim, uma classe privilegiada, ainda que os agraciados se beneficiassem “de sua condição em comparação com os plebeus ocupando uma posição equivalente”. O fato do título não ser hereditário e existir apenas durante a vida do titulado mostraria a tentativa de unir instituições tradicionais e práticas políticas modernas. Para o autor, a estabilidade estrutural da nobreza refletiria o conservantismo institucional do Império, o que, ainda assim, não teria lhe garantido estabilidade política e eficácia.¹⁸

Eul-Soo Pang, também brasilianista, prioriza na sua investigação a relação entre os três monarcas (d. João, d. Pedro I e d. Pedro II) e seus nobilitados, além de analisar as origens sociais e econômicas de alguns agraciados com títulos e a interação dos nobilitados na política. Pang vê a nobreza no Brasil Império como uma elite não aristocrática (principalmente por nobilitar políticos e importantes comerciantes), cujos membros ocupavam posições de poder dentro da sociedade. Ser nobre indicava, para o autor, que o agraciado possuía influência e/ou dinheiro, sendo que “ennoblement meant access to the world of the imperial elite system”.¹⁹

Segundo Pang, dentro desse sistema da elite imperial existiriam dois tipos de nobreza: a econômica e a política. A nobreza econômica emergia da agricultura capitalista e a nobreza política do treinamento para o serviço burocrático. Por essa razão, “the Brazilian imperial nobility was a personal institution, a key adjunct to the Crown. It was not a social institution that had grown out of the economy. Its status as a corporation did not derive from juridical principles, but rather from imperial prerogatives”. Os títulos,

---

¹⁸ BARMAN, “Uma nobreza no Novo Mundo”, p. 6, 8.

¹⁹ PANG, *In pursuit of honor and power*, p. 1, 170-171.

dessa forma, serviam para reforçar os laços da coroa com a elite.²⁰ Tendo em vista justamente a ligação coroa-elite, haveria, para o autor, uma “distribuição sincronizada” de títulos pelas vinte províncias do império, não existindo desproporção entre as diferentes unidades administrativas (ou seja, províncias com altos índices de concessão de títulos em comparação com outras). Ainda assim, o mesmo historiador ressalta que Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, tanto a capital como a província, São Paulo e Minas Gerais mantiveram ao longo de todo o período imperial por volta de 60% dos títulos ofertados.²¹

Conhecedores da importância política e social da nobilitação, d. Pedro I e d. Pedro II teriam explorado bem essa prerrogativa imperial para aumentar a popularidade da monarquia. Os imperadores defenderam, assim, dois critérios para o oferecimento de títulos de nobreza: serviços prestados ao Estado, destinados aos políticos e militares, e serviços prestados à humanidade, entre eles os que participassem de causas religiosas, sociais, educacionais. Contribuições pecuniárias a tais causas eram um dos fatores mais decisivos na seleção para se obter um título. Embora a combinação de substanciais contribuições em dinheiro e boas relações políticas na Corte resultassem frequentemente em enobrecimento, dinheiro apenas não abria portas.²²

Mesmo que as concessões de títulos tenham sido feitas com maior liberalidade nos últimos anos do império, isso não contribuiu para manter a instituição. Pang acredita que “the failure of the imperial nobility as a system can be attributed to the inherent contradictions of the time and place: when and where it was seeded. The nobility was introduced at the wrong time and in the wrong place”.²³

Laura Jarnagin se propôs a lançar um novo olhar sobre a nobreza brasileira: determinar se esta constituiu de fato uma elite com potencial contribuição na política e na sociedade. Para tanto, usou dados estatísticos e descritivos: distribuição regional de títulos (analisando os titulados das cinco províncias economicamente mais importantes: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais), levantamento dos cargos políticos ocupados por titulados, sua graduação de título (barão, visconde, conde, marquês ou duque) e a província de origem.²⁴

---

²⁰ PANG, *In pursuit of honor and power*, p. 63, 82, 126, 264, 265.

²¹ Não fica claro, portanto, se essa distribuição equitativa era feita, de fato, em relação ao número de províncias, ou à quantidade de habitantes por província. PANG, *In pursuit of honor and power*, p. 51.

²² PANG, *In pursuit of honor and power*, p. 53, 63, 64, 164, 264.

²³ PANG, *In pursuit of honor and power*, p. 4-5.

²⁴ Laura JARNAGIN. “The role and structure of the Brazilian Imperial Nobility in society and politics”. In: *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXIX. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979, p. 99-157.

A autora demonstra que dos 980 titulados 690 provinham de cinco províncias: 205 da Bahia e de Pernambuco; 485 do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Destes 980 titulados, 117 possuíam cargos-chave na organização imperial (presidente do Conselho de Ministros, ministro, senador e conselheiro de Estado), e dentro desse grupo de 117, 78 pertenciam às cinco províncias citadas. Finalmente, a autora demonstra que dos 72 membros do Segundo Conselho de Estado, 40 possuíam títulos de nobreza. Munida de tais dados, Jarnagin constrói a hipótese de que a coroa teria usado uma fórmula demográfica como base para a distribuição de títulos de nobreza.²⁵

Ou seja, dentre os autores que se dedicaram integralmente ao estudo da nobreza brasileira oitocentista, temos, portanto, as seguintes hipóteses no que tange à sua importância (ou não) e sua relação com a política: de acordo com a primeira hipótese, a nobreza, marcadamente de caráter honorífico, ficou destituída de função política, e também social, ideia defendida por Cunha; já para Barman, que espousa a segunda hipótese, a nobreza seria uma classe não privilegiada em termos jurídicos, mas com vantagens práticas na sociedade em comparação com não titulados, por exemplo, nas relações sociais e econômicas; finalmente, para Pang e Jarnagin, os nobres compunham uma elite não aristocrática (não constituindo um grupo fechado em si mesmo), ocupando efetiva e numericamente posições de poder dentro da organização imperial.

A temática da nobreza, contudo, não fica restrita somente aos autores que se dedicaram especificamente a essa questão, perpassando também as obras de outros estudiosos que se debruçaram sobre a questão da política e da formação do Estado oitocentistas; especialmente nas obras de Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo de Carvalho.

Para Raymundo Faoro, a nobreza, principalmente sob d. João VI e d. Pedro I, ainda que enquadrasse o agraciado dentro de um estamento burocrático e aristocrático, era desprovida de função pública, ou seja, “o título nobiliárquico, também vitalício, despido do cargo, não logrará formar um quadro efetivo de ação, perdido nos bordados sem conteúdo, não raro vistos com desdém”. Assim, em certos momentos, dado justamente o seu caráter honorífico e não político, a Coroa teria usado da nobilitação para, por exemplo, “domar o proprietário rural”.²⁶

---

²⁵ JARNAGIN, “The role and structure of the Brazilian Imperial Nobility in society and politics”, p. 103, 109, 111, 118.

²⁶ Raymundo FAORO, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008, p. 298, 451. Em sua interpretação, Faoro entende o Estado brasileiro como um Estado patrimonial, com característica marcadamente burocrática, e por essa razão percebe a nobreza como um estamento

Sérgio Buarque²⁷, trabalhando com a ideia de que o Império seria um misto de “transformações imprevistas e irreversíveis” e “tradições renitentes”, e que, apenas no Segundo Reinado, essa combinação heterogênea teria sido apaziguada, considera que as concessões de títulos constituíram uma “aristocracia improvisada e sem raízes”, imagem caricatural da nobreza de linhagem, em que os títulos mais baixos na hierarquia, como o baronato, seriam os mais apropriados para uma terra sem tradições fortes.²⁸

Mesmo que as concessões tenham sido prodigiosas ao agraciar proprietários rurais, Sérgio Buarque destaca que entre os titulados se encontravam indivíduos que não pertenciam a famílias com linhagem estabelecida, como bastardos e mestiços. Segundo o autor, um título não era sinônimo de um lugar garantido entre os dirigentes e nas ocupações burocráticas e políticas do governo; pois receber um título parecia muito mais uma forma de contentar quem não teria acesso aos postos de governança. Ou seja, outros requisitos se faziam fundamentais para a ascensão às posições de comando, e não apenas portar um título nobiliárquico, tais como: apadrinhamento para a carreira política, algum talento, inteligência, formação intelectual, e, principalmente, ser bacharel.²⁹

José Murilo de Carvalho, em suas obras sobre o Brasil oitocentista³⁰, centra-se na construção da monarquia constitucional no Brasil e na análise de quem seria sua elite. Para Carvalho, a preservação da unidade nacional e a consolidação do governo eram frutos da unidade ideológica da elite. Essa elite constitucional brasileira teria suas origens na “política colonial” e na “herança burocrática” portuguesas, cuja homogeneidade ideológica vinha dos bancos das faculdades, primeiro em Coimbra, e depois em São Paulo e Pernambuco, bem como do treinamento no funcionalismo público. Ademais, contribuía também o fato de seu recrutamento, para os serviços do Estado, ser feito

---

(proximidade com o governo e a política). Estamos utilizando a segunda edição da obra *Os Donos do Poder*, pois a primeira edição, publicada em 1958, era reduzida, contando apenas 271 páginas, bem diferente da versão ampliada do estudo publicada em 1975. Cf. Laura de Mello e SOUZA, “Raymundo Faoro: Os Donos do Poder”, In: Lourenço Dantas MOTA (Org.). *Introdução ao Brasil: Um banquete nos Trópicos*. São Paulo: Editora Senac, 1999, p. 337.

²⁷ Consideramos aqui especialmente os seguintes textos e obras: o ensaio “Herança Colonial – Sua Desagregação”, escrito originalmente em 1962, e o livro *Do Império à República*, volume 5, do tomo II da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, publicado em 1972. Cf. Maria Odila Leite da Silva DIAS, “Sergio Buarque de Holanda na USP”. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 8, n. 22, set./dec. 1994.

²⁸ HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 3*, p. 37, 46, 47.

²⁹ HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 3*, p. 38; HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil monárquico. Volume 7*, p. 378, 379.

³⁰ Estamos tratando aqui dos estudos, publicados originalmente em dois livros separados, intitulados *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, de 1980, e *Teatro de Sombras: a política imperial*, de 1988.

dentro dos “setores sociais dominantes”, com educação, ocupação e carreiras políticas similares, o que evitava os conflitos internos e garantia estabilidade e unidade ao Estado brasileiro.³¹

Para Carvalho, a titulação não tinha então uma função política importante, no que tange ao menos à formação desta elite política, ao contrário. Segundo o autor, o elevado número de baronatos concedidos, normalmente, aos grandes proprietários rurais, demonstra o quanto estes não tomavam parte, de fato, da vida política do país, pois dos 77% de barões titulados por d. Pedro II apenas 14% foram ministros durante o Segundo Reinado.³²

Dentre os seis autores mencionados, Sérgio Buarque de Holanda, Eul-Soo Pang e Roderick Barman referem-se especificamente às diferenças entre as titulações no Primeiro e no Segundo Reinado.

Holanda, ao tratar do governo de d. Pedro I, ressalta que a nobilitação servia para granjear adeptos e até cúmplices, resultando no abuso da concessão dessas honrarias. Tratava-se de uma “nobreza de emergência”, pois se multiplicava com rapidez no império nascente. Porém, mais do que isso, ela não se igualava às antigas nobrezas europeias, apesar de existir quem gostasse de ver o império adornado com títulos de nobreza como os da antiga metrópole. Entretanto, não existindo quem pudesse exigir que a concessão de privilégios se baseasse na tradição, houve a criação de novos títulos e titulares.³³

Consoante Pang, o uso da concessão nobiliárquica e as suas motivações teriam sido distintas no Primeiro e Segundo Reinados. D. Pedro I,

politicized the nobility by selectively rewarding those loyal to his perception of the empire as well as those who could reinforce his Power on the periphery. Pedro II, [...], made valiant efforts to bring integrity into the nobility by maintaining high standards for imperial grants of titles, but by the 1850s was persuaded by his advisers to open the door to the nobiliary corporation by liberally inducting men and women of influence, money, and power in an imperial gesture recognizing their social status ipso facto.³⁴

Barman também considera evidentes as diferenças da nobreza formada pelo primeiro e segundo monarcas. Enquanto d. Pedro I se utilizava da prerrogativa de agraciar para reconhecer publicamente e dar status àqueles que formariam uma nova elite

³¹ CARVALHO, *A Construção da Ordem*, p. 21, 34, 39, 42, 43, 229.

³² CARVALHO, *A Construção da Ordem*, p. 257, 258.

³³ HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 3*, p. 36.

³⁴ PANG, *In pursuit of honor and power*, p. 53, 63, 64, 164, 264.

dominante (elite esta de cunho aristocrático e escolhida por sua compatibilidade com o governante, visando, dessa forma, estabelecer o controle sobre o país); para seu filho, d. Pedro II, que nutria desprezo pelo cerimonial, a nobreza manteve-se sem mudanças que contribuíssem para sua utilização como instrumento político. Segundo o autor, “os títulos foram concedidos, por vezes, para conseguir pequenas vantagens políticas, saldar obrigações pessoais ou silenciar solicitações persistentes. Embora tal não afetasse o sistema da nobreza, pois os títulos conferidos eram, por exemplo, distribuídos com alguma equidade entre as províncias do império, neutralizou em grande parte o que poderia ter sido uma fonte de força e estabilidade para o Império”. Barman menciona ainda que os agraciados por Pedro II “provinham de um número reduzido de grupos sociais” (políticos, fazendeiros, banqueiros, comerciantes, profissionais liberais, corpo diplomático, oficiais da marinha e do exército), e eram agraciados com os graus mais baixos da hierarquia como o de barão (com ou sem grandeza) e o de visconde (com ou sem grandeza), prática que não trouxe renovação para os quadros da instituição. Para Barman, a maior liberalidade da parte do imperador teria criado grande número de defensores da nobreza.³⁵

Em trabalho recente, Marina Garcia de Oliveira, aprofundou e renovou as perspectivas acerca do significado da nobilitação no Primeiro Reinado.

Em 1822, d. Pedro concedeu cinco distinções; em 1823, seis; em 1824, três; em 1825, 45; em 1826, 61; em 1827, uma; em 1828, dez; em 1829, onze; em 1830, oito; sendo que, em 1831, ano de sua abdicação, não houve nenhum agraciado. Diante desses números, salta aos olhos a quantidade de títulos concedidos em dois anos cruciais para o Primeiro Reinado, 1825 e 1826. Em 1825, foi assinado o tratado de reconhecimento da independência do Brasil por Portugal e, em 1826, ocorreu a abertura do Legislativo brasileiro, o que indica que o monarca procurou fazer da nobilitação uma estratégia política para conseguir apoio para o seu governo.³⁶

Não bastasse isso, “uma parte dos nobilitados, cujos títulos eram puramente honoríficos, também recebeu assentamento pago pelo Conselho da Fazenda, um tipo de posição que gerava rendimentos financeiros anuais, ainda que não transmissível aos herdeiros”; prebenda paga especificamente aos marqueses.³⁷

---

³⁵ BARMAN, “Uma nobreza no Novo Mundo”, p. 9, 11, 12, 14, 15, 17.

³⁶ OLIVEIRA, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, p. 79.

³⁷ Aparentemente contrária à Constituição, tal prática assentava-se, contudo, no disposto pela “lei de 20 de outubro de 1823, que determinava continuarem em vigência as leis aprovadas até a regência de Pedro I, e que a prática de concessão de assentamentos do Conselho da Fazenda em terras brasílicas fora inaugurada

A proibição à Regência de conceder títulos, não foi, contudo, a única lei aprovada, no pós-Abdicação, a alterar as práticas anteriores acerca da nobilitação. A reforma do Tesouro Nacional, com a respectiva abolição do Conselho da Fazenda (e, portanto, dos referidos “assentamentos”), tornou-se lei em outubro de 1831. Quatro anos depois, em outubro de 1835, outra norma legal extinguiu definitivamente os morgados e bens vinculados em geral, resquícios de Antigo Regime que, aos olhos da maioria dos representantes, maculavam a ideia de uma nobreza por merecimento.³⁸

Dessa forma, a aprovação dessas leis colocou fim em dois resquícios do Antigo Regime ainda existentes no Império do Brasil, os morgados e o Conselho da Fazenda. Assim, ainda que a nobreza tenha sido mantida, e que Pedro II (como seus ascendentes) também tenha feito uso político da distribuição de títulos, já não se tratava exatamente da mesma prática nobilitadora; a hierarquia, claro, era a mesma, mas não mais podia ser dada aos administradores de grandes morgados, como o visconde da Torre de Garcia d’Ávila, e, tampouco, podia ser acompanhada de uma mercê como o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda, com o qual haviam sido brindados onze senadores nobilitados com seus marquesados em 1826. Com a maioria, o Brasil continuaria a ter uma nobreza, mas, doravante, uma nobreza de fato constitucional, uma nobreza afeita ao espírito liberal da carta que estabelecera uma monarquia representativa no país.³⁹

A nobreza do Segundo Reinado tornava-se, então, tal como prescrito na Carta de 1824, uma instituição puramente honorífica. Nem mesmo nobilitados com os títulos mais elevados, como o marquês do Paraná e o duque de Caxias, poderiam ser agraciados senão com o próprio título de nobreza.

1.2 Os títulos por província: população, representação e riqueza no Segundo Reinado

Segundo Oliveira, portanto, no Primeiro Reinado não houve nem uma linha ascendente na concessão de títulos (elemento evidente, no caso do Segundo Reinado, especialmente nas décadas de 1870 e 1880)⁴⁰, e tampouco uma distribuição “equitativa”

---

por d. João VI, sem ter sido explicitamente revogada por lei posterior, não havia, de fato, em termos do texto das leis, impedimento algum para sua concessão”. OLIVEIRA, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, p. 12, 15.

³⁸ OLIVEIRA, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, p. 172-173.

³⁹ OLIVEIRA, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, p. 203.

⁴⁰ Ainda que já mencionado na Introdução, vale lembrar que, no caso da presente pesquisa, contrariamente à norma do calendário, as décadas do Segundo Reinado referem-se aos períodos entre 1840 e 1849, 1850 e 1859, 1860 e 1869, 1870 e 1879 e, finalmente, 1880 e 1889.

entre as diferentes províncias (uma vez que, dentre os marqueses, por exemplo, sobressaíam aqueles vinculados ao Rio de Janeiro, a Minas Gerais e a Bahia).⁴¹ Nesse sentido, os achados da historiadora, paralelamente à sua constatação quanto às diferenças na prática da nobilitação entre o Primeiro e o Segundo Reinado (alguns deles já evidentes nos gráficos baixo), impelem a um questionamento de uma série de premissas da historiografia acerca da nobilitação entre 1840 a 1889.

Tabela 1:

Títulos concedidos durante o Primeiro Reinado (1822-1831)											
Títulos concedidos durante o Primeiro Reinado (por ano)	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	Vida no Título	TOTAL GERAL POR ANO
1822	1	2			2						5
1823		5						1			6
1824	2					1					3
1825	15		8	1		19		1		1	45
1826	7	2	1	7		9	8	25	1	1	61
1827						1					1
1828	5				1	4					10
1829	5		1		1	3			1		11
1830	3	1		3		1					8
1831											0
TOTAL POR TÍTULO	38	10	10	11	4	38	8	27	2	2	150
MÉDIA POR ANO	3,8	1	1	1,1	0,4	3,8	0,8	2,7	0,2	0,2	15

Referências: Marina Garcia de OLIVEIRA, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*, dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2013.

⁴¹ Entre os baianos, estavam, por exemplo, Antonio Luis Pereira da Cunha (marquês de Inhambupe de Cima), Clemente Ferreira França (marquês de Nazaré), José Egídio Álvares de Almeida (marquês de Santo Amaro), José Joaquim Carneiro de Campos (marquês de Caravelas), entre os mineiros, estavam, por exemplo, João Gomes da Silveira Mendonça (marquês de Sabará), João Severiano Maciel da Costa (marquês de Queluz), Manuel Jacinto Nogueira da Gama (marquês de Baependi) e Felisberto Caldeira Brant Pontes (marquês de Barbacena), e entre os fluminenses, estavam, por exemplo, Francisco Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá), Mariano José Pereira da Fonseca (marquês de Maricá). OLIVEIRA, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, especialmente o subcapítulo “Titular para governar: d. Pedro I e a nobilitação dos senadores no Primeiro Reinado”.

Tabela 2:

Títulos concedidos durante o Segundo Reinado (1840-1889)										
Títulos concedidos durante o Segundo Reinado (por década)	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
1840-1849	58	14	4	1	3	10	5	2		97
1850-1859	62	15	10	2	1	22	3	5		120
1860-1869	109	14	21	3		14	9	2	1	173
1870-1879	193	9	3	17	4	32	1	3		262
1880-1889	335	10	19	46	3	36	24	8		481
TOTAL POR TÍTULO	757	62	57	69	11	114	42	20	1	1133
MÉDIA POR ANO	15,14	1,24	1,14	1,38	0,22	2,28	0,84	0,4	0,02	22,66

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.⁴²

Primeiramente, há que se colocar a questão do que vários dos autores consideram uma equidade na distribuição de títulos entre as diferentes províncias, fato levantado por Barman, Pang e Jarnagin. Porém, enquanto Roderick Barman coloca apenas a existência de tal equidade (sem explicar em referência a que), Pang e Jarnagin ressaltam a existência de uma fórmula demográfica para tal distribuição (com um maior número de títulos concedidos a figuras provenientes das províncias mais populosas, como Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo). O que se percebe, então, é uma tentativa, por parte dos autores, de desvendar uma lógica nas distribuições, sem, contudo, se alcançar um denominador comum entre eles. Ademais, se Pang e Jarnagin mencionam a questão populacional como central, chama a atenção que as cinco províncias referidas fossem aquelas com maior representatividade junto ao legislativo imperial, além da evidente importância de suas economias para as finanças do país.

No que tange à questão populacional, vale recuperar, para melhor se considerar a questão, alguns dados sobre a população das diferentes províncias brasileiras e a forma de representação de cada unidade no Legislativo do Império. Pelo censo de 1872, a

⁴² Dada a quantidade de fontes e referências bibliográficas utilizadas para preencher o banco de dados que possibilitou a análise dos *loci* e razão dos nobilitados, entre 1840 e 1889, optou-se por listar todas, ao final, como um item específico das **Fontes e bibliografia**. Assim, sempre que os dados de uma tabela ou gráfico partiram de tal conjunto de obras, a referência será sempre a mesma, remetendo à listagem ao final.

população brasileira se constituía de mais de 10 milhões de pessoas. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco abarcavam juntas 62% da população do império (equivalente a 6.255.774 de habitantes).⁴³ A Constituição de 1824 previa uma fórmula matemática proporcional feita a partir do número da população de cada província para definir a quantidade de deputados, e com base no número de deputados se retirava o número de senadores (metade do número de representantes na Câmara). Entretanto, já em 1824 se estabeleceu um número fixo de deputados por província, comprometendo assim a proporcionalidade⁴⁴, pois a população aumentou no decorrer dos anos e não houve alteração desse número na mesma proporção que o crescimento populacional.

A partir do número de deputados, conforme a Carta do Império, determinava-se a quantidade de senadores por província, sendo este a metade do número de representantes da Câmara (menos um, caso o número de deputados fosse ímpar). O barão de Javari registrou que “era de cinquenta o número primitivo de Senadores” e na sua lista final dos representantes do Senado contou 60 senadores⁴⁵. Na tabela abaixo podemos ver o número inicial de deputados gerais por províncias e sua quantidade na última legislatura do império, e também o número de senadores.

---

⁴³ Pelo Censo de 1872, Alagoas tinha 348.009 habitantes, Amazonas 57.610, Bahia 1.379.616, Ceará 721.686, Rio de Janeiro 1.094.576 (só a Capital contava com 274.972 pessoas, e o restante da província com 819.604), Espírito Santo 82.137, Goiás 160.395, Maranhão 360.640, Mato Grosso 60.417, Minas Gerais 2.102.689, Pará 275.237, Paraíba do Norte 376.226, Paraná 126.722, Pernambuco 841.539, Piauí 211.822, Rio Grande do Norte 233.979, Rio Grande do Sul 446.962, Santa Catarina 159.802, São Paulo 837.354, Sergipe 234.643, totalizando os 10.112.061 de habitantes do Império. Destes 10 milhões, 1.510.806 eram escravos e 8.601.255 livres. Do número total de escravos, 820.000 estavam nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912, v. 1, p. 252 (p. 285 do arquivo PDF). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=720>>; PRADO JR, *História econômica do Brasil*, p. 358; TAUNAY, *Pequena história do café no Brasil*, p. 166.

⁴⁴ *Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)*, p. 6. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>; DOLHNIKOFF, *O pacto imperial*, p. 226-227.

⁴⁵ Barão de JAVARI, *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*, 2. ed., Rio de Janeiro, 1962, p. 413.

Tabela 3:

Número de Deputados Gerais e Senadores por Província (1826-1889)						
Províncias do Império	Nº de Deputados 1ª Legislatura (1826-1829)	Nº de Senadores	Nº de Deputados 6ª Legislatura (1845-1847)	Nº de Senadores	Nº de Deputados 20ª Legislatura (1886-1889)	Nº de Senadores
<i>Bahia</i>	13	6	14	7	14	7
<i>Pernambuco</i>	13	6	13	6	13	6
<i>Minas Gerais</i>	20	10	20	10	20	10
<i>Rio de</i>	8	4	10	5	12	6
<i>São Paulo</i>	9	4	9	4	9	4
<i>Alagoas</i>	5	2	5	2	5	2
<i>Amazonas*</i>	-	-	-	-	2	1
<i>Ceará</i>	8	4	8	4	8	4
<i>Cisplatina**</i>	2	1	-	-	-	-
<i>Espírito Santo</i>	1	1	1	1	2	1
<i>Goiás</i>	2	1	2	1	2	1
<i>Maranhão</i>	4	2	4	2	6	3
<i>Mato Grosso</i>	1	1	1	1	2	1
<i>Pará</i>	3	1	3	1	6	3
<i>Paraíba do</i>	5	2	4	2	5	2
<i>Paraná***</i>	-	-	-	-	2	1
<i>Piauí</i>	1	1	2	1	3	1
<i>Rio Grande do Norte</i>	1	1	1	1	2	1
<i>Rio Grande do Sul</i>	3	1	3	1	6	3
<i>Santa</i>	1	1	1	1	2	1
<i>Sergipe</i>	2	1	2	1	4	2
Total	102	50	103	51	125	60

*A representação para a província do Amazonas só aparece na 8ª Legislatura (1850-1852) e conta com 1 deputado e 1 senador. Fonte: Barão de JAVARI, *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*, p. 311.

**A Cisplatina tornou-se Estado independente em 1828.

***A representação para a província do Paraná só aparece na 9ª Legislatura (1853-1856) e conta com 1 deputado e 1 senador.

Referência: Barão de JAVARI, *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*, 2. ed., Rio de Janeiro, 1962.

Entre a 1ª Legislatura (1826-1829) e a última (1886-1889), a despeito de um crescimento populacional de 263% (com um acréscimo de 8.718.751 habitantes à população de 1830), o aumento no número de deputados foi de apenas 22,55%, ou seja, com apenas 23 novos deputados; e no caso do Senado, apenas 10 representantes foram acrescentados.⁴⁶ A Bahia, por exemplo, ao ganhar um novo assento na Câmara, recebeu

⁴⁶ Levando-se em conta que em 1830 o Brasil tinha 5.340.000 de habitantes, quatro anos depois de estabelecido o número de deputados, e que a população praticamente dobrou em número em 1872, chegando a 14.058.751 habitantes em 1889, o crescimento do número de deputados, de 102 representantes para 125, e de senadores de 50 para 60 pode ser considerado muito pequeno frente a um aumento populacional significativo. Os números estimados da população do império foram extraídos de *Anuário*

também outra vaga no Senado. O Rio de Janeiro passou de 8 deputados para 10 e depois 12, tendo o número final de senadores elevado para 6. Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo tiveram representação constante durante o império, a despeito de um crescimento populacional distinto (Pernambuco, por exemplo, passou de 841.539 habitantes, em 1872, para 1.030.224 em 1890; Minas Gerais em 1872 tinha 2.102.689 habitantes e em 1890 saltou para 3.184.099; e São Paulo possuía 837.354 habitantes em 1872 e em 1890 contava já com 1.384.753).⁴⁷ A maioria das demais províncias sofreu alguma alteração em sua representação no Legislativo central.⁴⁸ Esses dados nos mostram que Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo eram as províncias mais bem politicamente representadas e consequentemente as mais importantes no jogo das disputas internas pelo poder.

Se a representação nacional pouco oscilou ao longo do império, o mesmo não se pode dizer da riqueza produzida pelas cinco principais províncias aqui mencionadas, como vemos na tabela a seguir.

Tabela 4:

Receita do Brasil e das 5 províncias economicamente mais importantes (1826-1886)						
Balanco/ Receita	Brasil	Bahia	Pernambuco	Rio de Janeiro	Minas Gerais	São Paulo
1826	5.393:944\$911	1.598:143\$688	1.242:706\$958	4.000:365\$760	314:085\$401	197:850\$480
1855-1856	38.634:356\$105	1.067:782\$745	1.011:295\$011	2.589:469\$381	687:449\$123	653:599\$914
1885-1886	130.309:404\$730	2.624:098\$797	2.466:423\$019	4.993:801\$952	3.651:353\$450	3.802:199\$858

Referência: Liberato de Castro CARREIRA, *História financeira e orçamentária do império do Brasil*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

Percebe-se, por essa tabela, que o crescimento da receita do Brasil foi de pelo menos 24 vezes desde 1826. Bahia e Pernambuco, contudo, decrescem ao longo dos anos, com momentos de certa recuperação e de estagnação, enquanto Minas Gerais e São Paulo se beneficiaram de um crescimento econômico constante. O Rio de Janeiro, por sua vez, se compararmos os dados de 1826 com aqueles do fim do Império, teve um crescimento moderado, tendo sofrido uma baixa considerável em meados do século.

Estatístico do Brasil 1936, p. 41 (p. 57 do arquivo PDF). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=720>.

⁴⁷ ANUÁRIO Estatístico do Brasil 1936, p. 45 (p. 61 do arquivo PDF). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=720>.

⁴⁸ Onze províncias ganharam entre 1 e 3 deputados e entre 1 e 2 senadores: Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do sul, Santa Catarina, Sergipe. Dentre essas províncias o Rio Grande do Sul foi a que recebeu mais: passou de 3 deputados para 6 e de 1 senador para 3. Alagoas, Ceará, Goiás e Paraíba do Norte não tiveram sua representação alterada.

A produção brasileira de café no século XIX é outro fator que deve ser considerado na análise e que colabora para a demonstração da importância da variação econômica das províncias no oitocentos no que tange às relações entre política e economia. Em 1822, a produção de café compreendia 18,4% da exportação brasileira, com 190.060 sacas de 60 Kg, o que correspondia a 3.866 contos de réis. Já em 1889 representava 61,5% das exportações, com 5.586.000 sacas no valor de 172.258 contos de réis. Em 1859, a safra fluminense compunha 78,41% da produção cafeeira, a paulista 12,13%, a mineira 7,78%, e a baiana apenas 0,26%.⁴⁹

Tabela 5:

Quantidade exportada de Café (c) e Açúcar (a) por província em arrobas (1836-1870)				
Bahia	Pernambuco	Rio de Janeiro	Minas Gerais	São Paulo
	1836-1840 1.856.267 (a)	1836-1837 2.253.090 (c)	1837-38 211.000 (c)	1836 584.516 (c)
1850-1851 146.221 (c) / 4.170.690 (a)	-	1849-50 8.031.011 (c)	1847-48 393.000 (c)	-
1854 93.252 (c) / 2.983.219 (a)	-	1854-1855 7.950.000** (c)	-	-
1856-1857 273.781 (c) / 2.510.905 (a)	1856-1860 3.235.133 (a)	1856-1857 7.950.000** (c)	-	1856-1857 746.673 (c) / 39.706 (a)
1857-1858 245.855 (c) / 1.776.513 (a)	-	1857-1858 7.950.000** (c)	1857-58 686.054 (c)	1862-1863 2.413.385 (c) / 11.144 (a)
1861-1862 195.648 (c) / 3.609.963 (a)	1861-1865 3.116.066 (a)	1860-1861 7.554.735 (c)	1861 1.427.014 (c)	1866-1867 2.343.994 (c) / 111 (a)
-	1866-1870 4.215.267 (a)	1869 8.926.247 (c)	1869 2.155.182 (c)	1869-1870 3.342.251 (c)
**Média de exportação entre 1852-1859				

Referência: Afonso de Escragnolle TAUNAY, *Pequena História do Café no Brasil (1727-1937)*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945; Afonso de Escragnolle TAUNAY, *História do café no Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939, v. 3, t. 1; Peter L. EISENBERG, *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo apresentaram produções de café sempre crescentes em um período de mais ou menos 30 anos do império. A produção de açúcar em São Paulo, que no começo do século XIX convivia com a produção de café, sofreu queda vertiginosa, passando de 39.706 arrobas em 1856 para 111 arrobas em 1866. Situação inversa ocorreu na Bahia: o principal item de produção baiana sempre foi o açúcar, apesar de também produzir café. Em 1850, a produção de açúcar ficou na casa dos 4.170.690 de arrobas e o café não passou de 146.221 arrobas. A produção em 1861

⁴⁹ TAUNAY, *Pequena história do café*, p. 7, 8, 52.

dos dois itens caiu para 3.609.963 arrobas de açúcar e 195.648 arrobas de café. Pernambuco, de acordo com Afonso Taunay, comprava o excedente da produção de café de outras províncias⁵⁰, pois o açúcar era o produto de exportação. Sua produção na província mais que dobrou entre 1836 e 1870.

Segundo Celso Furtado, na primeira metade do século XIX, os preços do açúcar e do algodão caíram progressivamente, itens predominantes na produção das províncias do norte, principalmente Bahia e Pernambuco (os produtores de açúcar tiveram que dobrar a produção de açúcar na década de 1840 para receber o mesmo valor da década de 1820), o que explica a produção pernambucana mais que dobrar, enquanto, a partir de 1830, o café se tornou o principal item de exportação brasileira na região próxima à Corte.⁵¹ Caio Prado Junior menciona que, em meados do XIX, o Brasil ocupava o quinto lugar entre os produtores mundiais de cana-de-açúcar, com menos de 8% da produção total. O oposto ocorreu com o café: se sua produção era pequena no começo do século XIX (mesmo nas áreas do centro-sul, que ainda e dedicavam majoritariamente à produção de açúcar), com a exportação de apenas 3.178 sacas de 60 Kg de café entre 1821 e 1830, no período de 1831-1840, o número de sacas subiu para 10.430. Já o decênio de 1861-1870 contou com 29.103 sacas, chegando a 51.631 sacas na última década do império.⁵²

Como se verifica acima, portanto, do momento pós-independência até a queda do império a balança comercial das províncias se alterou profundamente, tanto no valor quanto no que se referia aos produtos exportados. Contudo, como demonstram alguns historiadores, essa variação econômica não foi necessariamente seguida por uma alteração na balança de poder. Conforme Sérgio Buarque de Holanda, a despeito da Bahia e Pernambuco terem perdido parte de sua importância econômica ao longo do século, elas mantiveram sua importância política no Império. Como exemplo, o historiador traz o caso específico da Bahia, que teria se mantido como berço de políticos habilidosos, de parte dos principais estadistas do império. Considerando-se todo o período imperial, a partir de 1847 quando foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, mais de 1/3 dos presidentes eram baianos. Nas duas últimas décadas do Império (de 1868 a 1889), quando, em termos econômicos, o crescimento de São Paulo era incontestável, de um total de 130 ministros, 26 eram baianos, 18 eram provenientes de Minas, 15 do Rio de Janeiro, 12 pernambucanos e apenas 10 eram paulistas. Holanda complementa esses números com

---

⁵⁰ TAUNAY, *Pequena história do café*, p. 69, 70.

⁵¹ FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, p. 146, 147, 161.

⁵² PRADO JR, *História econômica do Brasil*, p. 158-160.

a seguinte frase: “Essas cifras mostram como à economia mais dinâmica e expansiva de certas áreas se pode dar alguma importância na formação dos grupos dirigentes do país, apesar da forte centralização do poder, mas também mostram que elas não prevalecem sobre preferências regionalistas ditadas pela tradição”.⁵³

José Murilo de Carvalho também aponta uma relação inversamente proporcional entre representação política, de deputados e ministros, e a produção de riqueza das províncias. Enquanto Bahia e Pernambuco eram super-representados e apresentavam queda na receita, São Paulo e Rio de Janeiro sofriam com a sub-representação e mostravam alto crescimento econômico. Para Carvalho, há “um nítido quadro de descompasso entre a economia e a política”.⁵⁴

Desta feita, mesmo que representação no legislativo imperial e importância econômica mostrem-se, indubitavelmente, fatores centrais nas nobilitações, há que se ponderar se a distribuição dos títulos entre as províncias se dava também de forma equitativa no que diz respeito à hierarquia dos títulos.

Barman, Pang e Jarnagin destacam, em seus trabalhos, a questão da hierarquia dos títulos (mostrando, por exemplo, as nítidas diferenças entre um marquesado e um baronato sem grandeza), ainda assim, em suas análises estatísticas, trabalham com uma fictícia equivalência entre os títulos, ou seja, ao tratarem conjuntamente todos os títulos concedidos, necessariamente fazem tábula rasa das diferenças entre as hierarquias inerentes à nobilitação.

1.3 “Normas” de titulação e a nobilitação no tempo (1840-1889)

Desta feita, a fim de tentar compreender o significado das concessões no Império, consideramos fundamental separar os títulos em duas categorias diferentes, para, dessa forma, melhor trabalhar com suas especificidades: baronatos e viscondados sem grandeza pertenceriam ao primeiro grupo; honras de grandeza, condados, marquesados e ducados estariam em um segundo grupo. Tal separação advém das próprias características inerentes a esses diferentes graus, pois baronatos e viscondados não tinham

---

⁵³ HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil monárquico. Volume 7*, p. 316-320. Ainda sobre essa questão, Holanda cita que até a década de 1860, a influência provincial principal sobre o governo era e continuaria a ser a Bahia, depois vinham as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco, nessa ordem. Entretanto, a importância de São Paulo e a do Rio Grande do Sul começavam a ser sentidas e a imporem-se nas decisões políticas (p. 318, 319).

⁵⁴ CARVALHO, *A Construção da Ordem*, p. 134-141.

automaticamente honras de grandeza, que possibilitavam acesso à Corte e ao imperador, diferentemente de condados, marquesados e ducados que intrinsecamente já possuíam honras de grandeza. Necessário se faz ressaltar que tal distinção já era feita no século XIX. Entre 1844 e 1853, no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, na parte referente às “Casas Titulares do Império”, vinham arrolados os marqueses, condes, viscondes com grandeza e barões com grandeza, para, somente depois, constar a lista de viscondes e barões. A partir de 1854, contudo, tal diferenciação se fez ainda mais evidente. No item “Corte Imperial”, constava a lista de “Grandes do Império”, ou seja, marqueses, condes, viscondes com grandeza e barões com grandeza; terminado tal arrolamento, seguiam-se as viúvas titulares (de falecidos esposos que haviam sido agraciados com os títulos anteriormente mencionados). Passava-se, então, a uma série de cargos do Paço, como aquele de camareira-mor, damas do Paço, “Gentis-homens da Imperial Câmara”, Ajudantes de Campos, Veadores, entre outros. Só então, e não mais sob o título de “Corte Imperial”, mas sim “Casa Imperial”, vinham os viscondes e barões sem grandeza.⁵⁵ Tal divisão, portanto, mostra-se fundamental para melhor aquilatar o peso de cada província em relação às titulações ao longo do Segundo Reinado; diferenciação a que poucos autores parecem ter atentado, ou que, quando o fizeram, atribuíram a práticas que não condizem com os resultados da presente pesquisa.

Roderick Barman menciona que existiam “normas”, ainda que tácitas e não efetivamente reguladas, para determinar qual título seria concedido, em especial no Segundo Reinado. O título de barão sem grandeza, para o historiador, se destinava a figuras que ele classifica como “titulares medianos”, sem, contudo, ao longo do trabalho, definir, de fato, quem seriam eles. Já os baronatos com grandeza seriam reservados, conforme o brasilianista, a “oficiais militares e para os companheiros intelectuais do Imperador”; enquanto grandes fazendeiros e viúvas de homens influentes receberiam o título de visconde ou viscondessa sem grandeza. Já o título de visconde com grandeza abarcaria “renomados políticos, Senadores e Conselheiros de Estado”. Os condes, por sua vez, viriam do alto clero, bispos principalmente, sendo as condessas “viúvas de viscondes eminentes”. Pessoas com mérito excepcional, como líderes políticos e militares,

---

⁵⁵ ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844-1889. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394b&pesq=>>;
<<http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>>;
<<https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/familiascearenses/conversations/topics/121>>.

receberiam, então, o título de marquês.⁵⁶ Como se verá adiante, contudo, a classificação de Barman não coincide com as informações levantadas.

Pang, por sua vez, chama a atenção para a relação entre concessões nobiliárquicas e conjunturas. O autor destaca que o equilíbrio entre oferta e demanda era difícil de manter, pois frequentemente a situação política de cada época, o grau de popularidade dos imperadores e da casa real, e as condições econômicas da sociedade tinham grande influência no fluxo de títulos. Por exemplo, entre 1865 e 1871, justamente os anos referente à Guerra do Paraguai (que se iniciara em 1864 e terminaria em 1870), foram concedidos 169 títulos.⁵⁷

Nesse mesmo sentido, José Murilo de Carvalho destaca o aumento progressivo, da concessão de títulos hierarquicamente baixos, fenômeno que teria sofrido singular aumento nos anos de 1871, 1885 e 1888 em razão da promulgação das leis emancipacionistas e da abolição da escravidão (ou seja, da Lei do Ventre Livre, em 1871, da Lei dos Sexagenários, em 1885, e, finalmente, da Lei Áurea, em maio de 1888). Consoante o autor, no período entre 1860-1864, 51 baronatos sem grandeza foram conferidos; já entre 1870 e 1874, o número subira para 120 concessões; nos últimos cinco anos de vida do império, o Poder Executivo ofertou 238 baronatos, e somente nos anos de 1888 e 1889 outros 173. Para Carvalho, “a Coroa tentava devolver em símbolo de *status* o que retirava em interesse material” e, nessa perspectiva, a distribuição de títulos por d. Pedro II teria promovido ainda mais a nacionalização da monarquia com relação aos proprietários rurais.⁵⁸

Raimundo Faoro, em obra anterior, já havia colocado tal questão. Para o autor, se d. Pedro I concedera títulos a políticos e militares, seu filho nobilitou, entre outros, banqueiros, comissários e fazendeiros, especialmente nos últimos anos da década de 1880.

O Império não se sustenta sobre o povo, na faixa da população sem poder econômico, sem altos empregos e sem chefias partidárias. Voltam-se os gabinetes da hora derradeira da monarquia para os seus sustentáculos tradicionais, cortejando-se com os títulos nobiliárquicos. João Alfredo concedeu 129 títulos – 84 de barão, 33 de visconde, 7 de conde e 5 de marquês. [...] Ouro Preto, em apenas cinco meses de

---

⁵⁶ O único título de duque do Segundo Reinado foi dado a Caxias pela sua atuação na Guerra do Paraguai, pois Pedro II se absteve de agraciar seus genros com o título de duque. BARMAN, “Uma nobreza no Novo Mundo”, p. 15, 16.

⁵⁷ PANG, *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*, p. 162.

⁵⁸ CARVALHO, *A Construção da Ordem*, p. 257-258.

governo, prodigalizou 93 títulos – 83 de barão, 9 de visconde e 1 de conde. [...] Graças à munificência nobilitadora. A República surpreendeu 7 marqueses, 10 condes, 54 viscondes e 316 barões, fazendeiros, homens de dinheiro, políticos e escritores.⁵⁹

Levantados os dados sobre os titulados do Segundo Reinado, nem as normas de Barman parecem se sustentar, e tampouco o afã de nobilitar fazendeiros como um fenômeno específico das décadas de 1870 e 1880 (como será discutido no capítulo 4).

Fazendeiros, negociantes e capitalistas já vinham sendo agraciados desde praticamente a maioridade, sendo excepcional a quantidade de títulos a partir de 1887. Mas tampouco, como se verá nos próximos capítulos, os viscondados simples (sem grandeza) pareciam o destino certo daqueles que viviam do produto da terra, já que a maioria ou bem não passou de barão, ou começou com o título mais baixo, em geral, sem grandeza.

---

⁵⁹ FAORO, *Os Donos do Poder*, p. 488.

Capítulo 2:

1.133 Honras e Títulos: a incógnita das nobilitações no Segundo Reinado

Considerando as observações listadas no capítulo anterior, a fim de mais propriamente avaliar o peso das províncias nas titulações, por um lado, e o perfil dos titulados do Segundo Reinado, por outro, algumas ponderações devem ser feitas antes de adentrar nas opções e formas de qualificação adotadas na presente dissertação.

Primeiramente, há que se questionar o quanto o local de nascimento e morte do titulado servem como parâmetro para se considerar o *locus* de sua titulação. Como discutido anteriormente, a bibliografia acerca da nobilitação do Brasil e, especialmente, sobre o Segundo Reinado, pouco esclarece acerca dos parâmetros selecionados para determinar se tal ou qual nobre poderia, de fato, ser vinculado a uma ou outra província. Laura Jarnagin, por exemplo, se refere à franca predominância de cinco províncias (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e São Paulo), mas não esclarece qual teria sido seu critério para tal distinção.

Em nobiliarquias, genealogias e dicionários bibliográficos, publicados no oitocentos ou já nos séculos XX e XXI, é comum que todos aqueles que nasceram ou morreram em tal ou qual província sejam referidos como titulares a ela vinculados. Entre tais obras destacam-se, por exemplo, os *Titulares Baianos*, de Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho, ou o *Dicionário Biographico de Pernambucanos Célebres*, de Francisco Augusto Pereira da Costa. Como se não bastasse isso, outras obras de teor semelhante ainda listam, entre os titulados referidos à província, todos aqueles que não só ali nasceram ou morreram, como aqueles que exerceram algum tipo de cargo ou função na província, caso, por exemplo, do *Nobiliário Sul-riograndense*, de Mário Teixeira de Carvalho, ou da obra *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*, de Milson Coutinho.¹

Antes de avançar nas explicações acerca de como foi preenchido o banco de dados, parece necessário explicar porque tais vinculações podem levar, em vários casos, a

---

¹ Antonio de Araújo de Aragão BULCÃO SOBRINHO, *Titulares Baianos*, 1946. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/uranoandrade/titulares-baianos>>; Francisco Augusto Pereira da COSTA, *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221687>>; Mario Teixeira de CARVALHO, *Nobiliário Sul-riograndense*. Porto Alegre: Renascença, Edigal, 2011; Milson COUTINHO, *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Editora Instituto Geia, 2005. Disponível em: <<http://content.yudu.com/Aygvn/FidalgoseBares/resources/395.htm>>.

conclusões no mínimo duvidosas acerca das titulações. Primeiramente, o uso do local de nascimento e morte, *per si*, traz distorções consideráveis na análise das titulações. Nada melhor, para esclarecer este ponto, do que citar alguns exemplos.

Francisco Manuel Barroso da Silva nasceu em Lisboa, Portugal, em 23 de setembro de 1804 e faleceu em Montevidéu, Uruguai, em 8 de agosto de 1882. Filho de portugueses que vieram para o Brasil juntamente com a esquadra de d. João VI, ingressou na Marinha, chegando ao posto de almirante. Ficou conhecido pela participação em combates no Rio da Prata, entre 1826 e 1828, e na Guerra do Paraguai, em que se destacou por sua participação na batalha de Riachuelo, como comandante da força naval, que liderava como vice-almirante à frente da Fragata Amazonas. Sua atuação lhe rendeu o título de barão de Amazonas com grandeza, concedido por d. Pedro II em 3 de janeiro de 1866, que em nada se relacionava quer com seu local de nascimento, quer com onde viria a falecer.²

Outro exemplo, talvez mais conhecido, seja aquele de José da Costa Carvalho, o marquês de Monte Alegre. Carvalho era baiano de nascimento e bacharel em Direito por Coimbra. Pouco depois de voltar à América foi designado para ocupar o cargo de ouvidor em São Paulo. Foi também por São Paulo, que conseguiu assento na Assembleia Constituinte de 1823. Entre 1826-1829 e 1830-1833, representou a província da Bahia na Câmara dos Deputados, nesse ínterim foi escolhido membro da Regência Trina Permanente (de 1831 a 1834). Em 1838, novamente assumiu uma vaga junto ao ramo temporário do legislativo imperial, desta vez representando a província de São Paulo; não terminou seu mandato, pois, em 1839, tornou-se senador por Sergipe. Em 1841, foi agraciado com o título de barão de Monte Alegre e, no ano seguinte, tornou-se Conselheiro de Estado. Quando recebeu o título de visconde com grandeza, em 1843, havia há pouco ocupado a presidência de província de São Paulo e fora eleito presidente do Senado (de 1842 a 1843). Em 1854, foi finalmente elevado a marquês, pouco mais de dois anos depois de ter deixado a presidência do Conselho de Ministros, que assumira em 1849.³

Vale citar ainda o caso do primeiro marquês de Lajes. João Vieira de Carvalho nasceu em 16 de novembro de 1781 em Olivença, Portugal, e morreu no Rio de Janeiro em 1º de abril de 1847. Estudou no Colégio dos Nobres em Portugal, seguiu carreira militar, vindo a assentar praça em 1796, tornando-se alferes em 1801. Lutou contra os franceses

---

² Afonso ZUQUETE (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Vol. 3. Lisboa: Edições Zairol, 2000, p. 567; Barão de VASCONCELOS e Barão SMITH de VASCONCELOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCXVIII, p. 42.

³ S. A. SISSON, *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 81-84.

em Portugal no ano de 1808, partindo para o Brasil depois da conquista francesa do território português. Participou como sargento-mor de Engenharia nas campanhas do Sul em 1811-1812 e 1816-1817. Em 1827, ganhou a patente de marechal. Ademais, fundou a Escola de Menores do Arsenal do Exército, reorganizou a Fábrica de Pólvora, construiu um asilo para inválidos e a Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro. Foi ministro da Guerra em 10 gabinetes diferentes (entre 1822 e 1839), ministro do Império em 1826, membro do Conselho de Estado a partir de 1826, escolhido senador pela província do Ceará em 1829, e presidente do Senado entre 1844 e 1846. Se os títulos de barão de Lajes com grandeza e conde de Lajes lhe foram ofertados ainda no Primeiro Reinado em 1825 e 1826, respectivamente, o marquesado foi concedido já em 25 de março de 1845, por d. Pedro II.⁴ Naquele ano, Lajes era então senador pelo Ceará, sendo titulado quando exercia a função de presidente da Câmara alta.

Não bastasse a problemática em si dos locais de nascimento e morte, é necessário também levar em conta as reconfigurações administrativo-territoriais ocorridas ao longo do Império. Os casos do barão de Antonina e do barão de Cotegipe são emblemáticos a esse respeito.

João da Silva Machado, barão de Antonina com honras posteriores de grandeza, nasceu em Taquari, Rio Grande do Sul, em 17 de junho de 1782, e morreu em São Paulo no dia 19 de março de 1875. Foi tropeiro, fundou várias povoações, abriu estradas entre São Paulo e Rio Grande do Sul. Foi deputado provincial por São Paulo em 1835-1837, 1838-1839, 1840-1841 e 1842-1843, recebendo o título de barão em 1843, por d. Pedro II, enquanto exercia este cargo. Recebeu honras de grandeza, concedidas também por d. Pedro II, ao título de barão em 1860, período em que já estava no Senado, representando, desde 1854, a província do Paraná. Para contextualizarmos a concessão das honras de grandeza para o barão de Antonina, temos que lembrar, então, que a província do Paraná foi criada em 1853, a partir do desmembramento da 5ª comarca da província de São Paulo. Antonina, por sinal, era uma vila portuária pertencente à 5ª comarca de São Paulo e depois à província do Paraná. O baronato concedido deve ser entendido, portanto, como referente à sua atuação política frente à província de São Paulo, enquanto as honras de grandeza já remetiam à recém-criada província do Paraná.⁵

---

⁴ ZUQUETE (Org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 638; JAVARI, *Organizações e programas ministeriais*, op. cit.

⁵ ZUQUETE (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*. vol. 3, p. 569; Ronaldo VAINFAS (org.), *Dicionário do Brasil Imperial*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, p. 441; Barão de JAVARI, *Organizações e programas ministeriais*, op. cit.

Outro caso que demonstra as complicações inerentes ao local de nascimento é aquele do barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley. Quando do seu nascimento, em 23 de outubro de 1815, a Vila da Barra do Rio Grande, local em que veio ao mundo, pertencia à província de Pernambuco. Em 1827, contudo, a comarca do São Francisco, onde se localizava a Vila da Barra, foi desanexada de Pernambuco, tornando-se parte da província da Bahia. Até o ano de sua nobilitação, em 1860, com o título de barão de Cotegipe com honras de grandeza, Wanderley já tinha sido eleito deputado geral pela Bahia nas legislaturas de 1843-1844, 1845-1847, 1848, 1850-1852 e 1853-1855, e havia exercido os cargos de presidente da província da Bahia em 1852, ministro da Marinha em 1855 e da Fazenda em 1856; tendo sido escolhido senador também pela Bahia, no mesmo ano de 1856.⁶

Desta feita, para a identificação de títulos ofertados no quesito geográfico, local de nascimento e de morte dos agraciados servem apenas como referências pontuais e um indício para uma análise conjunta de cargos e atividades econômicas.

O caso do barão de Amazonas com grandeza serve também como exemplo para se colocar outra questão referente às nobilitações no Império, qual seja, a da designação dos títulos. Francisco Manoel Barroso da Silva não tinha qualquer relação com a província do Amazonas (criada em 1853, mais de uma década antes da concessão de seu título, portanto). A designação remetia, como mencionado, ao nome da fragata que comandava por ocasião da batalha de Riachuelo.

Exemplos mais conhecidos, no que tange às designações, e sua relação com questões mais imediatas e, em tudo, distante no local de nascimento e morte do nobilitado, são aqueles de Honório Hermeto Carneiro Leão, Paulino José Soares de Souza e Luís Alves de Lima e Silva.

Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná, nasceu em Jacuí, Minas Gerais, no dia 11 de janeiro de 1801, falecendo em 4 de setembro de 1856 no Rio de Janeiro. Formou-se em Direito em Coimbra. Exerceu as funções de presidente da província do Rio de Janeiro em 1841 e de Pernambuco em 1849, de deputado geral por Minas Gerais (nos anos de 1830-1833, 1834-1837 e 1838-1841), de senador por Minas Gerais nomeado em 1842, de ministro da Justiça em 1832 e 1843, ministro dos Estrangeiros em 1843, ministro da Fazenda em 1853, de presidente do Conselho de Ministros em 1853 (conhecido como Gabinete da Conciliação) e de conselheiro de Estado (de 1842 até sua morte); e

---

⁶ VAINFAS (org.), *Dicionário do Brasil Imperial*, op. cit., p. 441.

deputado provincial pelo Rio de Janeiro nas legislaturas de 1838-1839 e 1840-1841. Foi ministro plenipotenciário na Argentina, membro do Conselho do Imperador, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.⁷

Notório político, Honório Hermeto se destacou ao presidir a província de Pernambuco com o objetivo de pacificar a região após a Revolta Praieira, deflagrada em 1848; e ao ser enviado em missão diplomática no ano de 1851, para negociar o fim do conflito entre Argentina e Uruguai, conhecido como Guerra Grande. Foi justamente sua atuação no começo da década de 1850 que lhe rendeu o título de visconde de Paraná com grandeza em 26 de junho de 1852, concedido por d. Pedro II. A designação “Paraná” remetia ao rio Paraná que marcava a fronteira do Brasil e desaguava na bacia do Prata, palco dos conflitos que Honório Hermeto ajudou a resolver. Já o marquesado foi ofertado, em 2 de dezembro de 1854, quando presidia o chamado gabinete da Conciliação, mantendo-se, como era costume, a designação anterior.⁸

Paulino José Soares de Sousa, visconde do Uruguai com grandeza, nasceu em Paris, no dia 4 de outubro de 1807, e faleceu, na cidade do Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1866. Começou seus estudos em Coimbra, mas se formou em Direito em São Paulo. Foi presidente da província do Rio de Janeiro em 1836, conselheiro de Estado (1853-1866), deputado geral pelo Rio de Janeiro nas legislaturas de 1837, 1838-1841, 1842, 1843-1844, 1846-1847 e 1848, senador pelo Rio de Janeiro em 1849, ministro da Justiça em 1840, 1841 e 1843 e ministro dos Negócios Estrangeiros em 1843, 1849-1853; deputado provincial também pelo Rio de Janeiro nas legislaturas de 1835-1837 e 1840-1841, e presidente da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro em 1841. Atuou como ministro plenipotenciário em Paris na questão territorial entre o Brasil e a Guiana. Pertenceu ao Conselho do Imperador.⁹

O viscondado com grandeza lhe foi concedido em 2 de dezembro de 1854, por d. Pedro II. A designação Uruguai se refere ao rio Uruguai, que juntamente com o rio Paraná, delimitava as fronteiras brasileiras. A designação remetia, portanto, à importância de

---

⁷ ZUQUETE (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*. vol. 3, p. 664; VASCONCELOS e SMITH de VASCONCELOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*, pp. 331-332; JAVARI, *Organizações e programas ministeriais*, op. cit.; Bruno Fabris ESTEFANES. *Conciliar do Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. 2010. 211 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 14.

⁸ ESTEFANES, *Conciliar o Império*, p. 16-17.

⁹ Pedro Gustavo AUBERT. *Entre as ideias e a ação: o visconde de Uruguai, o direito e a política na consolidação do Estado nacional (1850-1866)*. 2011. 201 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 1; ZUQUETE (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, op. cit., p. 730; VASCONCELOS e SMITH de VASCONCELOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*, op. cit., p. 519, 520; JAVARI, *Organizações e programas ministeriais*, op. cit.

Soares de Sousa na resolução dos conflitos na região do Prata, quando exercia o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros (1849-1853).¹⁰

Luís Alves de Lima e Silva, o único duque titulado no Segundo Reinado, nasceu em Porto da Estrela, Rio de Janeiro, no dia 25 de agosto de 1803, e faleceu em Jurapanã, também Rio de Janeiro, em 7 de maio de 1880. Pertencente a uma família de militares, entrou para o Exército, cursando a Academia Militar, começou sua vida militar atuando na expulsão das tropas portuguesas da Bahia, em 1822-1823, lutou depois na Cisplatina (1825-1828) e, em 1840, foi indicado comandante militar e presidente da província do Maranhão, com o objetivo de derrotar os rebeldes balaíos e pacificar a província. Foi em razão de sua atuação no Norte do Brasil que, em 1841, recebeu o título de barão de Caxias – em referência à cidade de Caxias, no Maranhão, ocupada, por longo tempo pelos rebeldes. Ainda que suas elevações posteriores, a saber, conde, marquês e duque, se referissem à sua atuação em outras rebeliões e na Guerra do Paraguai, a designação Caxias lhe acompanhou até o final da vida.¹¹

Se, portanto, local de nascimento/morte e designação do título não podem ser utilizados para referenciar o *locus* das nobilitações, necessário se fez considerar outras variáveis. Variáveis utilizadas também para determinar a razão da titulação.

2.1 Razão e *locus* da titulação

Voltemos, mais uma vez, ao barão de Amazonas com grandeza, um alto oficial da marinha, cuja atuação na Guerra do Paraguai lhe rendeu o título. No Império, Marinha e Exército eram diretamente vinculados aos respectivos ministérios, ou seja, Marinha e Guerra, o que significava que cabia ao governo imperial determinar a ascensão na carreira e que posições ou batalhas deveriam enfrentar. Desta feita, os títulos conferidos a oficiais das duas armas, quando referidos especificamente à sua atuação como oficiais, eram títulos que remetiam ao governo central (e não a alguma província específica). A fim de diferenciar aqueles titulados pela província do Rio de Janeiro, e os nobilitados por

---

¹⁰ ESTEFANES, *Conciliar o Império*, p. 16, 146.

¹¹ Em 1845, foi elevado a conde de Caxias, desta vez por sua atuação, desde 1842, na repressão à Farroupilha e à pacificação da província do Rio Grande do Sul. Por sua participação na Guerra Grande, em 1851-1852, foi elevado a marquês de mesma designação em 26 de junho de 1852. A elevação para duque, em 1869, veio, como mencionado, em razão de sua atuação na Guerra do Paraguai. ZUQUETE (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 596; S. SISSON, *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, vol. 1, p. 19-22; Monica Duarte DANTAS, *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 297; JAVARI, *Organizações e programas ministeriais*, op. cit.

ocupação de cargos de responsabilidade do governo central, chamamos estes últimos de “capital” (que não deve ser confundido, como será explicado à frente nem com a cidade do Rio de Janeiro, e menos ainda com os cargos do Paço).

Assim, todos os cargos dependentes de indicações do Executivo foram considerados como “capital”. Enquadram-se, nesses casos, o alto oficialato da Marinha e do Exército (de responsabilidade dos respectivos gabinetes). No que tange aos oficiais do Estado Maior, sua inclusão decorre não somente do conhecido número de titulares nobilitados em razão de sua participação em batalhas, rebeliões e, claro, na Guerra do Paraguai, como também, segundo Adriana Barreto de Souza, do fato de que oficiais do Exército e da Marinha (que, rotineiramente eram indicados para chefiar as respectivas pastas ministeriais), eram “parte integrante da elite política imperial”, destacando, a autora, por exemplo, a numerosa participação de altos oficiais no Conselho de Estado.¹²

Consoante essa mesma lógica, o alto clero também foi considerado como “capital”, já que, em razão do Padroado, a nomeação de religiosos para funções na hierarquia secular dependia diretamente do ministério da Justiça, até o ano de 1862, quando foram transferidas para o ministério do Império.¹³

Ao ministério do Império cabia nomear os presidentes de província, e, desde 1841, seus vice-presidentes.¹⁴ Aqueles que ocupavam a presidência quando da titulação, ou logo antes, também foram considerados como “capital” (a despeito da província em qual serviam). O baixo índice de vinculação dos presidentes com as províncias que deveriam administrar (ainda que não fosse, tampouco, de todo incomum a indicação de alguém com interesses ou raízes econômico-políticas com a circunscrição) já foi bem retratado na historiografia.¹⁵

No caso dos vice-presidentes (seis ao todo, por província), vale lembrar que o Ato Adicional atribuiu tal escolha às Assembleias Provinciais¹⁶, mas que, já em 1841, coube

---

¹² Adriana Barreto de SOUZA, *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 56, 59.

¹³ Sobre a organização do ministério da Justiça, consultar Rodrigo SÁ NETTO, *O Império brasileiro e a secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1821-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. A referência à transferência das funções do ministério da Justiça para a pasta do Império está na página 11. O livro está disponível para consulta em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/2010/imprio_brasileiro.pdf>.

¹⁴ “Decreto de 18 de setembro de 1841. Ordena que os Vice-Presidentes das Províncias sejam da livre nomeação do Imperador”. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1841*, parte 1, p. 33-34. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>.

¹⁵ José Murilo de Carvalho, em sua obra *A construção da ordem*, ressalta claramente esse ponto e chega a afirmar que alguns deles, como Herculano Ferreira Pena, que presidiu oito diferentes provinciais, tornaram-se quase “administradores profissionais de províncias”. CARVALHO, *A construção da ordem*, p. 95.

¹⁶ DOHLNIKOFF, *O Pacto Imperial*, p. 103.

novamente ao Executivo central tal indicação. Ainda assim, considerando as ponderações da historiografia especializada, que ressalta o quanto era comum que os vice-presidentes, mesmo depois de 1841, fossem pessoas ligadas à província em questão, optou-se, nesse caso, por considerar, como *locus*, tanto a província quanto a “capital”.

Entre a partida de um presidente e a chegada de seu sucessor podia decorrer um lapso de tempo bastante grande. Os negócios da província eram entregues então a um presidente interino, escolhido entre os seis vice-presidentes, também nomeados pelo imperador e **integrantes da elite local de homens públicos**.¹⁷

Ao ministro dos Negócios Estrangeiros, por sua vez, cabia nomear todos os funcionários do que chamamos “corpo diplomático”, destacando-se os Ministros Plenipotenciários, os Encarregados de Negócios, os Enviados Especiais, Cônsules e chefes de Legação.¹⁸ A importância de tais cargos para a concessão de títulos é praticamente autoevidente, sendo os casos de Honório Hermeto Carneiro Leão e Paulino Soares de Souza, mencionados acima, alguns dos exemplos mais conhecidos.

No caso do Poder Judiciário, o posto de mais alta distinção era aquele de ministro do Supremo Tribunal de Justiça (criado por lei de 1828), e obviamente a presidência daquela corte. Em seguida vinham os desembargadores das Relações; em se tratando do Segundo Reinado, havia quatro relações em 1840: Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco; sendo criadas posteriormente, por decreto de 1873, as relações do Pará (respondendo também pela província do Amazonas e com sede em Belém), Ceará (com jurisdição sobre o Rio Grande do Norte e sede em Fortaleza), São Paulo (com jurisdição também sobre o Paraná e sede em São Paulo), Minas Gerais (com sede em Ouro Preto), Mato Grosso (com sede em Cuiabá), Goiás (com sede em Goiás), e Rio Grande do Sul (respondendo também pela província de Santa Catarina e com sede em Porto Alegre).¹⁹ Em

---

¹⁷ Kátia M. de Queirós MATTOSO. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 259. Grifo nosso.

¹⁸ Segundo Pedro Aubert, “os Congressos de Viena (1815) e de Aix-la Chapelle (1818), consagraram quatro categorias de diplomatas, cuja ordem de importância é a seguinte: embaixador, legado, núncio; enviado especial e ministro plenipotenciário; ministro residente; e encarregado de negócios. No período aqui abordado, o grau mais elevado da diplomacia imperial era o de enviado especial e ministro plenipotenciário.” Pedro Gustavo AUBERT, *“Fazermos fortes, importantes, e conhecidos”: o visconde do Uruguai e o direito das gentes na América (1849-1865)*. Projeto de Doutorado apresentado à FAPESP, São Paulo, 2013, p. 7.

¹⁹ A primeira Relação em terras coloniais foi criada na Bahia, recebendo seu primeiro regimento em 1587, e o segundo em 1609; foi extinta em 1626, e restabelecida em 1652. No século XVIII foi criada, em 1734, a Relação do Rio de Janeiro; já no oitocentos foram criadas as relações do Maranhão (1811) e de Pernambuco (1821). Lenine NEQUETE, *O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência. I – Império*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1973, p. 90, 134-136.

todos esses casos, tratava-se de cargos dependentes de indicação do governo central, que não necessariamente, mesmo no caso das Relações, remetiam à província de nascimento, casamento ou base econômica do nobilitado; sendo assim, tal como no caso da maioria dos cargos do Executivo, foram considerados como “capital”.

Ao Moderador, por sua vez, cabia, ou bem a escolha dos ministros, até a criação da função de “presidente do Conselho”, ou doravante, aquele que formaria o gabinete. Ainda que depois de 1847, os ministros que não fossem presidentes, eram de escolha daquele nomeado por d. Pedro II para definir o ministério, o fato é que, ministros ou presidentes de gabinete eram sempre de escolha do governo central, fosse do Moderador ou do Executivo. Desta feita, todos eles foram considerados como “capital”.

O primeiro Conselho de Estado, como já bem trabalhado pela historiografia, deixou de existir em 1834. Um novo Conselho, contudo, ainda que a consulta doravante fosse facultativa, passou a existir em 1841. Seus membros eram todos escolhidos pelo imperador, no exercício do Moderador; desta feita, aqueles que se tornaram membros “ordinários” ou “extraordinários”, foram considerados como “capital”. Quanto à distinção entre “ordinários” e “extraordinários”, vale ressaltar que optamos por não diferenciá-los no banco de dados. Tal opção deve-se a duas razões, complementares. Primeiramente, a lei que criou o Segundo Conselho de Estado determinou que aos extraordinários competia “servir no impedimento dos ordinários”, mas também “ter assento, e voto no Conselho d’Estado, quando forem chamados para alguma consulta”²⁰; fato que, a despeito de ser regular ou incomum (ao longo dos 48 anos de existência da instituição) tornaria impossível, no caso da presente pesquisa, diferenciar caso a caso (ou seja, as situações em que tal ou qual conselheiro extraordinário havia, ou não, no período anterior à titulação, sido chamado a executar alguma tarefa). Ademais, como se pode verificar nos documentos de época, era comum que a designação “conselheiro de Estado” fosse atribuída indistintamente aos “ordinários” e “extraordinários”.²¹

Ao imperador, a frente do Poder Moderador, conforme atribuições conferidas pela Constituição de 1824, cabia escolher os senadores, a partir de lista tríplice (sufragada pelos

---

²⁰ Ademais vale destacar que, estando em exercício, todos os membros do Conselho deveriam receber gratificação. “Lei No. 234 – de 23 de novembro de 1841. Criando hum Conselho d’Estado”. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1841*, parte 1, p. 58-60. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>.

²¹ Ver, por exemplo, ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844-1889. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394b&pesq=>>;
<<http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>>;
<<https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/familiascearenses/conversations/topics/121>>.

eleitores e, a partir de 1881, pelo conjunto de votantes). Neste caso, faz-se necessário, retomar parte das ponderações da historiografia, especialmente no que tange ao Senado escolhido em 1826, por d. Pedro I. Conforme demonstrado por Marina Garcia de Oliveira,

[...] a partir das eleições de 1824, não foram formadas 50 listas tríplexes para a escolha dos 50 futuros senadores do Império, mas apenas uma lista tríplex por província, com os nomes dos candidatos mais votados, dentre os quais, cabia ao imperador escolher os senadores, mas não necessariamente os mais votados. Assim, por exemplo, a província do Ceará tinha direito a quatro senadores, mas, em vez de terem sido feitas quatro listas diferentes, houve a elaboração de uma única lista com doze nomes, de forma que o imperador pode escolher os quatro nomes de sua preferência dentre um rol geral composto por doze nomes. [...].²² Ademais, não bastasse isso tudo, havia ainda a questão da repetição de um mesmo nome em listas de até seis províncias diferentes, cabendo ao imperador eleger de qual província seria ele representante (se, é claro, viesse tal indivíduo a ser escolhido).²³

Tal procedimento fez que com grande parte dos senadores indicados pelo primeiro monarca não tivesse, de fato, qualquer relação mais duradoura com a província que representava. Ainda que tal fenômeno tenha caracterizado a primeira composição do Senado de 1826, nas eleições subseqüentes, tanto no Primeiro Reinado, quanto na Regência, as listas foram tríplexes de fato, e, sobretudo, no Segundo Reinado foi mais comum que o senador fosse, de fato, alguém ligado à província que o elegera. José Murilo de Carvalho atesta tal fato não só para os representantes da casa vitalícia, mas sim para ambas as casas do Legislativo imperial: “indicador da força dos laços provinciais é o fato de que os políticos raramente conseguiam eleger-se fora de suas províncias para a Câmara e mesmo para o Senado, apesar da circulação geográfica a que eram submetidos”.²⁴

Assim, para melhor lidar com as especificidades ligadas às eleições dos senadores, optamos por considerar aqueles eleitos no Primeiro Reinado apenas como “capital”. Em se tratando dos senadores eleitos na Regência ou no Segundo Reinado, considerou-se importante referir tal posto tanto à província que representava (e que o elegeu), quanto à “capital”, dada a faculdade de o imperador escolher aqueles elencados em lista tríplex. Contudo, alguns casos de senadores eleitos por províncias em que não tinham uma história

---

²² Além disso, como loca a historiadora: “se não bastasse a formação de uma única lista tríplex provincial, a não ser pelas listas das províncias do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba do Norte, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Cisplatina, as outras listas continham mais nomes do que o previsto (o triplo do número de cadeiras senatoriais a que a província tinha direito)”. OLIVEIRA, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, p. 113.

²³ OLIVEIRA, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, p. 114.

²⁴ CARVALHO, *A construção da ordem*, p. 106.

política ou base econômica, continuaram a ocorrer, mesmo depois da Abdicação de d. Pedro I, em 07 de abril de 1831, ainda que em número significativamente inferior. Nestes casos, quando possuíamos informações absolutamente relevantes acerca da história política pregressa do representante na Câmara Alta, como eleições anteriores para deputado imperial ou deputado provincial, optamos por referir o cargo no Senado à província em que o titulado exercia, historicamente, grande influência política.

Chegamos então aos deputados gerais. Ainda que, mais uma vez, alguns representantes à Câmara baixa tenham concorrido a assentos por províncias distintas daquelas em que tinham sua base política ou econômica – dado, especialmente, que, nestes casos, não havia interferência de nenhum outro poder –, sempre colocamos o *locus* do título como a província responsável por sua eleição. Segundo Miriam Dolhnikoff, ainda que os deputados gerais não possuíssem impedimentos na legislação que os obrigassem a serem eleitos pela província onde haviam nascido ou residiam, a forma como as eleições estavam organizadas “tornava muito difícil que um deputado fosse eleito por uma província na qual não tivesse forte influência política”.²⁵

Finalmente, dado que estamos trabalhando com o Segundo Reinado, consideramos que as informações acerca das legislaturas provinciais (criadas pelo Ato Adicional de 1834, e que passaram a funcionar no ano seguinte), eram importantes não só por efetivamente informarem acerca da ocupação de alguns dos titulados, mas, mais ainda, por fornecerem um dado importante acerca do *locus* de atuação política do nobilitado. Se, posteriormente à Abdicação de d. Pedro I, a eleição (e escolha) de deputados gerais e senadores por outras províncias que não aquelas de efetiva base econômico-política tenham se tornado, como mencionado acima, cada vez mais raras, no caso dos deputados provinciais, a situação parecia ainda mais rígida. Neste ponto, uma discussão presente nos Anais da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, de 1886, é bastante informativa. Na sessão de 3 de outubro daquele ano, o deputado Augusto Santos questionou a validade da eleição do deputado Antônio Augusto Teixeira, por não ter apresentado documentos conclusivos comprovando residir em Angra dos Reis:

Sr. Presidente, consta-me que o nobre candidato não é residente nem domiciliado nesta provincia; ao contrário, é eleitor e jurado em uma das parochias da corte, qualidades estas que, sendo exercidas fóra da

---

²⁵ DOLHNIKOFF, *O pacto imperial*, p. 224.

provincia, tornão incompatíveis os cidadãos para a representação provincial.²⁶

Teixeira apresentou então um atestado do subdelegado da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis, declarando as propriedades que possuía no local, bem como comprovando o exercício dos cargos de subdelegado de polícia e de inspetor, entre outros. Tal documento não foi, contudo, suficiente para resolver a questão, uma vez que outro deputado redarguiu que tais ocupações datavam de vinte anos atrás e que, no ano de 1886, Antônio Augusto Teixeira residia na Corte. O caso de Antonio Teixeira demonstra então, que, na lógica das eleições provinciais, o reconhecimento do eleito como representante legítimo da província poderia não ocorrer apenas com base nas propriedades de bens de raiz naquela circunscrição, sendo necessários também a residência e o efetivo envolvimento com os negócios e política local à época do pleito.²⁷

A despeito de ter durado apenas nove anos, não se pode esquecer daqueles que governaram o Império quando do interregno entre o pós-Abdicação e o golpe da Maioridade. Desta feita, ainda que a forma de escolha da Regência Trina Provisória, da Regência Trina Permanente e da Regência Una tenham sido em tudo distintos, em todos os casos o *locus* não poderia ser aquele da província dos regentes, optando-se assim, pelo mais óbvio, ou seja, “capital”.

Ainda que, numericamente pouco relevantes, dentre os vários titulados do Segundo Reinado, existem aqueles que, dentre outras ocupações (ou não), exerciam cargos no Paço. Neste caso, consideramos apenas os nobilitados em exercício, e não a miríade de “cargos honorários”. Os cargos honorários do Paço pouco, ou nada, se diferenciavam das honras das chamadas ordens honoríficas, como, por exemplo, a de Cristo, a da Rosa ou a do Cruzeiro²⁸. Desta feita, considerando-se a historiografia pertinente, e as informações levantadas ao longo da pesquisa, uma vez que não costumavam ter relevância maior na

---

²⁶ RIO DE JANEIRO (Província). Assembleia Legislativa. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*, Sessão em 3 de outubro de 1886, p. 5. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/annaes-assemblea-legislativa-provincial-rio-janeiro/218740>>.

²⁷ RIO DE JANEIRO (Província). Assembleia Legislativa. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*, Sessão em 3 de outubro de 1886, p. 5. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/annaes-assemblea-legislativa-provincial-rio-janeiro/218740>>.

²⁸ A Constituição de 1824 não proibiu o imperador de conceder ordens honoríficas. Em inícios da década de 1820, havia as ordens de Nosso Senhor Jesus Cristo, de São Bento de Avis, de São Tiago (ordens de cavalaria da monarquia portuguesa); criando-se novas, em 1822, 1826 e 1829, respectivamente as ordens Imperial do Cruzeiro, Imperial de d. Pedro I e da Rosa; todas elas mantidas e concedidas depois por seu filho, d. Pedro II. Segundo Barman, “as três ordens mais antigas possuíam somente três graus de honraria – cavaleiro, comendador e grã-cruz –, mas a do Cruzeiro possuía quatro e a da Rosa não menos do que seis” (“respectivamente cavaleiro, oficial, dignitário e grã-cruz, e cavaleiro, oficial, comendador, dignitário, grande dignitário e grã-cruz. A ordem de d. Pedro I possuía três classes”). BARMAN, *Imperador cidadão*, p. 28, 29 e nota 35 (p. 29).

concessão de títulos nobiliárquicos, não foram elencados ou considerados dentre as razões para titulação. Porém, em se tratando daqueles em exercício, já que a ocupação de cargos no Paço em nada se parecia com a ocupação de cargos do Executivo, do Judiciário, do Legislativo ou mesmo do Moderador, optou-se por classificá-los, tanto em termos de razão como *locus*, como “Paço”.

Considerando-se a historiografia especializada, referida anteriormente, a ocupação de cargos políticos responderia pela maioria dos títulos de nobreza, especialmente até 1870. Tal hipótese, contudo, não se confirmou quando do preenchimento do banco de dados. Desde a década de 1840, vários dos nobilitados não ocupavam qualquer dos cargos ou funções acima mencionados. Grande parte deles eram, tão somente, fazendeiros, negociantes, capitalistas e proprietários. Vale destacar que tais categorias não foram criadas *a posteriori*, mas partem das classificações presentes, especialmente, em *Almanaks* oitocentistas. Fazendeiros são, assim, todos aqueles que plantavam algum gênero, como também aqueles que criavam animais, de gado *vacum* a miunças. Negociantes, do que se pode depreender dos documentos de época (paralelamente às informações apresentadas em nobiliários, genealogias e afins) eram ou bem comissários, ou proprietários de estabelecimentos que seriam considerados comumente como de “grosso trato”. Quanto aos proprietários, os documentos não costumam atribuir tal designativo àqueles que possuíam fazendas ou tratos de terra, mas aos que eram proprietários de prédios urbanos ou mesmo de barcos. Finalmente, no que tange aos capitalistas, nos é dado somente supor que se tratava de figuras com alguma relação ao que hoje consideraríamos atividades bancárias. Em todos esses casos, o *locus* da atividade foi sempre a província em que possuíam seus estabelecimentos ou propriedades urbanas ou fundiárias.

Tais atribuições, contudo, não foram suficientes para completar o quadro dos titulados no Segundo Reinado. Foi consideravelmente significativo o número de nobilitados que receberam seus títulos em razão de auxílio prestado ao Império. Neste caso, chamam a atenção aqueles que tiveram atuação destacada, por exemplo, no combate à Sabinada, à Revolta Liberal de 1842 e à Praieira, bem como dezenas de outros que contribuíram, com dinheiro ou efetivos (quando tais informações estão disponíveis), ao longo da Guerra do Paraguai. A fim de contemplar todos esses casos (dado que em um banco de dados que contempla mais de mil titulações, entre títulos e honras de grandeza, a atenção às especificidades impede análises de cunho mais geral), a razão da titulação foi “Auxílio às forças imperiais”.

Ainda assim, mostrou-se necessário criar outras três categorias. Primeiramente aquela de “diretor”, ainda que o termo seja ao mesmo tempo muito genérico e muito específico, por diretor entendemos todos aqueles que tiveram funções de destaque (como fundadores, diretores e presidentes) em instituições de clara importância política, como Institutos Agrícolas, Bancos, Companhias de Estradas de Ferro, e afins (porém, somente, como nos casos anteriores, quando tal ocupação ou bem coincidia com a titulação ou lhe era imediatamente anterior). Foi também necessário, ainda que os casos fossem poucos, contabilizar os títulos concedidos por razões familiares, quase todos para viúvas de antigos titulares ou figuras de destaque. Desnecessário dizer, que relações familiares, em geral, dada a natureza do trabalho, não foram contabilizadas. Finalmente, não foi possível evitar a categoria “outros”, utilizada tão somente quando nenhuma das anteriores se aplicava, e nos casos claramente reconhecidos nas fontes e na bibliografia pertinente; entre os “outros” encontram-se apenas aqueles que contribuíram, por exemplo, com obras de caridade ou com empreendimentos que não poderiam ser considerados como “auxílio às forças imperiais”.

Seguindo o artigo de Laura Jarnagin, levantamos também a vinculação dos titulados com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e com a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)²⁹. Conforme Jarnagin, do total de nobilitados no Império, 124 eram sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o que, para a autora, descortinaria uma relação entre a distinção conferida pelo título e a intenção de vincular a nobreza à monarquia, uma vez que o IHGB fora criado em 1838, com o objetivo de forjar uma história e uma identidade nacionais³⁰. Contudo, em praticamente momento algum tal vinculação parece ter se mostrado um elemento definidor na concessão de títulos.

---

²⁹ Uma vez que o próprio Instituto surgiu a partir da sugestão de membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), fundada em 1825, pareceu-nos que, seguindo as ponderações de Jarnagin, levantar os quadros dessa última agremiação também seria relevante para entender o *locus* social e político dos nobilitados. De acordo com a historiografia pertinente, o perfil dos membros dessas duas instituições era, em sua maioria, de políticos, funcionários públicos, titulares, entre outros. Lucia Maria Paschoal GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011, p. 33, 53; Andre Luiz Alipio de ANDRADE, *Variações sobre um tema: a sociedade auxiliadora da indústria nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. 2002. 183 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 2002, p. 23-25. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000295527&fd=y>>.

³⁰ JARNAGIN, “The role and structure of the Brazilian Imperial Nobility”, Op. Cit.

2.2 Cargos e funções: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador

A partir da lista de todos os titulados (considerando-se não os nobilitados em geral, mas cada título ou grandeza ofertada, ano a ano no Segundo Reinado) e, levando em conta as ponderações da historiografia e os questionamentos e problematizações que apareceram ao longo da pesquisa, passamos a completar os dados sobre razão da titulação e *locus*, base da análise dos próximos capítulos.

Os dados acerca do exercício de cargos (de indicação ou eleição) como: regente, conselheiro de Estado, presidente do Conselho de Ministros, ministro³¹, presidente do senado, senador, presidente da Câmara dos Deputados, deputado geral e presidente de província foram todos obtidos na obra *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no império*, de autoria do barão de Javari.³²

O livro contém todos os gabinetes ministeriais do Primeiro Reinado, da Regência e do Segundo Reinado (quem assumiu as pastas, período de duração e os principais atos realizados pelos gabinetes); a relação dos presidentes da Câmara dos Deputados desde 1823 até 1889; a relação, por província, dos representantes eleitos para a Câmara dos Deputados, para todas as vinte legislaturas (1826-1889); os presidentes do Senado e todos os senadores do Império, também com as respectivas províncias (1826-1889); os regentes (com data inicial e final de serviço à frente do cargo); os membros do Conselho de Estado (com o ano de indicação para a função, mas sem distinguir entre ordinários e extraordinários); e, finalmente, os presidentes de província desde 1826 até 1889. Ademais, apresenta também as informações acerca dos deputados brasileiros que participaram das Cortes de Lisboa (1821-1822) e o rol dos deputados à Assembleia Constituinte de 1823.

A opção por levantar as informações acerca das deputações provinciais adveio não só do interesse em si de quantos titulados exerciam tal função no momento da nobilitação, mas também e especialmente pelo fato de tal dado indicar com mais precisão o *locus* de atuação política do indivíduo. Em se tratando dos legislativos provinciais, contudo, as informações se mostraram bem mais difíceis de compilar. Primeiramente, vale dizer que não há em qualquer biblioteca ou arquivo do estado de São Paulo a relação de todos os deputados provinciais, das vinte províncias existentes no Império³³, para as 27 legislaturas

---

³¹ Até 1859 havia seis pastas ministeriais: Império, Justiça, Fazenda, Estrangeiros, Marinha e Guerra; em 1860 foi criado o ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

³² JAVARI, *Organizações e programas ministeriais*, passim.

³³ Estamos contabilizando o número final de províncias do Império. Vale lembrar que em 1828, a Cisplatina deixou de ser província do Império e, portanto, não entrou na lista.

possíveis, para o período de 1835 a 1889.³⁴ Tampouco foi possível localizar, seja no Arquivo Nacional ou na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, um documento, ou conjunto de documentos, que trouxesse tais informações sistematizadas ou seriadas. Desta feita, tivemos que fazer a busca, província a província.

Do total das vinte províncias do Império, conforme configuração de 1853 (após a criação da província do Amazonas em 1850, e do Paraná, três anos depois), foi possível encontrar os dados completos, ou seja, os nomes de todos dos deputados por legislatura para onze províncias: Rio de Janeiro³⁵, Minas Gerais³⁶, São Paulo³⁷, Pernambuco³⁸, Alagoas³⁹, Paraíba⁴⁰, Rio Grande do Norte⁴¹, Ceará⁴², Rio Grande do Sul⁴³, Santa Catarina⁴⁴ e Paraná⁴⁵. De outras três províncias, os dados foram parciais, levantando-se nome dos deputados e legislaturas para apenas algumas décadas ou anos; caso das províncias do Mato Grosso (1835-1871)⁴⁶, Amazonas (1871-1889)⁴⁷ e Maranhão (1880, 1887 e 1889)⁴⁸. Para o Espírito Santo, conseguimos os nomes dos deputados provinciais, mas não as legislaturas para as quais foram eleitos⁴⁹. No caso das outras cinco províncias

---

³⁴ Províncias como a do Paraná e do Amazonas, criadas na década de 1850, não registraram 27 legislaturas. Por outro lado, províncias como a do Rio Grande do Sul não tiveram legislaturas em períodos conturbados, como, por exemplo, durante a Farroupilha.

³⁵ ANNAES da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, 1835-1889 (disponível na Hemeroteca Digital na Biblioteca Nacional: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>).

³⁶ Documento cedido pelo Arquivo Público Mineiro (APM), com todas as legislaturas da província.

³⁷ Assembléa Legislativa, *Legislativo paulista: parlamentares, 1835-1998*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.

³⁸ Manoel Netto CAMPELO. *História Parlamentar de Pernambuco*. Recife: Assembléa Legislativa, 1979.

³⁹ Francisco Reinaldo Amorim de BARROS, *ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas*. 2 vol. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1104>>.

⁴⁰ Celso MARIZ, *Memória da Assembléa Legislativa: Aumentada e atualizada por Deusdedit Leitão*. João Pessoa: A União, 1987.

⁴¹ Luís da Câmara CASCUDO, *Uma história da Assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1972.

⁴² Hugo Victor GUIMARÃES, *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará. Assembléas Legislativas 1835-1947*. Fortaleza: Editora Jurídica, 1952. Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/AA00000242/00001/1j>>.

⁴³ Carmen AITA, Günter AXT e Vladimir ARAUJO (orgs.), *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembléa Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

⁴⁴ Walter Fernando PIAZZA, *O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984)*. Florianópolis: Assembléa Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

⁴⁵ Maria NICOLAS, *Cem anos de vida parlamentar. Deputados provinciais e estaduais do Paraná. Assembléas Legislativas e Constituintes 1854-1954*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1954.

⁴⁶ Em seu doutorado, Ernesto Cerveira de Sena, apresenta os dados completos das legislaturas do Mato Grosso de 1835 a 1870. Ernesto Cerveira de SENA, *Entre anarquizadores e pessoas de costumes – A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*. 2006. 368 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 320-335.

⁴⁷ HISTÓRIA do Poder Legislativo do Amazonas (1871-1889). Disponível em: <http://legislador.aleam.gov.br/Legislacao_1871_1889/index.htm>.

⁴⁸ ANAIS da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão (1880, 1887 e 1889). Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>>.

⁴⁹ Basílio Carvalho DAEMON, *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

faltantes, Bahia, Goiás, Pará, Piauí e Sergipe, os dados a respeito dos titulados que eventualmente foram eleitos para as respectivas assembleias provinciais foram levantados em obras de caráter mais biográfico, genealógico ou mesmo nobiliárquico; tipo de bibliografia que também trouxe informações para as províncias cujos dados não estavam completos.⁵⁰ Mas fato é que, de forma absolutamente seriada, temos os dados para onze províncias, com outras quatro com dados incompletos, e as últimas cinco com informações esparsas, levantadas em uma miríade de fontes e referências bibliográficas.

Os dados sobre os vice-presidentes de província foram ainda mais difíceis de reunir, ao menos de forma seriada. Como mencionado, na obra do barão de Javari, *Organizações e programas ministeriais*, aparecem tão somente aqueles que assumiram interinamente. Desta feita, uma vez que não há bibliografia que traga tal informação para todas as províncias do Império, utilizamos primordialmente fontes do Arquivo Nacional, e que nos forneceram dados para os vice-presidentes de todas as províncias do Império para os anos de 1849-1859, 1864-1889.⁵¹ Para os anos faltantes, ou seja, 1840-1848 e 1860-1863, utilizamos o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* para a província do Rio de Janeiro (editado de 1844 em diante), o livro de Maria de Fátima Gouvêa, *O império das províncias*, e a obra de Renato Berbert de Castro, *Os vice-presidentes da província da Bahia*.⁵² No caso do restante das províncias tais dados partiram, de maneira assistemática, das fontes e bibliografia listadas mais abaixo.

A partir de 1844 (até 1889), os dados sobre Igreja (alto clero), Exército, Marinha, Paço, Judiciário (Supremo Tribunal de Justiça e Relações) e corpo diplomático estão disponíveis no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (mais conhecido como *Almanak Laemmert*).

O *Almanak Laemmert* traz informações sobre a corte e a família imperial (“Côrte e Casa Imperial”), sobre a nobreza (“Titulares do Império”), a composição de todos os

---

Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Provincia_do_espirito_santo.pdf>.

⁵⁰ Por exemplo, BULCÃO SOBRINHO, *Titulares Baianos*; Carlos Eduardo de Almeida BARATA, *Sergipe – Governadores e Presidentes da Província (1821 – 1889)*: Subsídios Biográfico-genealógicos, 2 partes. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/sergipe-presidentes-da-provincia-i/>>; Manoel Armindo Cordeiro GUARANÁ, *Diccionario bio-bibliographico sergipano*. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti, 1925; COUTINHO, *Fidalgos e barões*, op. cit.; além de uma série de outros artigos, livros e documentos listados ao final.

⁵¹ Arquivo Nacional, Fundo Diversos (SDH), Código do Fundo: AA, Série Interior, IJJ9: Negócios de províncias e estados – *IJJ9 538 – Presidentes, Vice-presidentes e Secretários de Província. Assentamentos, nomeações, posses (1864-1878); *IJJ9 543 – Vice-presidentes de Províncias. Assentamentos (1849-1859); *IJJ9 544 – Presidentes, Vice-presidentes e Secretários de Província. Assentamentos (1878-1889).

⁵² Maria de Fátima Silva GOUVÊA, *O império das províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; Renato Berbert de CASTRO, *Os vice-presidentes da província da Bahia*. Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

ministérios, organização da província e dados sobre as municipalidades (além do município neutro), academias, corporações religiosas, companhias, sociedades, institutos, colégios, profissões, comércio, indústrias, terminando com os anúncios de Paris. Os cargos referentes ao Paço estão listados na seção “Empregados do Paço Imperial”.

Na seção destinada à composição dos ministérios, na subseção “Ministério dos Negócios da Guerra”, temos o item “Estado-Maior General”, que arrola todos os oficiais de alta patente do Exército (nomes, cargos e patentes). Na subseção “Ministério dos Negócios da Marinha”, encontramos essa lista de altos oficiais (nomes, cargos e patentes) no item “Corpo da Armada Nacional e Imperial”.⁵³

Na subseção “Ministério da Justiça”, encontram-se os nomes de todos os ministros do Supremo Tribunal de Justiça e dos desembargadores dos Tribunais da Relação, apresentados, respectivamente, nos itens “Supremo Tribunal de Justiça” e “Relação”. Na mesma subseção “Ministério da Justiça”, no item “Secretaria dos negócios eclesiásticos”, do *Almanak Laemmert*, localizamos a relação de bispos e arcebispos do Brasil, além dos membros da Capela Imperial.

Também consta no *Almanak*, na subseção “Ministério dos Negócios Estrangeiros”, o item “Corpo Diplomático e Consular”, no qual se encontra a lista dos diplomatas brasileiros no exterior e dos diplomatas estrangeiros no Brasil. Para completar essa lista de diplomatas que exerceram suas funções antes de 1844, usamos o *Diccionario Bio-bibliographico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional*, de Argeu Guimarães.⁵⁴

2.3 Fazendeiros, negociantes e outros mais

Mediante as informações sobre cargos (fossem ligados ao Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador) considerávamos, inicialmente, consoante a bibliografia especializada, que teríamos dados acerca da maioria dos titulados até 1871, e de grande parte dos títulos altos (os “Grandes do Império”) para todo o Segundo Reinado. Esta não

---

⁵³ Outras obras, contudo, foram importantes para o levantamento das biografias do alto oficialato do Exército e da Marinha: Alfredo Maciel da SILVA, *Os generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889: traços biográficos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1940; Laurenio LAGO, *Os generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942; Henrique BOITEUX, *Nossos Almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1915-1921, 4 v.; Júlio ANDRÉA, *A Marinha Brasileira: Florões de glórias e de epopéias memoráveis*. Rio de Janeiro, 1955.

⁵⁴ Argeu GUIMARÃES, *Diccionario bio-bibliographico brasileiro de diplomacia, política, externa e direito internacional*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1938.

foi, contudo, como já mencionada, a situação encontrada quando do preenchimento do banco de dados. O número de titulados sem qualquer função de destaque já era bastante significativo na década de 1840, assim permanecendo até meados da década de 1880, quando, aí sim, sua representatividade tornou-se ainda maior.

Ademais, ao preencher as informações sobre deputados provinciais e vice-presidentes de província, percebemos, cotejando a documentação de época e a bibliografia pertinente, que raramente tal ocupação era importante o suficiente para granjear-lhes um título. Mesma dúvida se colocou em relação a postos no Paço, mesmo considerando aqueles em exercício (e não os honoríficos). Desta feita, consideramos fundamental, também para aqueles que eram somente vice-presidentes e/ou deputados provinciais e/ou Paço, levantar outros dados acerca de sua ocupação.

Excluindo, assim, todos aqueles que haviam ocupado algum posto na cúpula da Igreja, no alto oficialato do Exército ou Marinha, no Senado ou Câmara dos Deputados, no Supremo Tribunal de Justiça, nas diversas Relações, no corpo diplomático, nos ministérios, nas presidências de província, restava, por década, um número bastante elevado de titulados (questão tratada detalhadamente no próximo capítulo).

O levantamento de informações acerca desse número elevadíssimo de nobilitados foi, como se pode imaginar, a parte mais difícil da pesquisa. Começamos então pelo *Almanak Laemmert*, pois, como mencionado acima, em todos os números constava a lista de titulados do Império (os vivos, é claro), com a referência da província ou cidade e vila em que habitavam (nestes últimos casos, restringindo-se, em geral, àqueles que moravam na província do Rio de Janeiro). Há que mencionar, contudo, que, especialmente para a última década do Império, quando o número de títulos concedidos aumentou exponencialmente, as listagens do *Laemmert* tornaram-se lacunares (dificultando ainda mais o trabalho).

No caso dos titulares que moravam no Rio de Janeiro, o *Almanak Laemmert* mostrou-se fonte inestimável, uma vez que, a cada ano, listava-se (município por município, freguesia por freguesia) aqueles que eram negociantes, capitalistas, proprietários e fazendeiros (fornecendo-se, neste caso, dados acerca do que o indivíduo produzia, ou seja, se possuía fazenda de cana, de café, criações, etc.).

Para as províncias de São Paulo e Minas Gerais utilizamos não só os Almanaks existentes para as respectivas províncias⁵⁵, como também foram de suma utilidade os oito

---

⁵⁵ *Almanak da Província de São Paulo* (1873, 1883, 1884, 1887 e 1888); *Almanach Sul-Mineiro* (1874, 1884);

primeiros volumes da obra de Taunay, *História do Café no Brasil*, uma vez que o autor traz informações não só sobre todos aqueles que plantavam a rubiácea, como eventualmente se refere às suas atividades como comissários ou mesmo fazendeiros de cana ou criadores.⁵⁶ Os mineiros que se ocupavam de outras atividades que não o plantio de café, e que, porventura, não apareciam nos vários Almanaks da província, mostraram-se bem mais difíceis de identificar; nestes casos, lançamos mão de outras fontes (até mesmo jornais do período), e especialmente de algumas referências bibliográficas (listadas ao final).⁵⁷ Finalmente, no caso dos cafeicultores ou negociantes ligadas ao comércio da rubiácea, tanto de Minas, São Paulo, quanto do Rio de Janeiro, a edição fac-similar do *Congresso Agrícola* do Rio de Janeiro, ocorrido em 1878, mostrou-se também uma fonte de significativa importância, especialmente para os titulados entre meados da década de 1870 e do decênio seguinte.⁵⁸

No caso da província da Bahia, como já mencionado, foi de fundamental importância a obra *Titulares Baianos*, de Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho. Tal obra, contudo, ainda que traga, por exemplo, referências às famílias dos titulados e até mesmo a ocupação em cargos de vereança, não apresenta informações de caráter mais econômico; em suma, não traz dados sobre a ocupação do indivíduo como negociante ou mesmo fazendeiro. Neste sentido, os baianos acabaram por se mostrar os mais difíceis de identificar, sendo necessário lançar mão, por exemplo, das obras de Katia Mattoso, Pedro Calmon e Wanderley Pinho⁵⁹, entre outras. Vale destacar que a despeito de existir certo número de *Almanaks* da Bahia na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, eles tampouco costumavam apresentar dados de tal teor (ainda que, em um ou outro caso, tenham trazido informações de relevância).

No caso de Sergipe, informações bastante completas podem ser encontradas nas obras *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*, de Armino Guaraná, e no artigo “Aspectos

---

todos disponíveis na Hemeroteca Digital; Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais (1866, 1873), disponível em: <<https://archive.org/index.php>>; além de outros documentos listados ao final.

⁵⁶ Afonso de Escagnolle TAUNAY, *História do café no Brasil*. Vol. 1-8. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

⁵⁷ No caso de Minas Gerais, as *Ephemerides Mineiras* também trouxeram dados eventuais. José Pedro Xavier da VEIGA, *Ephemerides mineiras* (1664-1897). 4 v. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897.

⁵⁸ CONGRESSO Agrícola, Rio de Janeiro, 1878, edição Fac-similar dos anais, Introdução e notas de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

⁵⁹ MATTOSO, *Bahia, século XIX*, op. cit.; Pedro CALMON, *História da casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3. ed. rev. Salvador, Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982; Wanderley PINHO, *História de um engenho do Recôncavo*: Matoim, Novo Caboto, Freguesia (1552-1944). 2. ed. São Paulo: Nacional, 1982.

do baronato sergipano”, de Samuel Medeiros de Albuquerque, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*.⁶⁰

Em se tratando de Pernambuco, os *Almanaks* (1860-1862, 1864, 1875, 1881), também disponíveis na Hemeroteca Digital, mostraram-se muito mais úteis. Especialmente porque os números de 1861 e 1881 apresentam listas completas de todos os engenhos da província e seus respectivos proprietários. Ademais, tal como no caso dos cafeicultores, dados relevantes sobre os senhores de engenho do Norte (Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e mesmo Ceará) também estão disponíveis na edição fac-similar dos *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife*, de 1878.⁶¹ Em se tratando das províncias acima mencionadas, alguns *Almanaks*, ainda que poucos, foram consultados, bem como obras de caráter biográfico e genealógico, caso do *ABC das Alagoas*, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Titulares do Ceará*, *Dicionário biográfico de Pernambucanos Célebres*, entre outras.⁶²

No caso do Maranhão, e lateralmente do Pará e do Amazonas, informações praticamente completas, acerca da ocupação dos nobilitados, estão disponíveis na obra *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*, de Milson Coutinho⁶³; além dos dados existentes nos poucos *Almanaks* disponíveis para as províncias do Maranhão e do Amazonas.⁶⁴

Mudando do extremo Norte do país para a fronteira austral, em se tratando do Rio Grande do Sul, e de todos aqueles que ocuparam algum cargo na província ou lutaram em alguma das inumeráveis batalhas ali travadas, o mencionado *Nobiliário Sul-riograndense* traz informações bastante detalhadas (quando existentes, é claro).

Finalmente, não se pode deixar de listar obras geograficamente mais abrangentes e que apresentam dados centrais para os nobilitados de todo o país. Entre elas destacam-se: o

---

⁶⁰ Manoel Armindo Cordeiro GUARANÁ, *Diccionario bio-bibliographico sergipano*, op. cit.; Samuel Medeiros de ALBUQUERQUE, “Aspectos do baronato sergipano”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 34, p. 105-127, 2003-2005. Disponível em: <<http://www.ihgse.org.br/revistas/34.pdf>>.

⁶¹ TRABALHOS do Congresso Agrícola do Recife. Outubro de 1878. Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa Faria & Filhos, 1879. Edição Fac-similar publicada pela Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco. Pernambuco: CEPA, 1978.

⁶² Francisco Reinaldo Amorim de BARROS, *ABC das Alagoas*: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. 2 v. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005; Carlos Eduardo de Almeida BARATA, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Titulares do Ceará*. 2 partes. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/ceara-titulares-cearenses-i/>>; COSTA, *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*, op. cit.

⁶³ COUTINHO, *Fidalgo e barões*, op. cit.

⁶⁴ ANAIS da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão (1880, 1887 e 1889). Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>>; ALMANACH Administrativo Historico Estatisco e Mercantil da Provincia do Amazonas. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Archivo Nobiliarchico Brasileiro, do barão de Vasconcelos e barão Smith de Vasconcelos; o *Diccionario bibliographico brasileiro*, de Sacramento Blake; *Nobreza de Portugal e do Brasil*, de Afonso Zuquete (org.); os *Titulares do Império*, de Carlos Rheingantz; a *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, de Sisson; o *Anno Biographico Brasileiro*, de Joaquim Manoel de Macedo, apenas para citar os mais consultados.⁶⁵ Não podemos ainda deixar de mencionar o uso ocasional de dados existentes nas referidas obras de Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*, e na biografia de d. Pedro II escrita por Roderick Barman.⁶⁶

Como mencionado acima, levantamos também os nomes dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir das edições de 1839 até 1890 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil*⁶⁷, publicada pela instituição. No caso dos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, ainda que a respectiva revista, *O Auxiliador da Indústria Nacional*⁶⁸, esteja disponível para os anos de 1833 a 1896 na Hemeroteca Digital, o periódico não apresentava anualmente sua lista de sócios; apenas duas listas completas foram encontradas, para os anos de 1838 e 1856.

Nesta miríade de fontes e referências bibliográficas (além de várias outras citadas ao final), foi possível, então, levantar informações sobre as ocupações dos titulados (fossem eles, fazendeiros, negociantes, capitalistas ou proprietários); bem como sua contribuição para o Império, fosse na forma do mencionado “auxílio às forças imperiais”, ou na consecução de obras de caridade e afins; sua atividade à frente da diretoria, presidência ou fundação de Institutos Agrícolas, Companhias de Estrada de Ferro, Bancos, e outras instituições; bem como os casos de titulação por razão familiar.

---

⁶⁵ VASCONCELLOS e SMITH de VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*, op. cit.; Augusto Victorino Alves Sacramento BLAKE, *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970; ZUQUETE, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3 v., op. cit.; Carlos RHEINGANTZ, *Titulares do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960; SISSON, *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, op. cit.; Joaquim Manuel de MACEDO, *Anno biographico brasileiro*. 3 v. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. do Imperial Instituto Artistico, 1876.

⁶⁶ PANG, *In pursuit of honor and Power*, op. cit.; BARMAN, *Imperador cidadão*, op. cit.

⁶⁷ REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1839-1890. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>.

⁶⁸ O AUXILIADOR da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, 1833-1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=302295&pesq=>.

2.4 Entre 1.133 honras e títulos e 884 nobilitados

Faz-se necessário, contudo, antes de passarmos, nos próximos capítulos às análises acerca de *locus* e razão da titulação, colocar mais algumas ponderações acerca dos dados levantados.

Primeiramente, é necessário atentar para as limitações inerentes ao material utilizado para preencher o banco de dados. Dado o número total de nobilitações no Segundo Reinado, 1.133, e o número de titulados 884, era impossível, e fugia ao escopo da presente pesquisa, realizar um trabalho de fato prosopográfico. Como descrito acima, as informações acerca dos nobilitados foram levantadas junto, preferencialmente, à obra do Barão de Javari (para ministros, conselheiros de Estado, senadores, deputados gerais e presidentes de província) e, no que tange ao restante das informações, a fontes de época, caso do *Almanak Laemmert* e de outros *Almanaks* provinciais, bem como de bibliografia de caráter genealógico ou biográfico.

Outras fontes e obras foram utilizadas apenas nas situações em que tais referências não traziam dados acerca dos nobilitados (fosse porque informavam, tão somente, seu lugar de nascimento e/ou morte, ou em razão de mencionarem ocupações não consideradas na presente pesquisa como, por exemplo, a eleição para a vereança de tal ou qual vila e/ou cidade).

Desta feita, se as indicações acerca de altos cargos, como senadores, conselheiros (ainda que se mantenha a ressalva acerca dos “ordinários” e “extraordinários” feita no capítulo anterior), ministros, deputados gerais e presidentes de província sejam razoavelmente precisas, não podemos asseverar que o restante dos dados corresponda de fato à totalidade de ocupações exercidas por tal ou qual nobilitados. Neste sentido, vale chamar atenção, como feito anteriormente para o caso dos deputados provinciais e vice-presidentes de província (cuja série completa não foi possível levantar), mas também, e principalmente, aos fazendeiros, negociantes, capitalistas, proprietários, diretores, etc. – tais referências, como dito, foram levantadas sempre que o nobilitado não exercia, por ocasião da titulação ao menos a presidência de uma província ou a representação junto à câmara baixa do legislativo central. Bem como, finalmente, à nomeação aos cargos do Paço anteriormente a 1844, ou ao exercício de cargos importantes junto às instituições, associações e companhias.

Enquanto o *Almanak Laemmert* parece bastante completo no que tange à ocupação daqueles que viviam ou tinham seus negócios no município neutro e/ou na província do Rio de Janeiro, o mesmo não pode ser dito acerca daqueles que tinham sua base econômica em outra província. O caso dos baianos é particularmente ilustrativo. Ainda que tenhamos tido acesso à obra *Titulares Baianos*, de Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho, os respectivos verbetes nunca trazem dados acerca da “base” econômica do titulado; feita a pesquisa, e dada a quantidade assombrosa de senhores de engenho ou de seus familiares, parece possível ponderar que o referido autor, em se tratando da Bahia, considerou tal informação um dado de menor importância.

Como mencionado acima, tais informações foram levantadas, então, junto a outras fontes e referências bibliográficas, mas sempre, como mencionado, lacunares e não seriadas.

Desta feita, considerando-se também a migração dos negócios (o que implicava que um fazendeiro da década de 1850 se tornasse, por exemplo, no decênio seguinte também – ou tão somente – um negociante), ou de fazendeiro em Minas Gerais se tornasse fazendeiro no Rio de Janeiro, não é possível confirmar com toda certeza que as informações de *locus* estejam absolutamente completas. Assim, se referências genéricas acerca de alguém situado na província do Rio de Janeiro remetiam, sem maiores dados, à existência de negócios, optou-se por seguir um padrão, ou seja, seguir as informações tal como apareciam nas fontes e bibliografia consultadas.

Tal norma foi também observada no que tange ao *locus* de cada titulado. Desta feita, tomou-se como padrão de localização do nobilitado a informação constante no Laemmert – em geral, o referido *Almanak*, na parte dos titulados e dos “Grandes do Império”, apresentava o nome e o lugar de moradia e ou de base econômica. Tal indicação só não foi mantida, caso outras fontes de época (como, por exemplo, *Almanaks* provinciais), ou a bibliografia consultada trouxesse informações mais sólidas acerca da questão.

Há que mencionar, ainda, o problema das “desambiguações”, ou seja, dos casos de nomes iguais ou semelhantes entre pais, irmãos e parentes em geral. É bastante comum que obras de caráter genealógico, biográfico e encomiástico atribuísem a tal ou qual pessoa feitos ou cargos de algum parente. Assim, toda vez que tivemos dúvidas acerca dos cargos ou ocupações de algum nobilitado lançamos mão do maior número de referências possível

para diferenciá-lo de homônimos e afins (mas sempre lidando com os limites de uma pesquisa deste escopo).

Finalmente, dado o número de titulados (e a impossibilidade de realizar, portanto, um trabalho de fato prosopográfico) é necessário retomar as normas seguidas, ao longo da pesquisa, para a determinação da ocupação e do *locus* de cada nobilitado.

Cargos vitalícios, como senador e conselheiro de Estado, ainda que alcançados em data anterior a um ou mais títulos (ou honras), foram sempre considerados como razão e, portanto, *locus*. Em se tratando de Ministros do Supremo Tribunal de Justiça, houve casos de aposentadoria, ou seja, situações em que tal ocupação foi considerada somente quando o nobilitado encontrava-se de fato em exercício, ou quando fontes da época remetiam diretamente à prévia ocupação como razão para a titulação. Semelhante lógica foi aplicada ao Exército, à Marinha e à Igreja. No caso do Paço, a despeito do que a bibliografia tende a indicar, os cargos não eram vitalícios, não só porque se podia subir na hierarquia, como também pelo fato de que “moços-fidalgos” e “veadores”, por exemplo, podiam deixar de sê-lo após alguns anos ou décadas. Desta feita, a não ser pelos cargos de fato vitalícios, no restante só foi considerada a ocupação (e o *locus* daí derivado), caso as fontes e a bibliografia indicassem claramente seu exercício no ato da titulação, ou no ano imediatamente anterior.

Capítulo 3:

Do extremo Norte à fronteira Sul: as nobilitações e as províncias no Segundo Reinado

São Grandes do Imperio os – Duques, Marquezes, Condes, Viscondes e Barões com Honras de Grandeza, os Cardeães, Arcebispos, Bispo e o Mordomo-Mór do Paço Imperial, tendo este precedencia aos Marquezes nas funcções da Côrte. Os Arcebispos são considerados Marquezes mais modernos e os Bispos – Condes, seguindo a estes os Gentis-Homens, Veadores e Officiaes-Móres da Casa Imperial. Os Ministros e os Conselheiros de Estado precedem aos Condes nas funcções da Capella Imperial, a que assiste a Côrte, e occupão os primeiros lugares do lado direito do Throno nas recepções sollemnes e Cortejos no Paço Imperial, seguindo-se-lhe os Grandes do Imperio. O Mordomo-Mór e a Camareira-Mór ficão, no Paço Imperial, do lado esquerdo do Throno, seguindo-se-lhes as Damas, os Gentis-Homens, Veadores e Officiaes-Móres. O Porteiro da Camara, o Guarda Roupa e o Medico de serviço occupão a parede em frente ao Throno.¹

Dessa maneira, aparecia descrito, no “suplemento” do *Almanak Laemmert* de 1873, as precedências em descrição acerca do “Tratamento de diversas Corporações, Empregos, ou Cargos no Imperio do Brasil com declaração de Leis, Alvarás, e Decretos que os autorisão”. Como se vê, para além das precedências específicas aos “Grandes do Império”, havia distinções entre os que ocupavam cargos de ministros e conselheiros de Estado, arcebispos e bispos. Para além de tais distinções, o que chama especial atenção é a ausência daqueles que já nos referimos como “titulares”, ou seja, barões e viscondes sem grandeza, entre aqueles com precedências.

Considerando-se assim o total de titulares e de “Grandes do Império”, entre 1840 e 1889, d. Pedro II (e a princesa Isabel, durante as regências) concedeu 826 títulos de barão e visconde (sem grandeza), e 307 honras de grandeza para baronatos e viscondados, condados, marquesados e um ducado (no caso, o duque de Caxias em 1869).²

Levando-se em conta a média anual temos, portanto, 16,52 títulos de barões e viscondes sem grandeza, e 6,14 honras de grandeza para barões e viscondes, condes, marqueses e duque. Número em tudo distinto das nobilitações do Primeiro Reinado, em

---

¹ ALMANAK Laemmert, 1873, p. 158 (suplemento).

² Mais uma vez, lembramos ao leitor, que, ao nos referirmos às décadas do Segundo Reinado, estamos considerando temporalidades de dez anos, a começar em 1840.

que a média anual de titulares não passou de 4,9, enquanto os “Grandes do Império” chegaram a 9,9 por ano.

Mais interessantes ainda são as médias por década (entre titulares e “Grandes”), por *locus* de titulação. Vale lembrar que, como colocado no capítulo 2, o alto oficialato do Exército e da Marinha, da Igreja, e aqueles nomeados conselheiros de Estado, ministros, e presidentes de província foram sempre considerados como “capital”. Senadores, por sua vez, a não ser aqueles eleitos e escolhidos no Primeiro Reinado, em razão da eleição seguida da indicação pelo Monarca, no exercício do Moderador, foram considerados como “província/capital” (ou, por alguns poucos, da Regência e do Segundo Reinado). Mesma categorização se fez com os vice-presidentes de província nomeados após 1841 (conforme mencionado no capítulo anterior), quando sua nomeação (a despeito do estabelecido pelo Ato Adicional) voltou ao governo central, ainda que, conforme colocado pela historiografia, fossem escolhidos dentre as figuras da localidade, o que, como referido, nos levou a categorizá-los como “província/capital”. Finalmente, certos “diretores”, a depender da instituição ou órgão que dirigiam, presidiam ou haviam fundado, também foram considerados como “capital” (caso, por exemplo, daqueles que tinham altos postos no Banco do Brasil, ou nas Faculdades, uma vez que regimento e normas do ensino superior couberam sempre, ao longo de todo o Império, ao legislativo central); no caso, contudo, de instituições, associações, ou companhias eminentemente locais ou provinciais, o *locus* selecionado foi aquele da província.

Como mencionado, dentre todos os 1.133 títulos e honras concedidos no Segundo Reinado, 307 diziam respeito a honras de grandeza para barão, baronatos com grandeza, honras de grandeza para visconde, viscondados com grandeza, condados, marquesados e ducados (na verdade, apenas um, concedido ao então marquês de Caxias); ou seja, apenas 27% dos nobilitados tornaram-se “Grandes”, respondendo então os títulos baixos, baronatos e viscondados sem grandeza (os chamados à época “titulares”), pela franca maioria, 73% do total.

Se tal dado é reiterado pela historiografia, vale destacar ainda que a maioria dos referidos títulos baixos foi ofertada a figuras com vínculos apenas provinciais (sem qualquer ocupação que remetesse à capital, ao governo central, ou ao Paço). De um total de 826 baronatos e viscondados, de 1840 a 1889, eles respondiam por 75,5% dos “titulares” do Império; mesmo somando-se, ao total de baronatos e viscondados concedidos, os títulos dos agraciados que possuíam não só vinculação provincial como também ocupavam algum cargo no Paço ou dependente (em alguma medida) do governo central, tal porcentagem

sobe para 83,6. Dados que indicam com clareza que, somente em casos proporcionalmente mais escassos, figuras ligadas à capital e ao Paço recebiam um título baixo.

No que tange aos “Grandes”, contudo, a proporção se inverte, dos 307 títulos altos e honras de grandeza, 67,4% foram concedidas para ocupantes de cargos ligados ao governo central e à Corte (ainda que do total, apenas um terço não tivesse qualquer vinculação provincial). Quanto a este ponto, vale lembrar que no caso dos vice-presidentes de província e dos senadores, foram consideradas tanto as províncias em que serviam ou que o haviam elegido, como o governo central (devidamente discutido no capítulo anterior). Se, descontados os ocupantes desses cargos do número de títulos altos, a representatividade das províncias seria ainda menor (como será discutido no próximo capítulo).

Dada a relativa ausência de bibliografia a respeito, e as considerações gerais de Jarnagin, Pang e Barman sobre a distribuição de títulos entre as várias províncias do Império (que, como discutimos, consideram equitativa sem referenciar claramente equitativa em relação a quê), faz premente considerar os casos separadamente. Como mencionamos, considerando os dados levantados, fizemos análises separadas para o Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul; a província mais austral foi separada das restantes (analisadas em conjunto), pois, ainda que o número de títulos concedidos a figuras a ela relacionados seja mais baixo que as cinco primeiras, é bastante superior a qualquer uma das outras, contando, inclusive, com um número não desprezível de “Grandes”. Enquanto Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe, alcançaram um total de 22 títulos “grandes” (ou seja, uma média, de 1,6 título por província), 13 figuras ligadas ao Rio Grande do Sul foram agraciadas com honras, baronatos e viscondados com grandeza, condados, marquesados e um ducado.

Doravante, iremos tratar então, separadamente, o caso das seis províncias mencionadas e os dados compostos das outras 14 províncias.

3.1 Rio de Janeiro

O gráfico abaixo apresenta, por década, os titulares e “Grandes do Império” referidos à província do Rio de Janeiro somente, ao Rio de Janeiro agregado (ou seja, todos aqueles que têm como *loci* a província e também a capital e/ ou Paço) e, finalmente, os números totais de nobilitações concedidas no Segundo Reinado (a fim de dar ao leitor um termo de comparação).

Gráfico 1:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Os dados para o Rio de Janeiro confirmam, por um lado, o referido acima acerca dos titulares, ou seja, que a vinculação à capital e/ou ao Paço pouco interferia na concessão de baronatos e viscondados sem grandeza, mas apresentam, por outro, uma razão diferente do total no que tange aos “Grandes”; sendo os fluminenses comparativamente mais agraciados com honras e títulos altos.

Se tal é especialmente verdade para as três primeiras décadas do Império, nos decênios de 1870 e 1880, a impressão que se tem é que o governo (no caso o ministério do Império, pasta responsável diretamente pela concessão), já não estava assim tão pendente a

nobilitar os fluminenses na mesma razão das décadas anteriores. Os gráficos abaixo tornam mais visível essa transformação.

Gráfico 2:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Gráfico 3:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

No caso dos titulares, os fluminenses alcançam seu ápice na década de 1850, quando o total de referidos à província, à província e à capital e/ou ao Paço ultrapassam a marca dos 30%. De 1870 em diante, ainda que com uma pequena recuperação na década final do Império, seus titulares respondem por, em média, 20% do total. No caso dos “Grandes”, em se tratando da somatória de *loci* (ou seja fluminenses considerados separada e conjuntamente com funções e cargos junto ao Paço e ao governo central), o auge deu-se na década de 1870, mas, se considerados, os títulos altos concedidos apenas àqueles que só tinham vínculos com a província a tendência do Segundo Reinado é de baixa constante.

Ainda assim, é evidente que do total de titulares e “Grandes”, a província fora especialmente beneficiada. Contudo, a representatividade dos fluminenses deve ser colocada em questão no que se refere a outro ponto. Ao estabelecermos os *loci* das titulações, separamos, como mencionado, os títulos e honras referidos ao Paço (como veadores, moços-fidalgos e todos os mais que não ocupavam funções honorárias), à capital (como conselheiros de Estado, ministros de Estado, ministros do Supremo Tribunal de Justiça, desembargadores das Relações, oficiais do Exército e da Marinha, clero, membros do corpo diplomático, presidentes de província, além de diretores claramente referidos a cargos de indicação pelo governo central, como Presidente do Banco do Brasil), títulos e honras referidos tanto à capital como à província (como senadores, ao menos grande parte daqueles eleitos na Regência e no Segundo Reinado, e vice-presidentes de província, a partir de 1841), além, é claro, de todos aqueles cujas ocupações remetiam claramente às províncias (como deputados gerais, deputados provinciais, fazendeiros, negociantes, capitalistas, proprietários e um sem número de diretores de instituições, associações e companhias locais; para não mencionar aqueles que, tendo sua base política e/ou econômica em tal ou qual província, auxiliaram o Império por ocasião de alguma rebelião ou guerra, ou ainda contribuíram, em suas respectivas localidades, com algum tipo de atividade benemerente).³

No caso da cidade do Rio de Janeiro, contudo, a situação se torna mais complexa, especialmente a partir de 1834, com o Ato Adicional. A referida reforma constitucional criou as Assembleias provinciais com atribuições para legislar (acerca da criação de impostos que não fossem centrais, como para deliberar quanto à sua aplicação na educação primária e secundária, na manutenção ou criação de vias de comunicação, bem como no

---

³ Em se tratando dos títulos cuja razão era a “família”, o que contemplava essencialmente viúvas, normalmente tituladas pouco depois da morte do marido, a ocupação próxima do marido foi considerada o determinante para o *locus*.

policiamento da província). Contudo, deixava a cargo do Legislativo central (e, portanto, do Executivo nos períodos de recesso do Parlamento) todas as regulamentações acerca da cidade do Rio de Janeiro, ou, como disposto no diploma, do Município Neutro.⁴

Diferentemente, portanto, do restante da província do Rio de Janeiro, os moradores do “município neutro” respondiam a normas votadas pelo Legislativo central (ou decretadas, nos períodos de recesso, pelos ministérios), e não tomavam parte no pleito para escolha dos deputados provinciais. Desta feita, de modo a considerar as especificidades da cidade do Rio de Janeiro, fez-se necessário arrolar, separadamente, aqueles nobilitados cujos títulos poderiam não remeter à província, mas tão somente ao município neutro. O próprio *Almanak Laemmert* fazia tal diferenciação ao mencionar, por exemplo, “negociantes” na “Praça do Rio de Janeiro”, ou “capitalistas” e “proprietários” no Município Neutro. Foram esses os casos que consideramos então importante separar do restante de nobilitados adscritos originalmente ao Rio de Janeiro. É necessário esclarecer, contudo, que titulados com várias funções, por exemplo, “negociantes” na Praça do Rio de Janeiro e também fazendeiros na província, foram mantidos como província do Rio de Janeiro (não sendo somados ao Município Neutro).

Conforme se vê no gráfico abaixo, tal separação de *locus* importa na reconsideração da importância da província do Rio de Janeiro tanto no que tange aos titulares, quanto aos “Grandes”.

---

⁴ Artigo 1º: “A autoridade da Assembleia Legislativa da Província, em que estiver a Côrte, não compreenderá a mesma Côrte, nem o seu Município”; “Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832”. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1834*, parte 1, p. 15. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>.

Gráfico 4:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

O número de titulares do Município Neutro é especialmente relevante nas décadas de 1840 e 1880. Em relação aos “Grandes”, tal importância é visível não só de 1840 a 1849, 1850 a 1859, 1870 a 1879, mas, especialmente, nos últimos dez anos do Império, quando os altos títulos concedidos àqueles da Praça do Rio de Janeiro ultrapassam os nobilitados pela província (vale ressaltar que não estamos considerando aqui as nobilitações referidas também à capital, além da província, já que vice-presidentes e senadores eram eleitos por um corpo de eleitores – e desde 1881, votantes – que não incluía os moradores da capital do Império).

Desta feita, se, na década de 1840, a província do Rio de Janeiro, acrescida do Município Neutro, respondia por 30,5% dos titulares e 28,9% dos “Grandes”; considerando-se apenas os “fluminenses”, tais porcentagens, caem, respectivamente, para 16,9 e 21%.

Nas duas décadas seguintes, a importância de negociantes, capitalistas e proprietários da “Praça do Rio de Janeiro” cai significativamente, recuperando sua representatividade no decênio seguinte. Entre 1870 e 1879, aqueles com *locus* genérico Rio de Janeiro (somados, portanto, aos que tinham seus negócios na capital do Império) respondem por 16,6% do total de titulares e 21,1% dos “Grandes”, enquanto os “fluminenses” somente ultrapassam a marca dos 13%, respectivamente 13,8% e 13,5% do total de titulares e “Grandes”. Já na década final do Império, o compute geral das nobilitações, que já não era favorável (como anteriormente) aos fluminenses, torna-se ainda pior. Titulares e “Grandes” do Rio de Janeiro composto (com o Município Neutro)

alcançaram 19,2% dos titulares e 14% dos “Grandes”; desconsiderados os números relativos à Praça do Rio de Janeiro, os “fluminenses” foram contemplados com apenas 13,9% dos títulos baixos (porcentagem quase semelhantes àquela da década de 1870), e 6% dos “grandes” títulos – média que os deixava abaixo não só do próprio município neutro, mas também da província de São Paulo (que respondia por 10% do total de “Grandes”).

Não se deve desconsiderar, contudo, a representatividade que, entre 1880 e 1889, possuíam aqueles que, além de referidos à província, também exerciam cargos e funções junto à capital e ao Paço, nesse caso 18% do total. Fato é, contudo, que tais dados assinalam uma perda de importância constante, por exemplo, dos fazendeiros “titulares” fluminenses frente a fazendeiros de outras províncias, caso de Minas Gerais e São Paulo, em números totais, e de Pernambuco e Rio Grande do Sul em termos relativos (ou seja, considerando-se o respectivo percentual da província ao longo do Segundo Reinado).

3.2 Minas Gerais

O caso da província de Minas Gerais é, em tudo, distinto do que se viu para o Rio de Janeiro. Sua representatividade, dentre os “Grandes”, não só é diminuta, como a curva de concessões é absolutamente oposta àquela dos “fluminenses”; não bastassem tais singularidades, os *loci* agregados Minas Gerais e capital e/ou Paço pouca diferença fazem no tocante à representatividade dos nobilitados, se considerados titulares e “Grandes” com alguma vinculação à referida província.

Começamos pelos “Grandes”. Considerando-se todo o Segundo Reinado, “mineiros” simplesmente responderam por apenas 0,65% dos nobilitados; se somados também aqueles que exerciam algum cargo ou função junto ao governo central ou o Paço, essa porcentagem chega a 4,5. Vale destacar que apenas dois “mineiros”, sem outras vinculações, foram agraciados com algo mais do que baronatos e viscondados sem grandeza, uma das porcentagens mais baixas dentre todas as seis províncias analisadas separadamente.

No que tange aos titulares “mineiros”, a concessão de títulos baixos tendeu a crescer, com pequenas variações, nas últimas décadas do Império: entre 1840-1849, foram 8; mesmo número da década de 1850; no decênio seguinte chegaram a 11; entre 1870 e 1879, alcançaram um total de 26; com um ápice na última década da monarquia, quando totalizaram 64 (o maior número dentre todas as províncias). Se forem considerados

também os títulos referidos, além de Minas Gerais, à capital e/ ou ao Paço, a situação não é muito diferente: 10, 8, 11, 28, 68 (números relativos, respectivamente, às décadas de 1840, 1850, 1860, 1870 e 1880).

Tais dados são mais facilmente perceptíveis no gráfico abaixo.

Gráfico 5:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

A crescente importância de Minas Gerais, claramente não entre os “Grandes”, mas obviamente entre os titulares, não constituiu, contudo, uma curva sempre ascendente, ao menos se comparados os números da província com o total de baronatos e viscondados sem grandeza do Segundo Reinado. Conforme se percebe no Gráfico 6, nas décadas de 1840, 1850 e 1870, Minas Gerais, sem se considerar *loci* agregados (ou seja, casos em que “mineiros” ocupavam algum cargo ou função na capital e/ou no Paço) teve praticamente a mesma porcentagem de “titulares”, decaindo entre 1860-1869, para alcançar, como dito, um altíssimo patamar (dentro o total de baronatos e viscondados sem grandeza concedidos por d. Pedro ou pela princesa Isabel) a partir de 1880.

Gráfico 6:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Em se tratando dos “Grandes”, o gráfico 7 serve apenas para ilustrar o que foi previamente mencionado, ou seja, que figuras vinculadas a Minas raramente recebiam títulos altos se não quando exerciam cargos ou funções junto à capital e/ou ao Paço. No caso, considerando-se o total do Segundo Reinado, foram concedidos: uma honra de grandeza posterior para barão; um baronato com grandeza; sete viscondados com grandeza; um condado; e dois marquesados (número bastante insignificante se comparado àquele dos “Grandes” vinculados ao Rio de Janeiro e/ou também à capital e/ ou ao Paço, um total de 72 títulos entre 1840 e 1889, sem contar o Município Neutro).

Gráfico 7:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

3.3 São Paulo

O caso de São Paulo não se parece com aquele do Rio de Janeiro, nem tampouco se assemelha a Minas Gerais, ainda que, genericamente, pela historiografia, sejam referidas como as províncias dos baronatos do café (o que, em parte, é verdade, mas que, como visto no caso dos “fluminenses”, precisa ser analisado com mais cuidado).

Na década de 1840, os “paulistas” receberam seis títulos baixos (todos eles baronatos) e nenhum título “grande”. No decênio seguinte, foram 7 baronatos e 3 honras posteriores de grandeza para barão. Entre 1860 e 1869, os títulos baixos somaram 12 (sendo 11 baronatos), e nenhuma honra ou título “grande”. Na década seguinte, a escassez de “Grandes” se manteve (com apenas uma honra posterior para visconde), em compensação foram agraciados com 16 baronatos e 6 viscondados sem grandeza. Finalmente, entre 1880 e 1889, a situação se alterou, chegando os “titulares” a um total de 56 baronatos e viscondados sem grandeza somados, e outros 10 “Grandes” (duas honras posteriores para viscondes, dois viscondados com grandeza, 4 condados e mais dois marquesados).

Gráfico 8:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Somando-se os agraciados por São Paulo com aqueles que receberam o título quando também exerciam algum cargo ou função na capital ou no Paço, os dados não se alteram tanto. Quanto aos “titulares”, chega-se a um total de 6, 7, 12, 25, 61 (respectivamente para os períodos de 1840-49, 1850-59, 1860-69, 1870-79, 1880-89). Ou seja, alguma diferença, ainda que proporcionalmente pequena, se fez sentir apenas entre 1870 e 1889.

Mais curiosos, contudo, são os dados sobre os “Grandes”. Enquanto o Rio de Janeiro (simples, sem Município Neutro, capital ou Paço) sofrera um decréscimo significativo nos últimos anos do Império, e Minas figurava entre as províncias com menos títulos altos, os “paulistas” somente ganharam especial relevo entre 1880 e 1889, papel que advinha apenas da província, já que nesse decênio nenhum paulista que ocupasse cargos ou funções junto à capital e/ ou ao Paço foi agraciado (diferentemente de 1870, quando os títulos “grandes” agregados alcançaram um total de 4, se comparados com apenas um honra posterior de visconde concedida a um “paulista”).

A singularidade de São Paulo é mais perceptível nos gráficos abaixo.

Gráfico 9:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Gráfico 10:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

São Paulo, em termo de titulares, manteve, portanto, uma porcentagem estável entre 1840 e 1869, passando a crescer daí em diante; especialmente se somados alguns poucos que também ocupavam cargos ou funções no governo central ou no Paço. No que tange aos “Grandes”, São Paulo teve algum destaque entre 1850 e 1859, alcançando novo patamar no decênio final. De qualquer maneira, se os “mineiros” respondiam por apenas

0,65% do total de “Grandes” do Segundo Reinado, as nobilitações dos decênios de 1850 e 1880 fizeram com que os paulistas chegassem a 4,2%, montante pouco alterado se somados àqueles também com vinculação à capital e/ ou ao Paço, no caso, 5,2%. O que chama a atenção em relação a Minas Gerais é, não somente, o fato de que figuras vinculadas a São Paulo ganharem, em proporção, um número maior de títulos, mas, especialmente a razão invertida entre os “Grandes” referidos somente à província, e aqueles com laços com o centro. Isso indica que fazendeiros, negociantes, deputados provinciais e mesmo deputados gerais paulistas (entre outros), especialmente na última década, foram mais contemplados com títulos altos do que os poderosos mineiros da maior bancada legislativa do Império.

No que tange aos simplesmente titulares, entre 1880 e 1889, os dados, já referidos, também colocam em questão a existência de uma distribuição “equânime” se considerados, por exemplo, os títulos da última década em relação àquela do decênio pós-Maioridade: entre 1840 e 1849, os “fluminenses” ganharam 10 baronatos e nenhum viscondado (ou seja, 16,9% do total de titulares do período), enquanto entre 1880 e 1889 foram 43 baronatos e 10 viscondados sem grandeza (13,9% dos “titulares”); já os “mineiros”, de 1840 a 1849, foram agraciados com 8 baronatos e nenhum viscondado (13,5% dos referidos títulos), e na última década com 60 baronatos e 4 viscondados (16,7% do total); enquanto os “paulistas”, na década do pós-Maioridade, receberam apenas 6 baronatos (10,1% do total), e entre 1880 e 1889, 49 baronatos e 7 viscondados (14,9% de baronatos e viscondados no período).

O número de viscondados sem grandeza concedidos entre 1870 e 1879 e, especialmente, de 1880 a 1889, deve, no entanto, ser relativizado, especialmente em relação às décadas anteriores. Se até fins dos anos de 1860, a maioria dos titulados com baronatos sem grandeza, quando elevados costumava receber honras de grandeza posteriores para barão – seguindo-se, então, a hierarquia mencionada na “Introdução” e no capítulo 1, ou seja, em ordem crescente de importância: baronatos sem grandeza, honras de grandeza posteriores para barão, baronatos com grandeza, viscondados sem grandeza, honras de grandeza posteriores para barão, viscondados com grandeza, condados, marquesados e ducados –, a partir do decênio de 1870-1879, quando do aumento das nobilitações, o ministério do Império alterou significativamente tal ordem. Entre 1850 e 1859, apenas um barão sem grandeza foi elevado diretamente a visconde sem grandeza (enquanto, na década anterior, não houve nenhum caso semelhante); de 1860 a 1869, foram três os barões elevados diretamente para viscondes (sempre sem grandeza); tal prática

alçou um número sem precedentes na década de 1870, ao todo 14 baronatos simples elevados para viscondados sem grandeza; até alcançar o número de 39 entre 1880 e 1889. Isso significa, claramente, que, nos últimos anos do Império, os viscondados sem grandeza perderam significativamente sua importância. Daí ser necessário, especialmente nesse período, relevar maiores diferenças de *status* entre baronatos e viscondados simples.

Mesmo que o número de títulos do Rio de Janeiro tenha se mantido elevado, em comparação com a maioria das províncias, em termos de importância, considerando-se todos os dados para o Segundo Reinado, os “fluminenses” perderam importância frente às duas outras províncias cafeeicultoras: frente a Minas Gerais e São Paulo, em termos de “titulares”, e, no tocante aos “Grandes”, especificamente em relação aos “paulistas”.

3.4 Bahia

Antes de adentrar especificamente nos dados sobre a Bahia, vale recuperar brevemente as informações colocadas acima, no caso a razão entre “Grandes” e “titulares” (simples, ou seja, sem capital e/ou Paço). Em se tratando de fluminenses, a razão “Grandes”/titulares, ao longo do Segundo Reinado, foi de 1/3,1 (ou seja, para cada honra de grandeza para barão e visconde, baronato com grandeza, viscondado com grandeza, condado e marquesado, eram agraciados com títulos de barão e visconde sem grandeza 3,1 “fluminenses”). Como mencionado anteriormente, os “negociantes, capitalistas e proprietários” da Praça do Rio de Janeiro responderam por uma quantidade significativa de títulos e honras (58), especialmente nas décadas de 1840 (12) e 1880 (28). Considerados os dados para todo o Segundo Reinado, os “Grandes” e titulares do Município Neutro alcançavam uma razão de 1/1,9 (bastante superior, portanto, aos referidos “fluminenses”). No caso de Minas Gerais, tal razão era, como se disse, baixíssima, 1/58; no caso de São Paulo, já alçava um pouco mais, ainda que muito distante do Rio de Janeiro, no caso, 1/7,3 (número, contudo, que tem pouca vinculação com a realidade de todo o Segundo Reinado, já que 2/3 dos “Grandes” foram nobilitados entre 1880 e 1889, consideradas apenas as 4 primeiras décadas tal razão cairia para 1/25). A província da Bahia, ao contrário das duas últimas, era aquela com razão mais próxima aos “fluminenses”, com 1 “Grande” para cada 4,7 titulares. Uma vez que estamos considerando apenas aqueles que não tinham também como *locus* a capital e/ou o Paço, isso significa que o Império tendeu a privilegiar os fazendeiros baianos (e um pequeno número de negociantes) com títulos mais altos.

O número total de títulos concedidos aos baianos foi, contudo, bastante inferior àqueles conferidos a figuras ligadas às outras três províncias, conforme se pode ver no gráfico 11.

Gráfico 11:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

No total, os baianos, sem outra vinculação, receberam 53 baronatos e 3 viscondados sem grandeza, e 12 títulos altos (sendo 4 honras de grandeza para barão, uma para visconde, um baronato com grandeza, 3 viscondados com grandeza, e 3 títulos de conde). Diferentemente dos paulistas, contudo, a concessão de tais títulos não foi feita apenas na última década, mas se distribuiu ao longo de todo o Segundo Reinado, com uma maior relevância, como se vê no Gráfico 11, nas décadas de 1860 e 1870.

Em se tratando dos “baianos” que também tinham ocupação junto ao governo central e ao Paço (sem contar aqueles com *locus* simples), os números também destoam dos casos anteriores. Os “fluminenses” ligados à capital e/ou ao Paço foram agraciados com 29 títulos “grandes” e 23 títulos baixos no total, numa razão de 1/0,8; quanto àqueles ligados a Minas/ capital e/ou Paço, a soma referente aos anos de 1840 a 1889 chega a 12 “grandes” e 9 titulares, com razão de 1/0,75. Já para São Paulo, as somas são de 4

“grandes” e 8 titulares, em razão de 1/2. Finalmente, a Bahia alcançava 17 “grandes” para 10 titulares em uma razão de 1/0,6.

Considerando, como já foi explicado no capítulo anterior, que referidos à província e capital eram aqueles que ocupavam (no ato da titulação) ou haviam recentemente ocupado (no ano anterior) os cargos de senador e vice-presidente de província (apenas um vice-presidente recebeu honras de grandeza, sendo todos os demais “titulares”), e que grande parte dos senadores eram também ministros, conselheiros de Estado, diplomatas e altos oficiais do Exército, fica evidente o esforço do Império em agraciar com títulos “grandes” o que poderíamos chamar de altos políticos brasileiros. Esses últimos tinham relações preferencialmente com as províncias do Rio de Janeiro, Bahia e, empatados, Minas Gerais e Pernambuco.

A importância no caso dos baianos nobilitados com vínculos com a capital e/ ou ao Paço, e a representatividade relativa dos “Grandes” pode ser mais facilmente visualizada nos gráficos 12 e 13.

Gráfico 12:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Gráfico 13:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

3.5 Pernambuco

Como colocado acima, os nobilitados por Pernambuco/ capital/ e ou Paço, alçaram, ao longo do Segundo Reinado, importância equivalente àquela de Minas Gerais, com o mesmo total de 12 “Grandes”, ainda que a razão entre “Grandes”/titulares seja de 1/1,6 (bem mais alta, portanto, que Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, ainda que mais baixa do que São Paulo).

Considerando o total de nobilitações, os “pernambucanos” (sem vinculação à capital e/ao Paço) foram agraciados com 62 títulos (sendo 56 baronatos e 6 viscondados sem grandeza) e um único viscondado com grandeza. Nesse sentido, Pernambuco chega a uma razão entre “Grandes”/ titulares de 1/62, mais baixo que Minas Gerais (1/58). Quanto aos pernambucanos que também ocupavam cargos ou funções junto à capital e/ou ao Paço, o número de titulares de 1840 a 1889 foi de 14, e o de “Grandes”, como referido, foi 12.

Pernambuco, assim, em números totais de titulares, alcançou 62 nobilitações, enquanto a Bahia, 56. Ainda que, nesse sentido, Pernambuco esteja, portanto, mais próximo da Bahia do que do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (com 173, 116 e 103 respectivamente), a curva de concessões se parece, conforme o Gráfico 14 abaixo,

mais com aquela de Minas e São Paulo, com um aumento (ainda que não tão significativo) na década de 1880.

Gráfico 14:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Curioso é o fato de que nenhum pernambucano com cargos ou funções no governo central e/ou no Paço foi nobilitado entre 1870-1879, enquanto figuras com vinculações apenas provinciais receberam 13 baronatos e 2 viscondados sem grandeza, situação evidente conforme porcentagens apresentadas nos gráficos 15 e 16 abaixo.

Gráfico 15:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Gráfico 16:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Em termos, portanto, de “titulares”, os pernambucanos atingiram seu ápice entre 1860 e 1869, com uma razoável recuperação na última década do Império. Sendo os “titulares” de Pernambuco, com vinculação à capital e/ ou ao Paço, mais beneficiados entre 1840 e 1849. No que tange aos “Grandes”, como mencionado, Pernambuco (simples)

contou com apenas um agraciado ao longo de todo o Segundo Reinado, e outros 12, quando somada a província à capital e/ou ao Paço. No caso dos “Grandes”, contudo, diferentemente dos titulares, o auge se deu entre os anos de 1850 e 1859, período em que Minas Gerais agregado também alcançou sua maior representatividade.

3.6 Rio Grande do Sul

Ainda que, como mencionado no capítulo 1, a historiografia não tenha considerado, separadamente, a importância do Rio Grande do Sul, quando comparados os dados da província austral com aqueles das cinco províncias já analisadas e, principalmente, das outras 14, fez-se necessário analisar o caso dos rio-grandenses.

No total, figuras com vinculações apenas provinciais foram contempladas com 33 títulos de barão sem grandeza e 2 viscondados também sem grandeza; quanto aos “Grandes”, os “rio-grandenses” foram agraciados com 2 viscondados com grandeza, 1 baronato com grandeza e 1 honra de grandeza posterior para barão. Em termos de razão “Grandes”/titulares, eles estavam assim à frente tanto de Pernambuco, quanto de Minas Gerais, alcançando uma razão de 1/16,5.

Em termos de “Grandes” há que se considerar, primeiramente, que o único duque do Império, Luís Alves de Lima e Silva, era justamente senador pelo Rio Grande do Sul, e que tal vinculação não era puramente nominal.⁵ Além de Caxias, outros 8 rio-grandenses, com cargos e funções junto ao governo central e/ou ao Paço também se tornaram “Grandes do Império”. Comparando tal número, faz-se necessário rememorar que apenas 4 paulistas, com vínculos à capital e/ou ao Paço, foram “Grandes” entre 1840 e 1889 e que, portanto, os rio-grandenses contaram com maior reconhecimento que a província do centro-sul.

---

⁵ Sobre isto ver, Leonardo dos Reis GANDIA, *A política ao fio da espada: Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852)*, dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2015.

Gráfico 17:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Ademais, vale lembrar também que o alto oficialato, Exército e Marinha, foi considerado como referente apenas à capital, o que significa que a atuação, pura e simples, junto ao Estado Maior, seja durante a Guerra do Paraguai ou em outras contendas que envolveram a parte mais austral do Brasil, não foi somada ao Rio Grande. A representatividade de titulares e “Grandes” rio-grandenses, com ou sem vinculação a outros *loci*, fica mais visível nos gráficos 18 e 19 abaixo.

Gráfico 18:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Gráfico 19:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

O que os gráficos acima mostram, para além do já mencionado, é que se os “Grandes” do Rio Grande do Sul (sem outro vínculo) estão concentrados na década de 1860, o oposto ocorre no caso dos titulares. Isso pode indicar uma preocupação do governo imperial em demonstrar, digamos, seu apreço por estancieiros, charqueadores e negociantes especialmente afetados pela Guerra do Paraguai e, simultaneamente, centrais

para a manutenção das tropas. Consideração que, como se verá no próximo capítulo, não foi demonstrada (ao menos no que tange aos altos títulos em relação a figuras de outras províncias que contribuíram de alguma forma para a Guerra, fosse com ajudas financeiras, fosse organizando batalhões de voluntários).

Quanto aos “Grandes” que também exerciam algum cargo ou função junto ao governo central e/ou ao Paço, sua importância já era visível entre 1850 e 1859 (possivelmente devido à Guerra Grande), aumentando no decênio seguinte e mantendo-se praticamente estável entre 1870 e 1879.

Contudo, levando-se em conta o impacto da Farroupilha (1835-1845) nas titulações, vê-se que os nobilitados, mesmo que poucos (tanto com baixos como altos títulos) eram todos figuras ligadas tão somente à província.

De qualquer maneira, é evidente que o Rio Grande do Sul, especialmente no que tange aos “Grandes”, sobressaía dentre o conjunto das províncias do Império, ainda que, como a Bahia (e, relativamente, o Rio de Janeiro), tenha perdido parte de sua importância na última década.

3.7 As outras 14 províncias

Como referido anteriormente, Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe alcançaram um total de 22 títulos “grandes” (ou seja, uma média de 1,6 título por província, considerados tanto os casos de província simples, como província agregada à capital e/ou ao Paço), média impressionantemente inferior a todas as seis analisadas anteriormente.

Mesmo em termos de titulares, sua representatividade conjunta era bastante baixa, com um total de 96 titulares, ou seja, 6,8 títulos por província entre 1840 e 1889 (considerados, conjuntamente, como acima, os títulos apenas provinciais e aqueles também com vinculação à capital e/ou ao Paço).

No que tange àqueles apenas vinculados à província, a concessão de títulos acompanha o decorrer dos anos, ou seja, aumenta na medida em que as nobilitações também aumentam (totalizando 79 para todo o Segundo Reinado). Quanto aos nobres com cargos e funções junto ao governo central e/ou ao Paço, o número de 39, fossem eles titulares ou “Grandes”, só é alcançado devido às concessões da última década do Império,

que chegam a 2/3 do total do Segundo Reinado, como se pode ver nos gráficos 20, 21 e 22 abaixo.

Gráfico 20:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Gráfico 21:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Gráfico 22:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Como fica evidente pelos gráficos acima, os titulares (sem outros loci agregados) das outras 14 províncias alcançaram seu ápice na década de 1850, quando sua representatividade relativa subiu consideravelmente em relação ao decênio anterior. Daí para diante, ainda que em números totais tenham sido beneficiadas, em termos relativos, foram decaindo década a década. A recuperação vista entre 1880 e 1889 deve-se então aos títulos de barão e visconde sem grandeza concedidos àqueles que tinham vinculação com a capital e/ou ao Paço.

Quanto aos títulos altos, aqueles com relações unicamente provinciais, se viram melhor representados em dois períodos, entre 1840 e 1849, e 1860 e 1869. Novamente, nos últimos anos do Império, o que se vê, é um aumento na titulação dos “Grandes” que exerciam cargos e funções junto ao governo central/ou ao Paço, indicando, portanto, uma curva bastante distinta das anteriores.

Contudo, ainda que, para fins de análise, tenhamos somado os números relativos às províncias de Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe, não se pode desconsiderar, tampouco, suas singularidades.

Dentre as 14, aquela que mais nobilitações (simples e agregadas) recebeu, foi a província do Pará (com 17); seguida de Alagoas (com 16); do Maranhão (com 15); Paraná (com 11); Ceará e Sergipe (cada uma com 10); Espírito Santo e Piauí (com 8 cada uma);

Mato Grosso (6); Amazonas e Paraíba (5); Rio Grande do Norte (4); Santa Catarina (3); e, finalmente, sem qualquer nobilitação, Goiás.

Se considerados separadamente, contudo, os agraciados apenas ligados à província e aqueles vinculados com a capital e/ou o Paço, a ordem se modifica. Nesse caso, tomando-se em consideração província/ capital e/ou Paço, o Pará continua à frente (com 7); seguido do Piauí (6); Maranhão (5); Amazonas (4); Paraná (3); Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Santa Catarina (2 cada); Rio Grande do Norte e Sergipe (1 por província); e, claro, Goiás, sem nenhum.

Considerando-se que a província do Amazonas foi separada do Pará em 1850, torna-se evidente que a região do antigo Grão-Pará, que incluía, até meados do oitocentos, a chamada comarca do Rio Negro (futuramente, Amazonas), ultrapassa sensivelmente todas as outras, com um total de 22 nobilitações. Metade de tais nobilitações foram concedidas a figuras também vinculadas à capital e/ou ao Paço (ainda que a franca maioria tenha sido agraciada tão somente com o título de barão).

Tais dados são mais facilmente visualizados na tabela abaixo.

Tabela 6:

Títulos concedidos (<i>locus</i> simples e agregado): Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe										
Distribuição de Títulos por Província	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	TOTAL SIMPLES POR Província/ Local	TOTAL AGREGADO POR Província/ Local
2º Reinado (1840-1889)										
Alagoas	12	2							14	16
AL/Capital e/ou Paço	1					1			2	
Amazonas	1								1	5
AM/Capital e/ou Paço	3		1						4	
Ceará	6			2					8	10
CE/Capital e/ou Paço	1					1			2	
Espírito Santo	5	1							6	8
ES/Capital e/ou Paço	2								2	
Goiás									0	0
GO/Capital e/ou Paço									0	
Maranhão	10								10	15
MA/Capital e/ou Paço	2		1			2			5	
Mato Grosso	4								4	6
MT/Capital e/ou Paço	1					1			2	
Pará	10								10	17
PA/Capital e/ou Paço	4				1	2			7	
Paraíba	3								3	5
PB/Capital e/ou Paço	1	1							2	
Paraná	5			3					8	11
PR/Capital e/ou Paço	2	1							3	
Piauí	2								2	8
PI/Capital e/ou Paço	3					2		1	6	
Rio Grande do Norte	3								3	4
RN/Capital e/ou Paço						1			1	
Santa Catarina			1						1	3
SC/Capital e/ou Paço	1					1			2	
Sergipe	9								9	10
SE/Capital e/ou Paço		1							1	
TOTAL POR TÍTULO	91	6	3	5	1	11	0	1	118	118

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Conforme se depreende da tabela, a ordem de importância das províncias também se modifica se separarmos os titulares dos “Grandes”.

Em termos de “Grandes” (simples e agregados), tomam a dianteira as províncias do Pará, Maranhão, Piauí e Alagoas, com três cada uma (desconsiderando-se, contudo, as diferenças entre aqueles vinculados somente à província e os nobilitados que possuíam ligação com a capital e/ou o Paço, e mesmo a hierarquia dos títulos). Em seguida, aparece Santa Catarina, com dois “Grandes”; e, finalmente, todas as outras províncias (à exceção de Goiás), com apenas um “Grande”.

Dentre tais “Grandes”, sobressaem os títulos de visconde com grandeza (respondendo pela metade do total)⁶, sem que qualquer condado tenha sido concedido, e o único marquês fosse vinculado (para além de seus cargos e funções junto ao governo central) ao Piauí.⁷

3.8 Capital e/ou Paço

Considerando-se os dados levantados acima, não surpreende, em se tratando daqueles com vinculação apenas à capital e/ou ao Paço, o número de títulos altos ultrapassar aqueles das províncias, alcançando um total de 102 “Grandes”, entre 1840 e 1889 (no caso da província com maior número absoluto de “Grandes”, o Rio de Janeiro, as somas alcançam, como referido anteriormente, 43, se considerados apenas aqueles com vinculação provincial, e um total de 72 se somados também os nobilitados com atividades junto ao governo central e/ou ao Paço).

Em termos de razão entre “Grandes” e barões/viscondes sem grandeza, a razão final, contudo, não é tão discrepante quanto se poderia pensar *a priori*. Se, 102 foram os “Grandes” sem vinculação provincial, os titulares alcançaram um total, para o Segundo Reinado, de 105 (numa razão de praticamente 0,96/1). Curiosamente, se levantados os dados agregados, ou seja, o número de “Grandes” que além de cargos ou funções junto ao governo central também tinham relações com as províncias (majoritariamente senadores, como mencionado anteriormente), a razão entre “Grandes” e titulares (também com *loci* múltiplos) pouco se altera, chegando a 1/0,97 (relativamente ao total de 207 “Grandes” e 202 barões e viscondes sem grandeza).

Tais números, contudo, ganham outra dimensão se referidos aos baronatos e viscondados sem grandeza concedidos ao longo do Segundo Reinado, no total 826, e aos “Grandes”, 307. Considerando-se então, tais números, os “Grandes” sem vinculação provincial correspondiam a 33,9% do total, enquanto os titulares a apenas 12,7%. Quanto aos *loci* agregados, a porcentagem de “Grandes” torna-se significativamente mais expressiva, com um total de 67,4%, enquanto os titulares não passaram de 24,4%,

---

⁶ Como se pode depreender da tabela, os outros 10 “grandes” referiam-se a seis honras de grandeza para barão (posteriores ao baronato simples); três baronatos com grandeza; e uma honra de grandeza para visconde (posterior ao título).

⁷ Tratava-se, no caso, de João Lustosa da Cunha Paranaguá, agraciado com o título de segundo marquês de Paranaguá em 1888.

indicando claramente a tendência do governo de conceder títulos altos àqueles que, acima de tudo, exerciam cargos políticos.

Contudo, conforme se vê nos gráficos abaixo, a concessão de títulos para aqueles vinculados à capital e/ou ao Paço (e também às províncias) não seguiu o mesmo padrão de distribuição ao longo do Segundo Reinado.

Os titulares com ligações também provinciais foram mais beneficiados nas décadas de 1840 e 1870, ultrapassando os baronatos e viscondados sem grandeza concedidos a figuras apenas com laços provinciais. Nas décadas de 1850 e 1860, os “fluminenses” foram mais agraciados com títulos baixos do que a soma total de titulares vinculados ao governo central e/ou ao Paço, e a alguma das províncias (somada, neste caso, a própria província do Rio de Janeiro).

Já os “titulares” com vínculo apenas à capital e/ou ao Paço, sua menor representatividade em relação às províncias (agora agregadas), se dá não só nas décadas de 1850 e 1860, mas também entre 1880 e 1889, nos últimos anos do Império, sendo impressionante, contudo, sua importância entre 1870 e 1879.

Gráfico 23:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Gráfico 24:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Gráfico 25:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Gráfico 26:

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Agora, se considerados os “Grandes”, a situação se mostra em tudo diversa. Considerando-se aqueles que, além de referidos à capital e/ou ao Paço, também tinham ligação com alguma província, o que se percebe é sua crescente importância ao longo do Segundo Reinado, especialmente se comparadas às décadas de 1840 e 1880. Contudo, quando se tomam os dados simples, ou seja, aqueles dos “Grandes” com vinculação apenas à capital e ao Paço, o que se vê é uma oscilação constante ao longo do período considerado.

No que tange à década de 1840, é possível que a discrepância se deva ao número de senadores nomeados no Primeiro Reinado, que, como dissemos no capítulo anterior, foram considerados apenas como “capital” (sem referência à província que os elegeu) em razão da sistemática adotada por d. Pedro I, quando da indicação dos representantes da câmara alta para a primeira legislatura. Ainda que, na década de 1860, alguns deles ainda estivessem na ativa, e recebendo títulos, a crescente importância dos “Grandes” sem vínculos provinciais já não parece explicar devidamente a situação. Entre 1860 e 1869, contudo, ou mais especificamente entre 1865 e 1869, deve-se considerar que oito altos oficiais do Exército foram agraciados com: uma honra de grandeza para barão, três

baronatos com grandeza, dois viscondados com grandeza, 1 condado e 1 marquesado; enquanto dois oficiais da Marinha receberam baronatos com grandeza, e um viscondado com grandeza (somando, ao todo, dentre os nobilitados do Estado Maior, sem vínculo provincial, 11 títulos “grandes”). Esses 11 respondem perfeitamente pela maior importância vista no gráfico acima, já que, no total, entre 1860 e 1869 foram concedidos 24 títulos “grandes” para figuras sem vínculos provinciais.

Quanto à década final do Império, contudo, não há hipóteses mais evidentes acerca da elevada representatividade dos “Grandes” sem vínculos provinciais. Considerando-se, porém, o que foi levantado nos subcapítulos anteriores, o que se vê com clareza é uma política do governo de restringir ainda mais os títulos altos para “fazendeiros” (sendo a província de São Paulo a grande exceção), reservando honras (posteriores ou juntamente com os títulos de barão e visconde), condados e marquesados para aqueles que exerciam algum tipo de atividade política de maior relevo.

Capítulo 4:

Entre senadores e fazendeiros: as razões de nobilitação no Segundo Reinado

Em 1869, Luís Alves de Lima e Silva recebeu o único ducado concedido em todo o Segundo Reinado. Como se sabe, a distinção se devia à sua atuação como comandante das forças brasileiras (e, depois, da Tríplice Aliança) na Guerra do Paraguai. Contudo, naquele ano, para além de marechal, ele também era conselheiro de Guerra (do Tribunal Supremo Militar, desde 1859), senador pelo Rio Grande do Sul (nomeado em 1845), e finalmente, veador em exercício, desde, ao menos, inícios da década de 1840, e ajudante de Campo de Sua Majestade o Imperador, nomeado em 1853 (ambos os cargos junto ao Paço).

Na década anterior, o então general havia se tornado marquês, em 1852, após sua atuação na Guerra Grande. Naquele momento, já era senador, veador em exercício, mas também presidia a província do Rio Grande do Sul, função que exercia pela segunda vez, de 1851 a 1855. Os títulos anteriores, ambos da década de 1840, remetiam essencialmente, como se sabe, à sua atuação no combate à Balaiada e depois na Farroupilha.

Em 1845, quando recebeu o título de conde, o general Lima e Silva não havia sido ainda nomeado senador, mas não só já ocupava o referido cargo no Paço, como também exercia, pela primeira vez, a função de presidente da província do Rio Grande do Sul (desde 1842, permanecendo na posição até 1846).

Seu primeiro título, de barão de Caxias sem grandeza, concedido em 1841, devia-se à sua atuação na Balaiada (tanto assim que a designação remetia à cidade de Caxias, no Maranhão, que se tornara uma das bases dos rebeldes). Além de brigadeiro, Lima e Silva já era veador e presidente da província rebelde desde o ano anterior.

Desta feita, considerando-se os padrões estabelecidos para determinar a “razão” (ou “razões”) dos títulos e honras, tal como descritos no capítulo 2, ao tornar-se tanto barão como conde, Lima Silva era ao mesmo tempo “exército”, “presidente de província” e “Paço”. Em 1852, a todas essas “razões”, somava-se ainda o cargo de “senador”.

Já em 1869, quando lhe foi ofertado o título de duque, continuava como “senador” (já que se tratava de cargo vitalício), era obviamente vinculado ao “Exército”, mantendo também cargos junto ao “Paço”.

Esses, contudo, não foram os únicos cargos e funções do futuro duque no Segundo Reinado. Entre 1840 e 1841, foi deputado provincial pelo Rio de Janeiro, e, em 1850, pelo Rio Grande do Sul. Além, é claro, de ministro da Guerra entre 1855 e 1857, e depois,

novamente em 1861 e 1862, e presidente do Conselho de Ministros em 1856 e 1857, e de 1861 a 1862.

Em se tratando dos cargos ministeriais, como fica evidente, sua atuação à frente da pasta da Guerra ou como presidente do Conselho não foi concomitante à concessão de qualquer um dos títulos, ou mesmo imediatamente anterior. Nesse sentido, vale relembrar que, tal como descrito no capítulo 2, só foram consideradas as ocupações exercidas no ano da nobilitação ou no ano imediatamente anterior. Quanto às representações junto aos legislativos provinciais, elas tampouco foram contabilizadas, pois, como já explicado, uma vez que o nobilitado ocupasse qualquer cargo considerado politicamente mais importante (como deputado geral, senador, ministro, conselheiro de Estado, etc.), elas também não seriam incluídas na razão. Assim, foram considerados como “deputados provinciais” aqueles que tão somente tinham essa ocupação, ou que além dela somassem apenas vice-presidência de província, ou exercessem algum cargo de “diretor” ou junto ao Paço, além, é claro, de ocupações como fazendeiro, negociante, capitalista, proprietário, ou tivessem ainda auxiliado “as forças imperiais”.

A trajetória pessoal e de titulação de Caxias ilustra claramente, portanto, o padrão utilizado para quantificar as “razões” das nobilitações, padrão aplicado a todos os 1.113 títulos e honras concedidos no Segundo Reinado.

A fim de compreender o significado das nobilitações entre 1840 e 1880, de cada uma das razões elencadas no capítulo 2 – a saber: conselheiro de Estado, ministro, senador, corpo diplomático, presidente de província, deputado geral, Exército, Marinha, Paço, Igreja, família, auxílio às forças imperiais, deputado provincial, vice-presidente de província, fazendeiro, negociante, capitalista, proprietário, e aqueles que só puderam ser contabilizados como “outros” –, as informações extraídas do banco de dados foram organizadas em tabelas. Para cada razão, foram quantificados aqueles nobilitados apenas pela razão específica, mas também o conjunto de honras e títulos concedidos aos que, além da razão principal, agregavam outras.

Se, no caso dos *loci*, foi possível fazer uma análise parcial e geral de cada *locus* em termos de significado relativo global, tal procedimento mostrou-se inviável para as razões, já que, como evidente pelo exemplo de Caxias, as “razões” não só variam no tempo, como agregam-se sem seguir um padrão preestabelecido ou normatizável mesmo *a posteriori*.

Considerando as especificidades das várias razões e, paralelamente, eventuais significados comuns entre algumas delas, o texto que se segue está organizado em nove subcapítulos: Paço; Estado Maior (no caso, Exército e Marinha); altos cargos dependentes

(em algum nível) de indicação de algum dos poderes do governo central (conselheiro de Estado, ministro, senador, Judiciário, corpo diplomático e presidente de província); deputado geral; fazendeiro, negociante, capitalista e proprietário; cargos provinciais (agregando representantes no legislativo provincial e vice-presidentes de província); auxílio às forças imperiais; diretor; e, finalmente, Igreja, família, “outros” casos e sem informação (as poucas situações em que não foi possível determinar a razão, ainda que os *loci* tenham sido identificados para todos os 1.133 títulos e honras concedidos).

Finalmente, mais uma vez, a fim de facilitar a compreensão dos dados, as nobilitações foram agregadas em titulares e “Grandes”.

4.1 Os empregados do Paço

Gravitando na esfera do Paço, encontrava-se um conjunto de pessoas que servia diretamente à família imperial, denominados “empregados do Paço Imperial” ou “criados”.¹ A seleção de que cargos implicavam alguma função de destaque ou responsabilidade junto ao imperador e à família imperial partiu não só das relações presentes no *Almanak Laemmert*, como também do levantamento de cargos e funções efetivamente exercidas pelos nobilitados.

Desta feita, do total de 155 honras e títulos concedidos a figuras que exerciam algum cargo ou função (não honorária) junto ao Paço, temos, no caso dos homens: Aio dos príncipes, Ajudante de campo do imperador, Capelão-mor (e vice-Capelão-mor), Fidalgo Cavaleiro, Gentil-homem da Imperial Câmara, Guarda-roupas, Moço da imperial câmara, Moço-fidalgo, e Veador.² Além destes, havia ainda os médicos da Imperial Câmara. Em se tratando das mulheres, elas eram Aias das princesas, Camareiras-mor e Damas do Paço.³

---

¹ A primeira designação está registrada no *Almanak Laemmert* de 1873, e a segunda é citada por Barman em *Imperador Cidadão*, p. 29.

² Conforme referências citadas ao final da nota, Aios dos príncipes respondiam pela criação de um príncipe menino ou “filho de pessoas de qualidade”. “Ajudante de Campo do Imperador” era um oficial militar de guerra que serve ao imperador; o que recebe e distribui as ordens do general. Já o Capelão-mor respondia pelos ofícios divinos na capela imperial. O foro de fidalgos-cavaleiros, por sua vez, era concedido pelo monarca aos que tinham servido ao Estado, ou àqueles que tomava para o seu serviço. Já o Gentil-Homem da Imperial Câmara era definido apenas como um criado nobre da casa real. Aos Guarda-roupas, como o nome já indica, cabia, nominalmente, guardar a roupa de um rei ou um príncipe. Definição tão pouco explicativa quanto àquela dos Moços da Imperial Câmara, que serviam na Câmara do rei. O foro de Moço-fidalgo implicava que o rei tomava para si (ou “filhava”), algumas pessoas para seu serviço. Os veadores, por sua vez, seriam responsáveis por examinar os alimentos que eram colocados à mesa real, bem como por inspecionar e prover o que era necessário. Raphael BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez & Latino* (1728), passim; Antonio de Moraes e SILVA (1789), *Diccionario da lingua portugueza*, passim; Luiz Maria da Silva PINTO (1832), *Diccionario da Lingua Brasileira*, páginas sem numeração; OLIVEIRA, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, passim; ALMANAK Laemmert, 1873, p. 156-158 (suplemento).

³ No que tange às mulheres, as Aias das princesas possuíam a mesma atribuição que os Aios dos príncipes. A Camareira-mor era, nominalmente, uma dama viúva e marquesa ou com o título de marquesa, cujo ofício era dar

Vale destacar que, mesmo não sendo de todo comum, uma mesma pessoa podia acumular cargos do Paço. Além disso, ainda que não fique absolutamente claro, a despeito das definições da função de cada cargo, era evidente a existência de uma hierarquia. Alguns titulados começaram com nomeação para Guarda-Roupas, passaram a Moço-fidalgo, Veador e Gentil-homem da Imperial Câmara. Quanto à ocupação de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, é necessário ressaltar, que, apenas em 1872, conforme o *Almanak Laemmert*, ela se tornou efetivamente um cargo do Paço (listado juntamente com os outros mencionados acima), o que indica, muito provavelmente que, antes disso, seria apenas e tão somente uma posição honorífica.

Conforme se depreende da tabela abaixo, considerando o total de 1.133 títulos e honras distribuídos no Segundo Reinado, fica evidente que cargos no Paço eram responsáveis por um número extremamente baixo de nobilitações, ou seja, 2,7% do total. Tal proporção não se mantém, contudo, se considerados separadamente os titulares e os “Grandes”. Os baronatos e viscondados sem grandeza vinculados aos cargos do Paço correspondiam a menos ainda, a 1,8%, já entre os “Grandes” (se consideradas todas as honras, baronatos e viscondados com grandeza, condados e marquesados) a porcentagem alcança 5,2. Tal aumento de representatividade, porém, só se justifica em razão dos três condados conferidos na década de 1840, concedidos a Bento Antônio Vahia (conde de Sarapuí em 1840), Pedro Caldeira Brant (conde de Iguaçu também em 1840) e a Mariana Carlota de Verna Magalhães (condessa de Belmonte em 1844), todos os três ligados diretamente aos anos formativos de d. Pedro II, ressaltando que os dois primeiros teriam lhe servido nos anos anteriores à Maioridade, enquanto a condessa fora responsável pelos cuidados e educação, desde o nascimento, do então príncipe.

---

para a Rainha a camisa e levantar a cauda do vestido; sendo, então, a maior dignidade entre as damas do Paço. Finalmente, damas do Paço eram genericamente aquelas que faziam corte e assistiam às imperatrizes, rainhas e princesas. Raphael BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez & Latino* (1728), passim; Antonio de Moraes e SILVA (1789), *Diccionario da lingua portugueza*, passim; Luiz Maria da Silva PINTO (1832), *Diccionario da Lingua Brasileira*, páginas sem numeração; OLIVEIRA, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, passim; ALMANAK Laemmert, 1873, p. 156-158 (suplemento).

Tabela 7:

Empregados do Paço (1840-1889)										
Títulos concedidos para Empregados do Paço	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	1			1			3			5
1850-1859										0
1860-1869	1						1			2
1870-1879	9	2			1	1				13
1880-1889	2	1	4	1		2	1			11
TOTAL POR TÍTULO	13	3	4	2	1	3	5	0	0	31
MÉDIA POR ANO	0,26	0,06	0,08	0,04	0,02	0,06	0,1	0	0	0,62
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, eram tão somente empregados do Paço.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Nos decênios posteriores, apenas dois outros condados foram concedidos, um a Luísa Margarida Portugal de Barros (em 1864), feita condessa da Pedra Branca, oficialmente responsável pela educação das princesas, Isabel e Leopoldina, e outro a Cláudio Velho da Mota Maia, conde da Mota Maia em 1888. O último caso, contudo, distingui-se dos anteriores já que o agraciado, médico da Imperial Câmara desde 1881 (e Moço-fidalgo a partir de 1869) não recebeu diretamente a titulação de conde, sendo antes barão (em 1886), e visconde com grandeza (no ano seguinte). Ademais, há que se destacar que nenhum empregado do Paço (que exercesse tão somente esse tipo de função) foi agraciado com um marquesado.

Agora, se considerados os cargos do Paço somados a outras ocupações, os números e porcentagens são em tudo distintos. No total, foram 124 honras e títulos, ou seja, 10,9% das nobilitações entre 1840 e 1889. Destas, 53 (ou 6,4%) correspondiam a titulares e outros 71(23,1%) a “Grandes”, sendo 19 títulos de conde, marquês e duque (os mais altos do panteão nobiliárquico). Contudo, as razões agregadas ao Paço, como ficará mais evidente nos subcapítulos que se seguem, eram, indiscutivelmente, mais importantes do que um cargo de Veador ou até mesmo de Ajudante de Campo do Imperador. Os referidos condes, marqueses

e, claro, o duque de Caxias tendiam a ocupar altas patentes ou cargos junto ao Estado Maior ou ao governo central.

No que tange às concessões no tempo, o que se percebe, contudo, é a maior representatividade relativa dos cargos do Paço, somados a outras razões, nas décadas de 1850 e 1880, respectivamente 11,6% e 12,5%; respondendo a primeira década do Segundo Reinado por 9,7%, 8% de 1860 a 1869, e, finalmente, 10,3% no decênio de 1870.

Tabela 8:

Empregados do Paço com Outras Razões (1840-1889)										
Títulos concedidos para Empregados do Paço com Outras Razões	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	4		1		1	1	2			9
1850-1859	2		3			7	1	1		14
1860-1869	2		6	1		3	1		1	14
1870-1879	16	2		1		6	1	1		27
1880-1889	21	1	7	6		14	8	3		60
TOTAL POR TÍTULO	45	3	17	8	1	31	13	5	1	124
MÉDIA POR ANO	0,9	0,06	0,34	0,16	0,02	0,62	0,26	0,1	0,02	2,48
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, além de empregados do Paço, também exerciam outras funções (conselheiro de Estado, ministro, senador, presidente do senado, presidente de província, deputado geral, presidente da Câmara dos Deputados, vice-presidente de província, deputado provincial, judiciário, corpo diplomático, oficial do Exército, oficial da Marinha, alto clero, diretor, fazendeiro, capitalista, negociante, auxílio às forças imperiais e “Outros”).										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Agora, relembando, como feito acima, o fato de que a razão entre “Grandes” e titulares era bastante distinta, no caso do Paço e Paço agregado, sendo mais representativos os “Grandes”, tais porcentagens tendem a subexpressar a realidade das concessões de honras, baronatos e viscondados com grandeza, condados e marquesados, mesmo década por década.

Entre 1840 e 1849, foram 4 os títulos de barão simples, contra 5 “Grandes”. No decênio seguinte (1850-59), os titulares são ainda menos representativos, apenas 2 de um total de 14 (razão de 1/0,14 entre “Grandes” e titulares). Entre 1860 e 1869, o número total de títulos se mantém, dessa vez, com um pequeno aumento nos titulares (já que, além de dois

baronatos simples, foi concedido também um viscondado sem grandeza, numa razão de 1 “Grande” para 0,21 titular). Já na década de 1870, a razão praticamente se inverteu, com 12 “Grandes” para 17 titulares (1/1,4). Finalmente, nos últimos anos do Império, foram 27 os titulares, e 33 os “Grandes”, voltando praticamente à razão do pós-Maioridade (entre 1840 e 1849, a razão entre “Grandes” e titulares era de 1/0,8; e, no decênio final da monarquia, de 1/0,81).

4.2 O Estado Maior

Se, no caso dos empregados do Paço, é evidente a desproporção entre as nobilitações concedidas para figuras que ocupavam tão somente tais funções e aqueles com outros cargos e ocupações – sendo estes últimos numericamente muito mais importantes –, o mesmo não pode ser dito dos oficiais do Estado Maior.

Os altos oficiais do Exército e da Marinha receberam, respectivamente, 70 e 21 títulos entre 1840 e 1889. No caso do Exército, destes 70 títulos, 55,7% (39) foram concedidos para oficiais apenas, sem outra razão de titulação, e 44,3% (31) para oficiais que exerciam outras funções. Na Marinha, os números são bem parecidos nesse quesito: 57,1% (12) dos títulos foram ofertados para oficiais sem outra função e 42,9% (9) para aqueles que exerciam outros cargos no momento da titulação. Ou seja, Exército e Marinha “simples” receberam mais títulos (em quantidade) do que o Exército e Marinha agregados (com outras “razões”). Quando comparamos com o total de títulos dados para “Grandes” e titulares durante todo o Segundo Reinado, o Exército simples recebeu mais títulos “grandes” do que o Exército agregado, ainda que os números sejam muito próximos: respectivamente, 2,4% (20) dos 826 “titulares” e 6,2% (19) dos 307 “Grandes”; e 1,6% (13) do total de “titulares” e 5,9% (18) do total dos “Grandes”. Já para a Marinha, temos outra disposição de concessão entre titulares e “Grandes”: a Marinha simples recebeu mais titulares do que a Marinha agregada, respectivamente, 0,8% (7) e 0,4% (3) dos 826 títulos baixos, confirmando a tônica para todo o Segundo Reinado (mais titulares do que “Grandes”). A Marinha agregada recebeu mais títulos “grandes” do que a Marinha simples, mas a diferença é de apenas um título: 2%, ou 6 títulos, dos 307 títulos “grandes”, contra 1,6%, ou 5 títulos, da Marinha simples. Esses dados podem ser observados nas tabelas abaixo.

Tabela 9:

Exército (1840-1889)										
Títulos concedidos para Oficiais do Exército	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	1	1				2				4
1850-1859	1	1	2							4
1860-1869	2	1	3			2	1	1		10
1870-1879	9			1	1	1				12
1880-1889	6	1	2							9
TOTAL POR TÍTULO	19	4	7	1	1	5	1	1	0	39
MÉDIA POR ANO	0,38	0,08	0,14	0,02	0,02	0,1	0,02	0,02	0	0,78
OBSERVAÇÃO: estão sendo considerados todos aqueles que por ocasião da titulação eram apenas oficiais do Exército.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Tabela 10:

Exército com Outras Razões (1840-1889)										
Títulos concedidos para Oficiais do Exército com Outras Razões	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	3	1	1				1			6
1850-1859		1	3			1		1		6
1860-1869			1			1			1	3
1870-1879	5					1				6
1880-1889	3		2	2		2		1		10
TOTAL POR TÍTULO	11	2	7	2	0	5	1	2	1	31
MÉDIA POR ANO	0,22	0,04	0,14	0,04	0	0,1	0,02	0,04	0,02	0,62
OBSERVAÇÃO: estão sendo considerados todos aqueles que por ocasião da titulação eram oficiais do Exército e também exerciam outras funções no momento ou nos anos imediatamente anteriores à nobilitação.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

O Exército simples apresenta praticamente um empate entre titulares e “Grandes” para os títulos ofertados no Segundo Reinado: 51,3% (20) para titulares e 48,7% (19) para “Grandes”, totalizando 39 títulos recebidos. No caso do Exército agregado, os titulares decrescem e os “Grandes” aumentam: os titulares somam 13 títulos, 41,9%, enquanto os “Grandes” contam com 18, ou 58,1%.

Outro ponto a ser observado é a distribuição dos títulos entre Exército simples e agregado pelas décadas. Se nas décadas de 1840 e 1850 a quantidade de títulos para o Exército agregado é maior, nas décadas de 1860 e 1870 esse número se inverte e mais que duplica por conta da Guerra do Paraguai. Entre 1840 e 1859, o Exército simples recebeu 8 títulos totais (titulares e “Grandes”), enquanto o Exército agregado foi agraciado com 12 títulos totais. Já nas décadas de 1860 e 1870, ao Exército simples foram concedidos 22 títulos (titulares e “Grandes”), enquanto para o Exército agregado, no mesmo período, as concessões foram de 9 títulos (titulares e “Grandes”). Contudo, quando separamos em titulares e “Grandes”, percebemos que dos 22 títulos concedidos para o Exército simples entre 1860-1879, 12 foram para titulares e 10 para “Grandes”. Comparados com os totais de títulos conferidos para titulares e “Grandes” dessas duas décadas, tais números correspondem a 3,7% (12) dos 322 títulos para titulares (1860-1879) e a 8,8% (10) dos 113 títulos “grandes”. Essa mesma comparação para o Exército agregado resultou em 1,6% (5) para titulares e 3,5% (4) para “Grandes”. Na década de 1880, o Exército simples recebeu 9 títulos (6 titulares e 3 “Grandes”) e o agregado, 10 (5 titulares e 5 “Grandes”), representando, para o Exército simples, 1,6% (6) dos 381 titulares do período e 3% (3) dos 100 “Grandes”. O Exército agregado, por sua vez, ficou com 1,3% (5) dos titulares e 5% (5) dos “Grandes”. Mesmo em seu período de maior número de títulos (décadas de 1860 e 1870), portanto, o Exército como um todo correspondeu a uma pequena parcela dos títulos concedidos.

Para o caso da Marinha, esta responde por uma parte ainda menor dos títulos ofertados ao longo das cinco décadas de governo de d. Pedro II. A Marinha recebeu 21 títulos entre 1840-1889, sendo que destes, 57,1% (12) eram de titulares e 42,9% (9) ofertado para “Grandes”. A Marinha simples responde por 0,8% (7) dos 826 títulos dados para titulares, enquanto a Marinha agregada responde por 0,4% (3). No caso dos títulos altos (“Grandes do Império”), Marinha simples possuía 1,6% (5) dos 307 títulos, e Marinha agregada, 2% (6). Comparativamente, Marinha agregada recebeu mais títulos para “Grandes” (66,7%) do que a Marinha simples (41,7%), o inverso do que aconteceu com o Exército simples (que recebeu mais títulos altos).

Tabela 11:

Marinha (1840-1889)										
Títulos concedidos para Oficiais da Marinha	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849										0
1850-1859						1				1
1860-1869	1		2			1				4
1870-1879	3									3
1880-1889	3	1								4
TOTAL POR TÍTULO	7	1	2	0	0	2	0	0	0	12
MÉDIA POR ANO	0,14	0,02	0,04	0	0	0,04	0	0	0	0,24
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, eram tão somente oficiais da Marinha.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Tabela 12:

Marinha com Outras Razões (1840-1889)										
Títulos concedidos para Oficiais da Marinha com Outras Razões	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849										0
1850-1859										0
1860-1869			2			1				3
1870-1879	3									3
1880-1889			1				1	1		3
TOTAL POR TÍTULO	3	0	3	0	0	1	1	1	0	9
MÉDIA POR ANO	0,06	0	0,06	0	0	0,02	0,02	0,02	0	0,18
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados os oficiais da Marinha que, por ocasião da titulação, também exerciam outras funções (empregado do Paço e deputado geral).										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Nas décadas de 1860 e 1870, por causa da Guerra do Paraguai, as concessões em números absolutos cresceram para a Marinha, como mostra a tabela. Quando comparadas aos títulos ofertados no período, contudo, tais concessões correspondem a 1,2% (4) dos 322 titulares e 2,7% (3) dos 113 títulos “grandes” da Marinha simples; 0,9% (3) dos 322 titulares e 2,7% (3) dos 113 “Grandes”. Essa proporção se torna ainda menor na década de 1880, mesmo que os números absolutos de títulos sejam praticamente os mesmos das décadas de 1860 e 1870: Marinha simples tem 0,8% (3) dos 381 títulos baixos e 1% (1) de títulos altos; Marinha agregada responde por 3% (3) dos títulos altos para 1880-1889, sem títulos baixos.

4.3 Os cargos dependentes do governo central

As funções de conselheiro de Estado, ministro, senador, presidente de província, judiciário e corpo diplomático estavam ligadas diretamente ao governo central, dependendo deste para as nomeações, e, por essa razão, serão analisadas conjuntamente, com o objetivo de identificar quais cargos foram mais nobilitados entre titulares e “Grandes”. No caso dos representantes à Câmara alta, optou-se por mantê-los entre os altos cargos, pois, como mencionado anteriormente, a despeito de obviamente eleitos, cabia ao monarca, no exercício do Moderador, nomear aquele que preferisse dentre os três mais votados.

Conselheiros de Estado

É interessante o fato de que conselheiro de Estado sem outras razões ter recebido apenas 1 título entre 1840-1889, ainda que se tratasse de um viscondado com grandeza, concedido na década de 1870. Vale destacar que só foram reproduzidas, ao longo do texto, as tabelas que traziam vários dados, ou dados diversificados, optando-se, como no caso referido, de apenas uma titulação, apresentar diretamente a informação, sem cansar o leitor com mais uma tabela em tudo desnecessária (caso semelhante, como se verá abaixo, aos dos ministros sem outra ocupação).

Os conselheiros de Estado agregados (com outras “razões”) receberam 41 títulos no Segundo Reinado, correspondendo a 0,1% (1) dos 826 titulares e 13% (40) dos 307 “Grandes”. O conselho de Estado, comparativamente, foi bem representado nas nobilitações, pois o seu quadro de membros era muito pequeno, ao todo 12 conselheiros ordinários e 12 extraordinários (todos vitalícios, sendo que, não foram poucos os anos em que, conforme o *Almanak Laemmert*, o Conselho funcionou com um número menor do que o total de

membros); ademais, a não ser por um único baronato sem grandeza, todos os conselheiros receberam títulos de “Grandes do Império”.

Tabela 13:

Conselheiros de Estado com Outras Razões (1840-1889)										
Títulos concedidos para Conselheiros de Estado com Outras Razões	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849						2				2
1850-1859						12		3		15
1860-1869	1		1			1				3
1870-1879						8		2		10
1880-1889						8	1	2		11
TOTAL POR TÍTULO	1	0	1	0	0	31	1	7	0	41
MÉDIA POR ANO	0,02	0	0,02	0	0	0,62		0,14	0	0,82
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, além do cargo de conselheiro de Estado, também exerciam outras funções (ministro, presidente do Conselho de Ministros, senador, presidente do senado, presidente de província, corpo diplomático, oficial do Exército e empregado do Paço).										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Ministros

Em todo o Segundo Reinado, não houve um ministro sequer (que não exercesse qualquer outro cargo ou função) nobilitado. Se considerados, porém, os ministros que também tinham outra ocupação, o número de nobilitações foi de 14, todos para “Grandes do Império”, correspondendo a 4,6% dos 307 títulos altos. Considerando o fato de que competia ao próprio gabinete conceder títulos, mais especificamente ao ministério do Império, é possível conjecturar que eles se sentissem constrangidos em fazê-lo. Ainda assim, uma vez que cargos ou funções exercidos no ano imediatamente anterior à nobilitação foram, no levantamento feito, contemplados como “razão” – o que, por diversas vezes, implicava a troca de Gabinete –, sobressai o baixo número de títulos e honras conferidos a ministros (ainda que sempre ocupando outros cargos).

Considerando-se o total de gabinetes e pastas, de 1840 a 1889, bastante alto devido às trocas constantes de ministério, tal número é bem pouco significativo. Entre 1840 e 1860, foram 15 gabinetes, cada um com 6 ministérios, de 1861 a 1889, houve outros 21 gabinetes,

mas desta vez com 7 pastas, já que, em 1860, foi criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Sem contar, então, pastas cujo responsável foi substituído durante a vigência do ministério e alguns poucos casos em que uma mesma pessoa ocupou duas pastas, temos para o Segundo Reinado um total de 237 ministros, o que significa que apenas 5,9% dos ocupantes do cargo foram nobilitados.

Tabela 14:

Ministros com Outras Razões (1840-1889)										
Títulos concedidos para Ministros com Outras Razões	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849						1				1
1850-1859						3		2		5
1860-1869			1							1
1870-1879						4		1		5
1880-1889						2				2
TOTAL POR TÍTULO	0	0	1	0	0	10	0	3	0	14
MÉDIA POR ANO	0	0	0,02	0	0	0,2	0	0,06	0	0,28
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que por ocasião da titulação, além dos cargos de ministro e de presidente do Conselho de Ministros, também exerciam outras funções (conselheiro de Estado, senador, corpo diplomático, deputado geral e empregado do Paço).										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Senadores

Os senadores foram agraciados com 81 títulos de nobreza, sendo 9,9% (8) de títulos baixos (titulares) e 90,1% (73) de títulos altos (“Grandes”). Os senadores simples respondem por 0,5% (4) dos 826 titulares e 5,2% (20) dos 307 “Grandes” ao longo do Segundo Reinado; já os senadores com outras “razões” contam com 0,5% (4) do titulares e 18,6% (57) dos “Grandes”. O auge da titulação de senadores se deu na década de 1850 para os agregados: 32% (18) dos 56 títulos altos (“Grandes”) ofertados no período. Na década de 1870, esse percentual cai para 23% (12) dos 52 títulos altos correspondentes ao período. Ainda assim, é muito representativo.

Tabela 15:

Senadores (1840-1889)										
Títulos concedidos para Senadores	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	2	1						2		5
1850-1859		1	2			1				4
1860-1869	1		1							2
1870-1879	1		1			1				3
1880-1889		1	1			4				6
TOTAL POR TÍTULO	4	3	5	0	0	6	0	2	0	20
MÉDIA POR ANO	0,08	0,06	0,1	0	0	0,12	0	0,04	0	0,4
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, eram tão somente senadores.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Tabela 16:

Senadores com Outras Razões (1840-1889)										
Títulos concedidos para Senadores com Outras Razões	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	2				1	4				7
1850-1859		1	1			11		5		18
1860-1869	2	1	4			2	1		1	11
1870-1879						10		2		12
1880-1889			2			9		2		13
TOTAL POR TÍTULO	4	2	7	0	1	36	1	9	1	61
MÉDIA POR ANO	0,08	0,04	0,14	0	0,02	0,72	0,02	0,18	0,02	1,22
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, além de senadores, também exerciam outras funções (regente, conselheiro de Estado, ministro, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, desembargador do Tribunal da Relação, deputado geral, corpo diplomático, oficial do Exército, empregado do Paço e auxílio às forças imperiais).										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Presidentes de província

Curiosamente, se a ocupação de um ministério não garantia, de modo algum, o recebimento de honras e títulos, alguns ocupantes de presidências de província foram titulados simplesmente por tal ocupação (ainda que, proporcionalmente ao número total de presidentes no Segundo Reinado, a razão seja baixíssima). Ademais, conforme tabela abaixo, tais concessões ocorreram, a não ser por um caso entre 1840 e 1849, apenas nos últimos anos do Império, quando presidentes foram agraciados com três baronatos, um viscondado, dois viscondados com grandeza, e um ducado.

Tabela 17:

Presidentes de Província (1840-1889)										
Títulos concedidos para Presidentes de Província	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849						1				1
1850-1859										0
1860-1869										0
1870-1879										0
1880-1889	3			1		2	1			7
TOTAL POR TÍTULO	3	0	0	1	0	3	1	0	0	8
MÉDIA POR ANO	0,06	0	0	0,02	0	0,06	0,02	0	0	0,16
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, eram tão somente presidentes de província.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Em se tratando de presidentes de província que também ocupavam outros cargos na época da nobilitação, o número total de honras e títulos é ligeiramente maior, ao todo 14. Se no caso das presidências simples, a razão entre titulares e “Grandes” fora de 1/1, considerando todo o Segundo Reinado, quando contabilizados também os “agregados” tal razão se altera um pouco, passando a 1/0,75. O que, provavelmente significa que as outras ocupações tinha mais peso para garantir títulos como viscondados com grandeza. Ademais, o que se vê, contrariamente à situação daqueles que respondiam tão somente pela administração das províncias, é que as nobilitações não se concentram no decênio final do Império, distribuindo-se por todos os períodos, sendo, ao contrário, relativamente mais importantes as nobilitações

entre 1840 e 1849 (ainda que, nesse caso, duas delas se devam à mesma pessoa, ou seja, ao barão e depois conde de Caxias).

Tabela 18:

Presidentes de Província com Outras Razões (1840-1889)										
Títulos concedidos para Presidentes de Província com Outras Razões	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	2					1	1			4
1850-1859			1					1		2
1860-1869							1			1
1870-1879	1	1				1				3
1880-1889	2			1		1				4
TOTAL POR TÍTULO	5	1	1	1	0	3	2	1	0	14
MÉDIA POR ANO	0,1	0,02	0,02	0,02	0	0,06	0,04	0,02	0	0,28
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, além do cargo de presidente de província, também exerciam outras funções (conselheiro de Estado, senador, judiciário, oficial do Exército, deputado geral, vice-presidente de província, deputado provincial, presidente da Assembleia Legislativa Provincial e empregado do Paço).										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Os cargos do Judiciário

Como mencionado no capítulo 2, foram considerados, *a priori*, como cargos do Judiciário as funções de ministro do Supremo Tribunal de Justiça e desembargador junto aos Tribunais da Relação; porém, à medida que os dados foram levantados, com fins a preencher o banco de dados que baliza as presentes análises, foi necessário, também contabilizar outros dois casos: de um membro do Tribunal do Comércio da cidade do Rio de Janeiro, e de um procurador fiscal e diretor Geral do Contencioso do Tesouro Nacional. Em se tratando daqueles que receberam honras e títulos apenas por sua atuação no Judiciário, temos um total de 11 nobilitações, sendo 8 de “titulares” e 3 de “Grandes do Império”. Quando considerados os cargos compostos (ou seja, Judiciário mais outras razões), tal número se eleva para 13, uma diferença muito pequena, mas significativa, levando-se em conta que a razão entre “Grandes” e titulares, neste caso de 1/0,2 (muitíssimo superior ao 1/3 daqueles com razões simples).

Tabela 19:

Judiciário (1840-1889)										
Títulos concedidos para o Judiciário	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849										0
1850-1859										0
1860-1869	1		1							2
1870-1879										0
1880-1889	5		1	1	1	1				9
TOTAL POR TÍTULO	6	0	2	1	1	1	0	0	0	11
MÉDIA POR ANO	0,12	0	0,04	0,02	0,02	0,02	0	0	0	0,22
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, exerciam tão somente cargos no Judiciário (ministro do Supremo Tribunal de Justiça, desembargador do Tribunal da Relação, deputado no Tribunal do Comércio da cidade do Rio de Janeiro, e procurador fiscal e diretor Geral do Contencioso do Tesouro Nacional).										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Sem dúvida, se comparado aos ministros (sem outras ocupações), os cargos do Judiciário tendiam a garantir mais títulos, ainda que em sua maioria baronatos. No que tange aos presidentes de província (simples), a diferença não é tão grande, ao menos em termos absolutos, ainda que, em termos relativos, considerando-se a quantidade de responsáveis pela administração das províncias, por um lado, e os ministros do Supremo e desembargadores, por outro, tenda a indicar que a lata judicatura era, em média, mais beneficiada.

Tabela 20:

Judiciário com Outras Razões (1840-1889)										
Títulos concedidos para o Judiciário com Outras Razões	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	1				1					2
1850-1859			1			1				2
1860-1869			3							3
1870-1879						1				1
1880-1889	2		2			1				5
TOTAL POR TÍTULO	3	0	6	0	1	3	0	0	0	13
MÉDIA POR ANO	0,06	0	0,12	0	0,02	0,06	0	0	0	0,26
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, além do cargo no Judiciário, também exerciam outras funções (senador, presidente do Senado, presidente de província, deputado provincial, presidente da Assembleia Legislativa Provincial e empregado do Paço).										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Corpo Diplomático

Como mencionado anteriormente, o corpo diplomático no Segundo Reinado era composto de Ministros Plenipotenciários, Encarregados de Negócios, Enviados Especiais, Cônsules e Chefes de Legação. Dentre os cargos ligados ao governo central (que, obviamente, foram objeto de nobilitação), a diplomacia era a única ocupação na qual o número de “titulares” superava o de “Grandes”; mas não só: a razão simples respondeu por mais nobilitações que a razão agregada. Foram concedidos, àqueles que se ocupavam tão somente da diplomacia, 21 baronatos e um viscondado, quantidade bastante superior aos 6 “Grandes”. No que tange àqueles que ocupavam, além de um cargo junto ao corpo diplomático, outra função, os números alcançam 9 titulares e 3 “Grandes”. Ainda que muito prematuramente, é possível que indagemos se, entre outras motivações, o número alto de titulares simples se deva ao fato de vários deles terem percorrido uma carreira eminentemente diplomática (descontados, é claro, casos semelhantes, por exemplo, ao de Honório Hermeto Carneiro Leão).

Tabela 21:

Corpo diplomático (1840-1889)										
Títulos concedidos para membros do Corpo Diplomático	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	1					1				2
1850-1859										0
1860-1869	3									3
1870-1879	11					3				14
1880-1889	6			1		1				8
TOTAL POR TÍTULO	21	0	0	1	0	5	0	0	0	27
MÉDIA POR ANO	0,42	0	0	0,02	0	0,1	0	0	0	0,54
OBSERVAÇÃO: estão sendo considerados todos aqueles que por ocasião da titulação exerciam apenas funções no corpo diplomático no momento ou nos anos imediatamente anteriores à nobilitação.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Tabela 22:

Corpo Diplomático com Outras Razões (1840-1889)										
Títulos concedidos para Corpo Diplomático com Outras Razões	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849										0
1850-1859						1				1
1860-1869										0
1870-1879	4					1				5
1880-1889	4			1		1				6
TOTAL POR TÍTULO	8	0	0	1	0	3	0	0	0	12
MÉDIA POR ANO	0,16	0	0	0,02	0	0,06	0	0	0	0,24
OBSERVAÇÃO: estão sendo considerados todos aqueles que por ocasião da titulação atuavam no corpo diplomático e também exerciam outras funções no momento ou nos anos imediatamente anteriores à nobilitação.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

4.4 Os deputados gerais

O número de deputados gerais, ao longo do Segundo Reinado, foi, como se sabe, bastante grande, já que, de 1840 a 1889, existiram ao todo 20 legislaturas, chegando quase a 2.500 representantes à câmara baixa do Império (considerando-se a variação das bancadas no período e os substitutos que tomaram assento). Tomando-se tal estimativa como base, fica evidente que ser simplesmente deputado não garantia praticamente nobilitações, já que são apenas 12 os casos, 3/4 deles referentes a títulos baixos.

Contudo, mesmo a ocupação agregada, que respondeu por um total de 18 nobilitações, segundo a estimativa acima, também era pouco representativa, ainda que, neste caso, a concessão de honras e títulos altos fosse bem mais significativa: ao todo, 10. Tais números indicam que, contrariamente ao Senado, o Império não se preocupou em nobilitar deputados e, que, provavelmente, no caso das razões agregadas, os títulos altos se devessem mais às outras ocupações do que à presença do indivíduo na câmara baixa.

Tabela 23:

Deputados Gerais (1840-1889)										
Títulos concedidos para Deputados Gerais	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849										0
1850-1859	1									1
1860-1869	4									4
1870-1879	2									2
1880-1889	1	1	2	1						5
TOTAL POR TÍTULO	8	1	2	1	0	0	0	0	0	12
MÉDIA POR ANO	0,16	0,02	0,04	0,02	0	0	0	0	0	0,24
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, exerciam tão somente as funções de deputado geral e presidente da Câmara dos Deputados.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Tabela 24:

Deputados Gerais com Outras Razões (1840-1889)										
Títulos concedidos para Deputados Gerais com Outras Razões	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	1						1			2
1850-1859	1	1					1			3
1860-1869	1					1				2
1870-1879	3	1				1				5
1880-1889	2					2	2			6
TOTAL POR TÍTULO	8	2	0	0	0	4	4	0	0	18
MÉDIA POR ANO	0,16	0,04	0	0	0	0,08	0,08	0	0	0,36
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, além das funções de deputado provincial e presidente da Câmara dos Deputados, exerciam outras funções (conselheiro de Estado, ministro, senador, presidente de província, vice-presidente de província, deputado provincial, presidente da Assembleia Legislativa Provincial, oficial do Exército, oficial da Marinha, alto clero, diretor, empregado do Paço e auxílio às forças imperiais).										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

4.5 Fazendeiros, negociantes, capitalistas e proprietários

Não surpreende, considerando-se a bibliografia, que fazendeiros, sem outra ocupação, tenham sido o grupo que mais nobilitações recebeu no Império. Ao todo, foram 365, mas apenas 34 “Grandes”. Esses 34, contudo, responderam por 11% dos “Grandes do Império”, ainda que, nenhum deles tenha se tornado marquês (e, obviamente, duque). Contrariamente à historiografia, os poucos nobilitados com títulos “grandes” não se concentraram em termos relativos, na década de 1880 (muito pelo contrário), mas sim em meados do século, entre 1850 e 1859, mantendo uma porcentagem estável nas três outras décadas. Mais especificamente, os fazendeiros “Grandes do Império” responderam por 13,1% do total entre 1840 e 1849; 17,8% na década de 1850; novamente 13,1% no decênio seguinte; 13,5% de 1870 a 1879; para cair a baixíssimos 4% nos últimos anos do Império.

Vale lembrar, então, como mencionado no capítulo 3 que, especialmente a partir de 1870, quando o número de titulações aumentou consideravelmente, o Império tendeu a mudar

sua prática no que tange a hierarquia das titulações, passando barões sem grandeza diretamente para viscondes também sem grandeza.

Tabela 25:

Fazendeiros (1840-1889)										
Títulos concedidos para Fazendeiros	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	19	3	2							24
1850-1859	38	8	1	2		1				50
1860-1869	32	5	1	2		2				42
1870-1879	80	2		5	1	4				92
1880-1889	137			16		2	2			157
TOTAL POR TÍTULO	306	18	4	25	1	9	2	0	0	365
MÉDIA POR ANO	6,12	0,36	0,08	0,5	0,02	0,18	0,04	0	0	7,3
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, eram tão somente fazendeiros.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Considerados os fazendeiros que também tinham outras ocupações, os números são ainda mais expressivos, correspondendo a 53,1% dos 1.133 títulos ofertados entre 1840 e 1889. Os titulares correspondem a 62%, ou 512 títulos, dos 826 títulos baixos, e a 29,3% (90) dos 307 títulos “grandes”. Década a década os números variam, tal como visto acima (tanto em termos absolutos, quanto relativos). Os titulares correspondem a 50% dos 59 títulos baixos da década de 1840; 76,6% dos 64 títulos da década de 1850; 71,4% dos 112 titulares de 1860-1869; 58,1% dos 210 titulares de 1870-1879; e 60,6% dos 381 títulos baixos da década de 1880. O auge relativo de fazendeiros titulares se deu, portanto, na década de 1850 e não na década de 1880, como a historiografia afirma.

Já os fazendeiros “Grandes do Império”, com outras ocupações ou cargos, foram responsáveis por 31,6% dos 38 títulos altos concedidos na década de 1840; 25% dos 56 “grandes” da década de 1850; 39,3% dos 61 “grandes” de 1860-1869; 26,9% dos 52 “grandes” da década de 1870; e 26% dos 100 “grandes” da década de 1880. No caso, portanto, dos fazendeiros “Grandes do Império”, o auge relativo se dá na década de 1860, e vai decrescendo nas décadas de 1870 e 1880, como era esperado pela quantidade de

concessões, mas não fica abaixo do menor índice que é aquele da década de 1850 (25%). Esses números podem ser conferidos nas tabelas abaixo.

Tabela 26:

Fazendeiros (Total) (1840-1889)										
Títulos concedidos para Fazendeiros (Total)	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	30	6	3		1	2				42
1850-1859	47	9	2	2		3				63
1860-1869	77	11	4	3		6	3			104
1870-1879	109	4		13	2	6	1	1		136
1880-1889	200	2	1	31	1	9	11	2		257
TOTAL POR TÍTULO	463	32	10	49	4	26	15	3	0	602
MÉDIA POR ANO	9,26	0,64	0,2	0,98	0,08	0,52	0,3	0,06	0	12,04
OBSERVAÇÃO: estão contabilizados todos os nobilitados que tiveram entre sua ou suas razões a ocupação de “fazendeiro”										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Curiosamente, separando-se do total de fazendeiros aqueles que além de fazendeiros eram simultaneamente negociantes e/ou capitalistas e/ou proprietários, as porcentagens também se alteram, com um total, para todo o Segundo Reinado, de 56 titulares e 16 “Grandes”, numa razão de 1 “Grande” para cada 3,5 titulares. Ademais, o auge relativo não se dá nem em 1850 (caso dos fazendeiros simples), nem em 1860 (caso dos agregados totais), mas entre 1870 e 1879.

Tabela 27:

Fazendeiros/Capitalistas/Negociantes/Proprietários (1840-1889)										
Títulos concedidos para Fazendeiros/Capitalistas/Negociantes/Proprietários	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849		1								1
1850-1859	2					1				3
1860-1869	2									2
1870-1879	12	1		1	1			1		16
1880-1889	31	1		8		3	5	2		50
TOTAL POR TÍTULO	47	3	0	9	1	4	5	3	0	72
MÉDIA POR ANO	0,94	0,06	0	0,18	0,02	0,08	0,1	0,06	0	1,44
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos os fazendeiros que, por ocasião da titulação, também eram capitalistas, negociantes, proprietários.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Antes de adentrar em outras considerações acerca dos fazendeiros, vale analisar com cuidado o caso dos “negociantes, capitalistas e proprietários”, já parcialmente referido quando da análise, no capítulo anterior, do Município Neutro. Eles responderam, sozinhos, por um total de 86 nobilitações ao longo de todo o Segundo Reinado, sendo 69 para titulares e 17 para “Grandes”, o que corresponde a 8,4% (69) dos 826 titulares e a 5,5% (17) dos 307 “Grandes”, sendo sua representatividade especialmente significativa na primeira década do Império, respondendo por 14,4% do total de nobilitações.

Tabela 28:

Capitalistas/Negociantes/Proprietários (1840-1889)										
Títulos concedidos para Capitalistas/Negociantes/Proprietários	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	10	4								14
1850-1859	6	2				3				11
1860-1869	7									7
1870-1879	10	2				1				13
1880-1889	33	1		3	1	1	2			41
TOTAL POR TÍTULO	66	9	0	3	1	5	2	0	0	86
MÉDIA POR ANO	1,32	0,18	0	0,06	0,02	0,1	0,04	0	0	1,72
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados apenas aqueles que exerciam as funções de capitalista, negociante e proprietário no momento da nobilitação.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Agora, quando somadas as ocupações de capitalista, negociante e proprietário com o exercício de algum outro cargo ou função (sem, contar, obviamente os fazendeiros), chega-se a um número bem mais representativo; ao todo, foram concedidos 109 títulos e honras, 9,6% dos 1.133 conferidos no Segundo Reinado. Destes 109, 86 eram de titulares (o que representa 10,4% dos 826 baronatos e viscondados sem grandeza), e 23 de “Grandes” (7,5% do total dos títulos altos). A década de 1840, relativamente, foi a que mais teve títulos para capitalistas/negociantes/proprietários tanto para titulares como para “Grandes”: 20,3% (12) dos 59 títulos baixos e 13,2% (5) dos 38 títulos concedidos no período. Esse número caiu nas décadas posteriores, não mais recuperando esse índice, nem mesmo na década de 1880, ainda que em termos gerais tenha-se chegado a 43 títulos baixos (11,3% dos 381 concedidos no período) e 7 “grandes” (7% dos 100 títulos altos do decênio).

Tabela 29:

Capitalistas/Negociantes/Proprietários (Total) (1840-1889)										
Títulos concedidos para Capitalistas/Negociantes/Proprietários (Total)	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	12	5								17
1850-1859	6	2				3				11
1860-1869	8									8
1870-1879	15	2	1	2		3				23
1880-1889	40	1	1	3	1	1	3			50
TOTAL POR TÍTULO	81	10	2	5	1	7	3	0	0	109
MÉDIA POR ANO	1,62	0,2	0,04	0,1	0,02	0,14	0,06	0	0	2,18
OBSERVAÇÃO: estão contabilizados todos os capitalistas, negociantes e proprietário, que não fossem “fazendeiros”, mas que, no ato da titulação, exerciam qualquer outra ocupação, cargo ou função.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

4.6 Os cargos provinciais

Primeiramente, vale retomar algumas observações feitas no capítulo 2, para justificar o porquê de se considerar deputados provinciais e vice-presidentes como casos relativamente semelhantes. No que tange ao *locus*, diferenciavam-se (já que deputados provinciais remetiam somente à província pela qual foram eleitos), enquanto, no caso dos vice-presidentes de província, seguindo-se a historiografia, optou-se por considerá-los como vinculados tanto à província, quanto à capital.

Contudo, à medida que o banco de dados foi sendo preenchido, tornou-se evidente que as nobilitações recebidas não se deviam, em sua quase totalidade, ao exercício de um ou outro cargo ou função. Na maioria dos casos, os agraciados receberam tal ou qual honra ou titulação por serem fazendeiros, negociantes, capitalistas, proprietários, diretores e por terem auxiliado (de alguma maneira) o governo imperial (como tratado no subcapítulo 4.7).

No geral, portanto, a tabela abaixo se refere a ocupantes de cargos provinciais em que esta foi a única informação disponível no conjunto consultado de fontes e bibliografia, sendo

claramente significativos apenas os casos em que tal ou qual nobilitado era presidente “em exercício” de uma província que apresentava, então, problemas para o governo central (como São Paulo e Minas durante ou logo após a Revolta Liberal, e Pernambuco no decorrer da Praieira). A despeito dos problemas de representatividade da tabela abaixo, vale recuperar as informações nela constantes, ou seja, o dado acerca da concessão de apenas 19 títulos de nobreza, sendo 18 títulos baixos (2,2% dos baronatos e viscondados sem grandeza) e apenas 1 título alto.

Tabela 30:

Cargos Provinciais (1840-1889)										
Títulos concedidos para Vice-presidentes de província/ Deputados provinciais	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	1									1
1850-1859*	1	1								2
1860-1869	1									1
1870-1879	4									4
1880-1889	11									11
TOTAL POR TÍTULO	18	1	0	0	0	0	0	0	0	19
MÉDIA POR ANO	0,36	0,02	0	0	0	0	0	0	0	0,38
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, exerciam os cargos de vice-presidente de província, deputado provincial, presidente da Assembleia Legislativa Provincial e suas combinações (vice-presidente de província/deputado provincial, deputado provincial/presidente da Assembleia Legislativa Provincial). *Em 1854, um visconde com grandeza era diretor e vice-presidente de província. Seu título não entrou nos cálculos desta tabela por ser o único com essa combinação de categorias. Contudo, esse título foi contabilizado na tabela de diretores.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Fazendeiros, negociantes, capitalistas e proprietários com cargos provinciais

Os cargos provinciais ganham, contudo, nova dimensão se considerados os casos em que foi possível identifica-los como fazendeiros. Nesse grupo, as nobilitações chegam a um total de 52 honras e títulos, correspondendo os titulares a 5,2% dos títulos ofertados no Segundo Reinado, e os “Grandes” a 2,9%. Ainda que, em números totais, os últimos anos do Império sobressaíam, em termos relativos, é evidente que a década de 1840 foi aquela em que mais se nobilitou figuras com tal perfil.

Tabela 31:

Fazendeiros com Cargo Provincial (1840-1889)										
Títulos concedidos para Fazendeiros com Cargo Provincial	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	6	2	1			1				10
1850-1859	6	1	1			1				9
1860-1869	7					1				8
1870-1879	5			3						8
1880-1889	13			3	1					17
TOTAL POR TÍTULO	37	3	2	6	1	3	0	0	0	52
MÉDIA POR ANO	0,74	0,06	0,04	0,12	0,02	0,06	0	0	0	1,04
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados os fazendeiros que, por ocasião da titulação, exerciam algum cargo provincial (vice-presidente de província, deputado provincial e presidente da Assembleia Legislativa Provincial).										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Cargos provinciais, tampouco, se mostram especialmente importantes quando considerados os capitalistas, negociantes e proprietários. Já que, esse grupo foi agraciado com um total de 21 honras e títulos, sendo 15 titulares e 6 “Grandes”. Diferentemente daqueles que além de ocupar cargos provinciais eram também fazendeiros, conforme os dados da tabela 31, é evidente sua maior incidência relativa entre 1870 e 1879 (ainda que bastante próxima à década do pós-Maioridade e completamente distinta dos outros decênios).

Tabela 32:

Capitalistas/Negociantes/Proprietários com Cargos (1840-1889)										
Títulos concedidos para Capitalistas/Negociantes/Proprietários com cargos	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	2	1								3
1850-1859										0
1860-1869										0
1870-1879	4		1	2		2				9
1880-1889	7		1				1			9
TOTAL POR TÍTULO	13	1	2	2	0	2	1	0	0	21
MÉDIA POR ANO	0,26	0,02	0,04	0,04	0	0,04	0,02	0	0	0,42
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados tão somente os capitalistas/negociantes/proprietários que, quando da titulação, também exerciam as funções de vice-presidente de província, deputado provincial, diretor, médico vacinador e empregado do Paço.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Como mencionado, os dados referentes aos cargos puramente provinciais se devem mais a um problema de falta de informações do que de representatividade própria da ocupação quando da titulação. Vale somar os totais das tabelas 30, 31 e 32. Neste caso, os cargos provinciais (somados a outras ocupações) responderam por um total de 92 honras ou títulos, sendo 76 deles de titulares e apenas 14 “Grandes” (9 deles referentes a fazendeiros e 6 a negociantes, capitalistas e proprietários). Se considerado, contudo, o impressionante número de vice-presidentes de província, e também de deputados provinciais, tudo aponta para as outras ocupações como mais importantes para a nobilitação do que o exercício de algum cargo provincial.

4.7 Auxílio às forças imperiais

A razão de titulação “Auxílio às forças imperiais” abarca todos aqueles que receberam seus títulos por terem auxiliado o governo imperial no combate a movimentos como a Farroupilha, a Sabinada, a Revolta Liberal de 1842, a Praieira e a Guerra do Paraguai, tenha tal auxílio se dado em dinheiro, efetivos ou suprimentos. Pela primeira tabela abaixo, é

notável que a variante simples de “Auxílio às forças imperiais” não constituiu indicativo de nobilitação, pois seu número foi baixíssimo: 1 título de barão sem grandeza para Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí), em 1845, por ter atuado na Farroupilha como coronel da Guarda Nacional; e 5 títulos (2 titulares e 3 “Grandes”), entre 1866 e 1871, ligados à Guerra do Paraguai.

Tabela 33:

Auxílio às forças imperiais (1840-1889)										
Títulos concedidos para aqueles que auxiliaram as forças imperiais	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	1									1
1850-1859										0
1860-1869	1	1	1							3
1870-1879	1					1				2
1880-1889										0
TOTAL POR TÍTULO	3	1	1	0	0	1	0	0	0	6
MÉDIA POR ANO	0,06	0,02	0,02	0	0	0,02	0	0	0	0,12
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, tão somente auxiliaram as forças imperiais.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Se a variante simples de “Auxílio às forças imperiais” recebeu 3 titulares e 3 “Grandes”, “Auxílio às forças imperiais” com outras “razões” abarcou 5,7% (47) dos 826 titulares e 4,2% (13) dos 307 “Grandes” ao longo do Segundo Reinado, ou 5,3% (60) dos 1.133 títulos, o que é um índice baixo de nobilitação, exceto para a década de 1860. Nesse período, os titulados nessa categoria (auxílio + outras razões) chegaram a receber 26% (45) dos 173 títulos ofertados; sendo agraciados, entretanto, com 71,1% (32) de títulos baixos e 28,9 (13) de títulos “grandes”. Sua representatividade, portanto, fica restrita à década de 1860.

Tabela 34:

Auxílio às forças imperiais com Outras Razões (1840-1889)										
Títulos concedidos para aqueles que auxiliaram as forças imperiais com Outras Razões	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	5					1				6
1850-1859	1									1
1860-1869	31	4	5	1		2	2			45
1870-1879	5			2		1				8
1880-1889										0
TOTAL POR TÍTULO	42	4	5	3	0	4	2	0	0	60
MÉDIA POR ANO	0,84	0,08	0,1	0,06	0	0,08	0,04	0	0	1,2
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, além de prestar auxílio às forças imperiais, também exerciam outras funções/atividades (senador, deputado geral, vice-presidente de província, deputado provincial, diretor, fazendeiros, capitalistas, negociantes, proprietários e empregado do Paço).										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Tabela 35:

Fazendeiros que auxiliaram as forças imperiais (1840-1889)										
Títulos concedidos para Fazendeiros que auxiliaram as forças imperiais	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	5					1				6
1850-1859										0
1860-1869	30	4	3	1		2	2			42
1870-1879	4			2						6
1880-1889										0
TOTAL POR TÍTULO	39	4	3	3	0	3	2	0	0	54
MÉDIA POR ANO	0,78	0,08	0,06	0,06	0	0,06	0,04	0	0	1,08
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos os fazendeiros que auxiliaram as forças imperiais no momento ou nos anos imediatamente anteriores à nobilitação.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Dentre os que receberam títulos também por auxiliar as forças imperiais, o grupo que mais se destaca é o dos fazendeiros, que recebeu 54 títulos (4,7%) dos 1.133 possíveis (5,1% de titulares e 3,9% de “Grandes”), atingindo seu nível mais alto na década de 1860 com 24,3% (42) dos 173 títulos dados no período. Apenas 6 títulos, do total de 60, não foram concedidos para fazendeiros.

Tabela 36:

Capitalistas/Negociantes/Proprietários que auxiliaram as forças imperiais (1840-1889)										
Títulos concedidos para Capitalistas/Negociantes/Proprietários que auxiliaram as forças imperiais	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849										0
1850-1859										0
1860-1869	1									1
1870-1879	1									1
1880-1889										0
TOTAL POR TÍTULO	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
MÉDIA POR ANO	0,04	0	0	0	0	0	0	0	0	0,04

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

4.8 Diretores

Os Diretores, por sua vez (como explicado no capítulo 2), são todos aqueles que tiveram funções de destaque como fundadores, presidentes ou efetivamente diretores em instituições de clara importância política, como Institutos Agrícolas (por exemplo, o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, criado em 1859 com a presença do imperador d. Pedro II), bancos (Banco do Brasil), companhias de estradas de ferro (como a Companhia Mogiana de Vias Férreas que atuava entre o Rio de Janeiro e São Paulo) e afins. Entre 1840 e 1889, foram ofertados 53 títulos para diretores e diretores com outras funções, sendo 39 para titulares (4,7%) e 14 para “Grandes” (4,6%).

Tabela 37:

Diretores (1840-1889)										
Títulos concedidos para Diretores	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849										0
1850-1859	1									1
1860-1869	2						1			3
1870-1879	1					1				2
1880-1889	15	2		1						18
TOTAL POR TÍTULO	19	2	0	1	0	1	1	0	0	24
MÉDIA POR ANO	0,38	0,04	0	0,02	0	0,02	0,02	0	0	0,48
OBSERVAÇÃO: estão sendo considerados todos aqueles que, por ocasião da titulação, exerciam apenas a função de diretor.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Tabela 38:

Diretor com Outras Razões (1840-1889)										
Títulos concedidos para Diretor com Outras Razões	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849		1								1
1850-1859						1				1
1860-1869	5	2					1			8
1870-1879	4		1	2						7
1880-1889	8		1			2	1			12
TOTAL POR TÍTULO	17	3	2	2	0	3	2	0	0	29
MÉDIA POR ANO	0,34	0,06	0,04	0,04	0	0,06	0,04	0	0	0,58
OBSERVAÇÃO: estão sendo considerados todos aqueles que, por ocasião da titulação, exerciam o cargo de diretor e também outras funções (vice-presidente de província, oficial do Exército, fazendeiro, capitalista, negociante, proprietário e empregado do Paço).										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

4.9 Família, Igreja, “outros” casos e sem informação

Nesta seção, casos específicos e únicos como as categorias “Família”, “Igreja”, “Sem informação” e “Outros” foram agrupados, dada sua baixa representatividade, mas analisados de forma independente.

Família

A categoria “Família” abrange as viúvas de homens influentes e/ou nobilitados que receberam o título após a morte dos maridos – como uma espécie de recompensa pelos serviços prestados pelos falecidos –, e também o curioso caso do 2º barão de Santa Luzia, Quintiliano Rodrigues da Rocha Franco, que recebeu o título, em 1846, ao se casar com a viúva do 1º barão de Santa Luzia, Maria Alexandrina de Almeida, que residia em Minas Gerais. Ao todo, 18 títulos foram concedidos para “Família” simples e “Família” agregada, correspondendo por 1,6% dos 1.133 títulos do Segundo Reinado, um índice baixo de titulação, mas responsável por titular 3 condessas e 1 marquesa: Engrácia Maria da Costa Ribeiro Pereira se tornou condessa da Piedade, em 1854, após ficar viúva do senador José Clemente Pereira; Mariana Barroso Pereira de Carvalho, condessa do Rio Novo em 1880, viúva de José Antônio Barroso de Carvalho, visconde do Rio Novo, fazendeiro na Paraíba do Sul (Rio de Janeiro); Maria Romana Bernardes da Rocha, marquesa de Itamarati em 1887, viúva de Francisco José da Rocha [Leão], conde de Itamarati, negociante, proprietário e capitalista no Rio de Janeiro; e Maria Cândida Rooke, condessa de Andaraí em 1889, viúva de Militão Máximo de Sousa, visconde de Andaraí, capitalista e negociante no Rio de Janeiro.

Tabela 39:

Família (1840-1889)										
Títulos concedidos para Família	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	1									1
1850-1859	1						1			2
1860-1869	2									2
1870-1879	1			1		1				3
1880-1889	2			3			2	1		8
TOTAL POR TÍTULO	7	0	0	4	0	1	3	1	0	16
MÉDIA POR ANO	0,14	0	0	0,08	0	0,02	0,06	0,02	0	0,32
OBSERVAÇÃO: foram contabilizados em “Família” as viúvas de homens influentes e o 2º barão de Santa Luzia, que recebeu o título por ter se casado com a viúva do 1º barão de Santa Luzia.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Outros 2 títulos foram dados para o que classificamos como “Família e outras razões”: um título de baronesa sem grandeza, em 1875, para Maria Luzia de Sousa Aranha (2ª baronesa de Campinas) que era fazendeira em Campinas (São Paulo), produtora de café e algodão, e viúva do coronel Francisco Egídio de Souza Aranha, iniciador do plantio de café na vila de São Carlos (São Paulo); e um título de viscondessa com grandeza, em 1887, para Benedita Bicudo Salgado Lessa (viscondessa de Paraibuna com grandeza), cafeicultora em São Paulo, e viúva de Custódio Gomes Varela Lessa, barão de Paraibuna, fazendeiro em São Paulo.

Na razão “Família” predomina a nobilitação de mulheres. Durante todo o Segundo Reinado, 26 mulheres receberam títulos de nobreza e, neste ponto, cabe um esclarecimento. Dado o número de 858 homens nobilitados e as listas das baronesas, viscondessas, condessas e duquesa (de Caxias) que constam no *Almanak Laemmert*, parece estranho o fato de termos apenas 26 mulheres nobilitadas. Contudo, existia uma diferença entre os títulos femininos concedidos por decreto e aqueles recebidos por serem consorte. Quando o titulado com decreto havia sido o marido, a esposa podia usar seu título e designação que, nesse caso, era designado consorte. Luis Alves de Lima e Silva, por exemplo, foi titulado duque de Caxias por decreto e sua esposa, Ana Luísa Viana, se tornou, desta feita, duquesa de Caxias, consorte. Já no caso das viúvas, seus títulos foram ofertados por decreto, daí o reduzido

número de apenas 26. Esse também é mais um motivo que chama a atenção no caso do 2º barão de Santa Luzia: ao se casar com a baronesa consorte e viúva do 1º barão de Santa Luzia, foi Quintiliano Rodrigues da Rocha Franco que recebeu o título com decreto.

As mulheres nobilitadas não receberam títulos apenas como “Família” ou “Família com outras razões”: 4 delas receberam o título ou elevação de título, com decreto, por serem fazendeiras, sem outra razão conjunta. Em 1854, Francisca Elisa Xavier se tornou a 1ª baronesa da Soledade (cafeicultora e produtora de açúcar em Vassouras, Rio de Janeiro); Maria Teresa de Sousa Fortes (1ª baronesa de Monte Verde, em 1861, e viscondessa de Monte Verde, em 1867) era cafeicultora em Minas Gerais; Maria Luzia de Sousa Aranha (viscondessa de Campinas, em 1879), cafeicultora em São Paulo; e Inês de Castro Monteiro da Silva (baronesa de São José do Rio Preto, em 1882), fazendeira em Minas Gerais.

Igreja

A Igreja recebeu 8 títulos altos (6 condes e 2 marqueses) ofertados para 7 membros do alto clero, representando 2,6% dos 307 “Grandes” distribuídos durante o Segundo Reinado. O baixo índice de titulação para essa categoria foi compensado pelo alto grau hierárquico dos títulos concedidos. Dos 8 títulos, 3 possuíam outra razão agregada ao motivo da titulação: cargo do Paço e assento na Câmara dos Deputados.

Tabela 40:

Alto Clero (1840-1889)										
Títulos concedidos para o Alto Clero	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849										0
1850-1859							1			1
1860-1869							1	1		2
1870-1879										0
1880-1889							1	1		2
TOTAL POR TÍTULO	0	0	0	0	0	0	3	2	0	5
MÉDIA POR ANO	0	0	0	0	0	0	0,06	0,04	0	0,1
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, eram tão somente ligados à Igreja.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Tabela 41:

Alto Clero com Outras Razões (1840-1889)										
Títulos concedidos para o Alto Clero com Outras Razões	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849							1			1
1850-1859										0
1860-1869							1			1
1870-1879										0
1880-1889							1			1
TOTAL POR TÍTULO	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
MÉDIA POR ANO	0	0	0	0	0	0	0,06	0	0	0,06
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos aqueles que, por ocasião da titulação, além de pertencerem ao alto clero, também exerciam outras funções (empregado do Paço e deputado geral).										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

D. Pedro II ofertou 5 títulos para 2 arcebispos e 2 bispos. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, conde de Irajá em 1845, foi professor de teologia no Seminário Episcopal de Olinda, deputado geral por Pernambuco em duas legislaturas (1834-1837; 1838-1841) e pelo Rio de Janeiro em uma (1845-1847), deputado provincial por Pernambuco (1838-1839). Foi também Capelão-mor do Paço. Nomeado bispo do Rio de Janeiro em 10 de fevereiro de 1839, deu a bênção nupcial para d. Pedro II e batizou os filhos do imperador⁴. Romualdo Antônio de Seixas (conde de Santa Cruz em 1858 e marquês de mesma designação em 1860), nomeado arcebispo da Bahia em 12 de outubro em 1826, foi deputado geral pelo Pará (1826-1829; 1838-1841) e pela Bahia (1834-1837; 1843-1844), e presidente da Câmara dos Deputados (1826-1829; 1838-1841). Pediu ao povo, por meio de pastorais, o restabelecimento da ordem e respeito à lei durante a Cabanagem. Presidiu a sagração de d. Pedro II em 1841 e foi pregador da Capela Imperial⁵. Manuel Joaquim da Silveira, conde de São Salvador em 1868, foi o 18º arcebispo da Bahia, reitor do Seminário Episcopal de São José no Rio de Janeiro, cargo que ocupou por seis anos. Em 1864, nomeado como vice-capelão-mor, realizou o casamento da princesa Isabel com Gastão d’Orléans, conde d’Eu, em 15 de outubro, e da

⁴ ZUQUETE, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, v. 3, p. 619; *Archivo Nobiliárquico*, p. 196, 197; Sacramento BLAKE, vol. 6, p. 164-167.

⁵ ZUQUETE, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, v. 3, p. 695; *Archivo Nobiliárquico*, p. 414, 415; Sacramento BLAKE, vol. 7, p. 154-159.

princesa Leopoldina com Augusto de Saxe-Coburgo-Gota em 15 de dezembro⁶. Antônio Ferreira Viçoso, conde da Conceição em 1868, foi nomeado bispo de Mariana em 7 de janeiro de 1843, assumindo em 1844. Em Carta Pastoral de 13 de outubro de 1871, afirmou que aqueles que verdadeiramente queriam a paz e o bem da nação deviam estar firmes nos sentimentos antiescravagistas.⁷

Já a princesa Isabel agraciou 3 bispos com 3 títulos, todos em 1888. José Pereira da Silva Barros, conde de Santo Agostinho, foi professor de latim no Seminário de São Paulo e deputado provincial por São Paulo (1866-1867; 1868-1869), e ainda capelão-mor do Paço e bispo de Olinda em 1881⁸. Luís Antônio dos Santos, marquês de Monte Pascoal, bispo do Ceará, nomeado em 31 de janeiro de 1859, e 20º arcebispo da Bahia, nomeado em 15 de novembro de 1879. Foi também Reitor do Seminário Episcopal de Mariana⁹. Por fim, Pedro Maria de Lacerda, conde de Santa Fé, professor no Seminário episcopal (Mariana), nomeado Bispo do Rio de Janeiro em 1868. Atuou como capelão-mor e, em 1º de outubro de 1871, escreveu uma Carta Pastoral sobre a libertação dos escravos.¹⁰

“Outros” casos

Não foi possível fugir à categoria “Outros” nesta pesquisa. Ela abarca motivos para a titulação que não se encaixam nas outras categorias de razão da titulação. Nesta seção, estão casos como o de Bernardo José da Gama, visconde de Goiana em 1830, que pleiteou indenização pelos danos que, de acordo com ele, havia sofrido no exercício de suas funções (desembargador do Tribunal da Relação de Pernambuco em 1822; desembargador do Tribunal da Relação da Bahia em 1824; ministro do Império em 1831; presidente da Província do Pará em 1831; e deputado geral pelo Pará entre 1834 e 1837) e que, em 1845, recebeu honras de grandeza para o seu título de visconde. Constam ainda indivíduos que receberam o título por serem médicos, professores das faculdades de Direito e Medicina, por terem conseguido a libertação em massa de escravos, auxiliarem no combate a epidemias, contribuírem com a instrução pública, ou ainda, pela construção de um hospital.

---

⁶ ZUQUETE, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, v. 3, p. 710; *Archivo Nobiliárquico*, p. 463, 464; BARMAN, *Imperador Cidadão*, p. 234; Sacramento BLAKE, vol. 6, p. 128-130.

⁷ ZUQUETE, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, v. 3, p. 598; *Archivo Nobiliárquico*, p. 132; Sacramento BLAKE, vol. 1, p. 166-168; HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno. *História da igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 1977. Tomo II, p. 163.

⁸ ZUQUETE, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, v. 3, p. 699; *Archivo Nobiliárquico*, p. 428, 429; Sacramento BLAKE, vol. 5, p. 134, 135.

⁹ ZUQUETE, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, v. 3, p. 653; *Archivo Nobiliárquico*, p. 295; Sacramento BLAKE, vol. 5, p. 358, 359.

¹⁰ ZUQUETE, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, v. 3, p. 696; *Archivo Nobiliárquico*, p. 416, 417; Sacramento Blake, vol. 7, p. 54-56; HOORNAERT, *História da igreja no Brasil*, tomo II, p. 163.

Tanto “Outros” simples como “Outros” agregados constituem um índice baixíssimo de nobilitação e representatividade: ao todo, foram 22 títulos (20 titulares e 2 “Grandes”), correspondendo a 1,9% dos 1.133 títulos concedidos.

Tabela 42:

Títulos com Razões Variadas (“Outros”) (1840-1889)										
Títulos com razões variadas (“Outros”)	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849		1								1
1850-1859										0
1860-1869	2									2
1870-1879	4									4
1880-1889	6									6
TOTAL POR TÍTULO	12	1	0	0	0	0	0	0	0	13
MÉDIA POR ANO	0,24	0,02	0	0	0	0	0	0	0	0,26
OBSERVAÇÃO SOBRE A CATEGORIA “OUTROS”: Na década de 1840, as honras de grandeza (1) foram ofertadas como forma de indenização pleiteada pelo barão, por alegar ter sofrido danos no exercício de suas funções. As razões dos dois baronatos da década de 1860: construção de um hospital e auxílio em uma epidemia em Recife; dos quatro baronatos da década de 1870: professor da Faculdade de Medicina da Bahia, serviços prestados à instrução pública na Bahia (razão de dois baronatos), cirurgião da Guarda Nacional da Corte no posto de tenente; dos seis baronatos na década de 1880: médico no Rio Grande do Sul, médico em Belém do Pará, professor catedrático de Direito Criminal da Faculdade de Direito do Recife, alforria de grande número de escravos em Alegrete (Rio Grande do Sul), inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro, professor catedrático de Patologia Cirúrgica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e médico no Rio de Janeiro.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Tabela 43:

Títulos com Razões Variadas (“Outros”) e Outras Razões (1840-1889)										
Títulos com razões variadas (“Outros”) e Outras Razões	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849	1									1
1850-1859										0
1860-1869	2									2
1870-1879	2			1						3
1880-1889	2		1							3
TOTAL POR TÍTULO	7	0	1	1	0	0	0	0	0	9
MÉDIA POR ANO	0,14	0	0,02	0,02	0	0	0	0	0	0,18
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos os títulos que, além da categoria “Outros”, também exerciam outras funções/atividades (fazendeiro, negociante, proprietário e empregado do Paço).										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

Sem informação

Neste item, entraram todas as nobilitações cujas razões não puderam ser determinadas.

Ao todo, foram 34 títulos sem informação¹¹ sobre a razão, sendo 33 de baronatos sem grandeza e apenas 1 de baronato com grandeza. Dois pontos sobre esses números devem ser

¹¹ Lista dos titulados sem informação sobre a razão da titulação – Década de 1850: José Inácio Gomes Barbosa (Barão de Suaçuí), Minas Gerais; Manuel Alves dos Reis Lousada (Primeiro Barão de Guafba), Rio Grande do Sul. Década de 1870: Antônio Francisco Tinta (Barão de Taitinga), Bahia; Francisco Gonçalves Penha (Barão de São Tomé), Minas Gerais; Joaquim Simões de Paiva (Segundo Barão de Monte Santo com grandeza), Bahia; Manuel Antônio dos Passos e Silva (Barão de Tacaruna), Pernambuco; Francisco Rodrigues Pereira de Queirós (Barão de Santa Cecília), Minas Gerais; Eufrásio Lopes de Araújo (Barão de São José do Norte), Rio Grande do Sul; Francisco Antônio Afonso (Barão de Vila Isabel), Rio Grande do Sul; Antônio Caetano Pereira (Barão de Ibirapuitã), Rio Grande do Sul; Antônio dos Santos Neiva (Barão de Minas Novas), Minas Gerais. Década de 1880: João José de Magalhães (Barão do Ouro Branco), Minas Gerais; José Maria de Almeida (Segundo Barão de Belém), Bahia; Leopoldo Antunes Maciel (Segundo Barão de São Luís), Rio Grande do Sul; Maria Rosa Alexandrina de Macedo (Baronesa de Maria Rosa), Minas Gerais; José Antônio de Sepúlveda e Vasconcelos (Barão da Várzea), Bahia; Porfírio Pereira Fraga (Segundo Barão de Capivari), Bahia; Antônio José Gomes Bastos (Segundo Barão de Catas Altas), Minas Gerais; Antônio Cândido de Melo (Barão de Toropi), Rio Grande do Sul; Honorato Antônio de Lacerda Paim (Barão de Lacerda Paim), Bahia; Alcides Rodrigues Pereira (Barão de Lamim), Minas Gerais; Antônio Bento Dias de Melo (Segundo Barão de Cametá), Pará; Antônio Dias Maciel (Segundo Barão de Araguari), Minas Gerais; Antônio Teixeira Diniz (Barão de Campo Místico), Minas Gerais; Carlos Batista de Castro (Barão de Itaípe), Minas Gerais; Francisco das Chagas Campos (Barão de Itapecerica), Minas Gerais; Francisco Dionísio de Faria (Segundo Barão de Abadia), Bahia; João Gualberto Martins da Costa (Barão de São José da Lagoa), Minas Gerais; João Machado de Novais Melo (Barão de Piaçabuçu), Alagoas; José Eleutério de Sousa (Barão de São Romão), Minas Gerais; José Luciano de Sousa Guimarães (Barão de São Francisco da Glória), Minas Gerais; Luís Antônio Simões de Meireles (Barão de Açu da Torre), Bahia; Manuel Joaquim Cabral de Melo (Barão de São Francisco das Chagas), Minas Gerais; Marcelino de Assis Tostes (Barão de São Marcelino), Minas Gerais.

esclarecidos: 34 títulos ficaram sem o motivo da titulação, mas todos os *loci* foram determinados; e a maior quantidade dos sem informação sobre a titulação está localizada na década de 1880, quando a nobilitação de baronatos sem grandeza tornou-se exponencial. Tal ausência, portanto, não prejudica a análise dos *loci* e das razões de titulação, dado que seu número fica em 3% do total de títulos concedidos no Segundo Reinado, o que para uma pesquisa com esse volume de fontes, e um universo grande de nobilitados, é baixíssimo.

Tabela 44:

Títulos sem informação (1840-1889)										
Títulos sem informação	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL GERAL POR DÉCADA
2º Reinado (por década)										
1840-1849										0
1850-1859	2									2
1860-1869										0
1870-1879	8		1							9
1880-1889	23									23
TOTAL POR TÍTULO	33	0	1	0	0	0	0	0	0	34
MÉDIA POR ANO	0,66	0	0,02	0	0	0	0	0	0	0,68
OBSERVAÇÃO: estão sendo contabilizados todos os títulos classificados como sem informação na “Razão da Titulação”.										

Referências: “Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado”, listadas separadamente, ao final, no item **Fontes e bibliografia**.

APÊNDICE A – Tabelas de Títulos por Províncias (1840-1889)

Títulos por Província (1840-1849)											
Distribuição de Títulos por Província	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL SIMPLES POR Província/ Local	TOTAL AGREGADO POR Província/ Local
2º Reinado (1840-1849)											
Paço	1			1			3			5	5
Capital	5	3	1		1	4		2		16	18
Capital/Paço	1						1			2	
Alagoas										0	0
AL/Capital e/ou Paço										0	
Bahia	4									4	10
BA/Capital e/ou Paço	1	2			1	2				6	
Ceará	1									1	1
CE/Capital e/ou Paço										0	
Espírito Santo		1								1	2
ES/Capital e/ou Paço	1									1	
Goiás										0	0
GO/Capital e/ou Paço										0	
Maranhão	1									1	1
MA/Capital e/ou Paço										0	
Mato Grosso										0	0
MT/Capital e/ou Paço										0	
Minas Gerais	8	1								9	11
MG/Capital e/ou Paço	2									2	
Pará										0	1
PA/Capital e/ou Paço					1					1	
Paraíba										0	0
PB/Capital e/ou Paço										0	
Pernambuco	1									1	6
PE/Capital e/ou Paço	4					1				5	
Piauí										0	1
PI/Capital e/ou Paço						1				1	
Rio de Janeiro	18	7	3			1				29	31
RJ/Capital e/ou Paço	1						1			2	
Rio Grande do Norte										0	0
RN/Capital e/ou Paço										0	
Rio Grande do Sul	1					1				2	2
RS/Capital e/ou Paço										0	
Santa Catarina										0	0
SC/Capital e/ou Paço										0	
São Paulo	6									6	6
SP/Capital e/ou Paço										0	
Sergipe	2									2	2
SE/Capital e/ou Paço										0	
Outros casos										0	0
TOTAL POR TÍTULO	58	14	4	1	3	10	5	2	0	97	97
MÉDIA POR ANO	5,8	1,4	0,4	0,1	0,3	1	0,5	0,2	0	9,7	9,7
OBSERVAÇÃO: As províncias do Amazonas e do Paraná foram criadas, respectivamente, em 1850 e 1853. Por essa razão, não aparecem nesta tabela.											

Títulos por Província (1850-1859)											
Distribuição de Títulos por Província	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL SIMPLES POR Província/ Local	TOTAL AGREGADO POR Província/ Local
2º Reinado (1850-1859)											
Paço										0	0
Capital	2		3		1	3	2	2		13	17
Capital/Paço			2			2				4	
Alagoas	2									2	2
AL/Capital e/ou Paço										0	
Amazonas										0	0
AM/Capital e/ou Paço										0	
Bahia	4			1		1				6	9
BA/Capital e/ou Paço			1			2				3	
Ceará				1						1	1
CE/Capital e/ou Paço										0	
Espírito Santo										0	0
ES/Capital e/ou Paço										0	
Goiás										0	0
GO/Capital e/ou Paço										0	
Maranhão	3									3	5
MA/Capital e/ou Paço	1		1							2	
Mato Grosso										0	0
MT/Capital e/ou Paço										0	
Minas Gerais	8		1							9	14
MG/Capital e/ou Paço		1				3		1		5	
Pará	3									3	3
PA/Capital e/ou Paço										0	
Paraíba										0	0
PB/Capital e/ou Paço										0	
Paraná	1									1	1
PR/Capital e/ou Paço										0	
Pernambuco	3									3	10
PE/Capital e/ou Paço	1	2	1			2		1		7	
Piauí										0	0
PI/Capital e/ou Paço										0	
Rio de Janeiro	21	8				4	1			34	41
RJ/Capital e/ou Paço	2					5				7	
Rio Grande do Norte										0	0
RN/Capital e/ou Paço										0	
Rio Grande do Sul	3									3	6
RS/Capital e/ou Paço	1		1					1		3	
Santa Catarina										0	0
SC/Capital e/ou Paço										0	
São Paulo	7	3								10	10
SP/Capital e/ou Paço										0	
Sergipe										0	1
SE/Capital e/ou Paço		1								1	
Outros casos										0	0
TOTAL POR TÍTULO	62	15	10	2	1	22	3	5	0	120	120
MÉDIA POR ANO	6,2	1,5	1	0,2	0,1	2,2	0,3	0,5	0	12	12

Títulos por Província (1860-1869)											
Distribuição de Títulos por Província	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL SIMPLES POR Província/ Local	TOTAL AGREGADO POR Província/ Local
2º Reinado (1860-1869)											
Paço	1						1			2	2
Capital	7	1	6			3	2	2		21	27
Capital/Paço			4			1	1			6	
Alagoas	1	2								3	3
AL/Capital e/ou Paço										0	
Amazonas										0	0
AM/Capital e/ou Paço										0	
Bahia	16	3					1			20	25
BA/Capital e/ou Paço	2		3							5	
Ceará	2									2	2
CE/Capital e/ou Paço										0	
Espírito Santo										0	0
ES/Capital e/ou Paço										0	
Goiás										0	0
GO/Capital e/ou Paço										0	
Maranhão	1									1	1
MA/Capital e/ou Paço										0	
Mato Grosso	2									2	3
MT/Capital e/ou Paço	1									1	
Minas Gerais	9			1						10	11
MG/Capital e/ou Paço	1									1	
Pará										0	1
PA/Capital e/ou Paço						1				1	
Paraíba	2									2	2
PB/Capital e/ou Paço										0	
Paraná										0	1
PR/Capital e/ou Paço		1								1	
Pernambuco	15					1				16	22
PE/Capital e/ou Paço	3		1			1	1			6	
Piauí	1									1	1
PI/Capital e/ou Paço										0	
Rio de Janeiro	26	4	4			3	3			40	44
RJ/Capital e/ou Paço	2		1			1				4	
Rio Grande do Norte										0	0
RN/Capital e/ou Paço										0	
Rio Grande do Sul		1	1							2	6
RS/Capital e/ou Paço			1	1		1		1		4	
Santa Catarina										0	0
SC/Capital e/ou Paço										0	
São Paulo	11			1						12	13
SP/Capital e/ou Paço						1				1	
Sergipe	4									4	4
SE/Capital e/ou Paço										0	
Outros casos*	2	2				1				5	5
TOTAL POR TÍTULO	109	14	21	3	0	14	9	2	1	173	173
MÉDIA POR ANO	10,9	1,4	2,1	0,3	0	1,4	0,9	0,2	0,1	17,3	17,3

*MG/RJ (barão sem grandeza – 1; honras de grandeza para barão – 1; visconde com grandeza – 1)
PR/RS (barão sem grandeza – 1)
RJ/SP (honras de grandeza para barão – 1)

Títulos por Província (1870-1879)											
Distribuição de Títulos por Província	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL SIMPLES POR Província/ Local	TOTAL AGREGADO POR Província/ Local
2º Reinado (1870-1879)											
Paço	9	2			1	1				13	13
Capital	26			1	1	8				36	46
Capital/Paço	8					2				10	
Alagoas	3									3	3
AL/Capital e/ou Paço										0	
Amazonas										0	0
AM/Capital e/ou Paço										0	
Bahia	14		1	2	1	2				20	26
BA/Capital e/ou Paço	3	1				2				6	
Ceará	2									2	3
CE/Capital e/ou Paço	1									1	
Espírito Santo	1									1	1
ES/Capital e/ou Paço										0	
Goiás										0	0
GO/Capital e/ou Paço										0	
Maranhão	2									2	2
MA/Capital e/ou Paço										0	
Mato Grosso	1									1	1
MT/Capital e/ou Paço										0	
Minas Gerais	26									26	30
MG/Capital e/ou Paço	2					1		1		4	
Pará	1									1	2
PA/Capital e/ou Paço						1				1	
Paraíba	1									1	1
PB/Capital e/ou Paço										0	
Paraná	2									2	2
PR/Capital e/ou Paço										0	
Pernambuco	13			2						15	15
PE/Capital e/ou Paço										0	
Piauí										0	1
PI/Capital e/ou Paço	1									1	
Rio de Janeiro	34	5	1	1		4		1		46	61
RJ/Capital e/ou Paço	5	1		1		7	1			15	
Rio Grande do Norte	2									2	2
RN/Capital e/ou Paço										0	
Rio Grande do Sul	13					1				14	18
RS/Capital e/ou Paço	1			1		2				4	
Santa Catarina										0	1
SC/Capital e/ou Paço	1									1	
São Paulo	16			6	1					23	29
SP/Capital e/ou Paço	1		1	2		1		1		6	
Sergipe	3									3	3
SE/Capital e/ou Paço										0	
Outros casos*	1			1						2	2
TOTAL POR TÍTULO	193	9	3	17	4	32	1	3	0	262	262
MÉDIA POR ANO	19,3	0,9	0,3	1,7	0,4	3,2	0,1	0,3	0	26,2	26,2
*MG/RJ (visconde sem grandeza – 1) RJ/SP (barão sem grandeza – 1)											

Títulos por Província (1880-1889)											
Distribuição de Títulos por Província	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL SIMPLES POR Província/ Local	TOTAL AGREGADO POR Província/ Local
2º Reinado (1880-1889)											
Paço	2	1	4	1		2	1			11	11
Capital	31	3	3	5	1	4	2	1		50	70
Capital/Paço	4		4	2		6	2	2		20	
Alagoas	6									6	8
AL/Capital e/ou Paço	1					1				2	
Amazonas	1									1	5
AM/Capital e/ou Paço	3		1							4	
Bahia	15	1					2			18	25
BA/Capital e/ou Paço	2		1	2		1		1		7	
Ceará	1			1						2	3
CE/Capital e/ou Paço						1				1	
Espírito Santo	4									4	5
ES/Capital e/ou Paço	1									1	
Goiás										0	0
GO/Capital e/ou Paço										0	
Maranhão	3									3	6
MA/Capital e/ou Paço	1					2				3	
Mato Grosso	1									1	2
MT/Capital e/ou Paço						1				1	
Minas Gerais	60			4						64	73
MG/Capital e/ou Paço	3		1	1		3	1			9	
Pará	6									6	10
PA/Capital e/ou Paço	4									4	
Paraíba										0	2
PB/Capital e/ou Paço	1	1								2	
Paraná	2			3						5	7
PR/Capital e/ou Paço	2									2	
Pernambuco	24			4						28	36
PE/Capital e/ou Paço	6		1			1				8	
Piauí	1									1	5
PI/Capital e/ou Paço	2					1		1		4	
Rio de Janeiro	63	2	1	10		4	6	1		87	111
RJ/Capital e/ou Paço	10	1	2	2		5	4			24	
Rio Grande do Norte	1									1	2
RN/Capital e/ou Paço						1				1	
Rio Grande do Sul	16			2						18	21
RS/Capital e/ou Paço	1						2			3	
Santa Catarina			1							1	2
SC/Capital e/ou Paço						1				1	
São Paulo	49			7	2	2	4	2		66	71
SP/Capital e/ou Paço	4			1						5	
Sergipe										0	0
SE/Capital e/ou Paço										0	
Outros casos*	4	1		1						6	6
TOTAL POR TÍTULO	335	10	19	46	3	36	24	8	0	481	481
MÉDIA POR ANO	33,5	1	1,9	4,6	0,3	3,6	2,4	0,8	0	48,1	48,1

*BA/SE (barão sem grandeza – 1)
MG/RJ (barão sem grandeza – 1; honras de grandeza para barão – 1; visconde sem grandeza – 1)
MG/RJ/Capital (barão sem grandeza – 1)
RJ/SP/Paço (barão sem grandeza – 1)

Títulos por Província – Segundo Reinado (1840-1889)											
Distribuição de Títulos por Província	Barão	Honras de Grandeza posteriores	Barão com grandeza	Visconde	Honras de Grandeza posteriores	Visconde com Grandeza	Conde	Marquês	Duque	TOTAL SIMPLES POR Província/ Local	TOTAL AGREGADO POR Província/ Local
2º Reinado (1840-1889)											
Paço	13	3	4	2	1	3	5			31	31
Capital	71	7	13	6	4	22	6	7		136	178
Capital/Paço	13		10	2		11	4	2		42	
Alagoas	12	2								14	16
AL/Capital e/ou Paço	1					1				2	
Amazonas	1									1	5
AM/Capital e/ou Paço	3		1							4	
Bahia	53	4	1	3	1	3	3			68	95
BA/Capital e/ou Paço	8	3	5	2	1	7		1		27	
Ceará	6			2						8	10
CE/Capital e/ou Paço	1					1				2	
Espírito Santo	5	1								6	8
ES/Capital e/ou Paço	2									2	
Goiás										0	0
GO/Capital e/ou Paço										0	
Maranhão	10									10	15
MA/Capital e/ou Paço	2		1			2				5	
Mato Grosso	4									4	6
MT/Capital e/ou Paço	1					1				2	
Minas Gerais	111	1	1	5						118	139
MG/Capital e/ou Paço	8	1	1	1		7	1	2		21	
Pará	10									10	17
PA/Capital e/ou Paço	4				1	2				7	
Paraíba	3									3	5
PB/Capital e/ou Paço	1	1								2	
Paraná	5			3						8	11
PR/Capital e/ou Paço	2	1								3	
Pernambuco	56			6		1				63	89
PE/Capital e/ou Paço	14	2	3			5	1	1		26	
Piauí	2									2	8
PI/Capital e/ou Paço	3					2		1		6	
Rio de Janeiro	162	26	9	11		16	10	2		236	288
RJ/Capital e/ou Paço	20	2	3	3		18	6			52	
Rio Grande do Norte	3									3	4
RN/Capital e/ou Paço						1				1	
Rio Grande do Sul	33	1	1	2		2				39	53
RS/Capital e/ou Paço	3		2	2		3	2	1	1	14	
Santa Catarina			1							1	3
SC/Capital e/ou Paço	1					1				2	
São Paulo	89	3		14	3	2	4	2		117	129
SP/Capital e/ou Paço	5		1	3		2		1		12	
Sergipe	9									9	10
SE/Capital e/ou Paço		1								1	
Outros casos*	7	3		2		1				13	13
TOTAL POR TÍTULO	757	62	57	69	11	114	42	20	1	1.133	1.133
MÉDIA POR ANO	15,14	1,24	1,14	1,38	0,22	2,28	0,84	0,4	0,02	22,66	22,66

*BA/SE (barão sem grandeza – 1)
MG/RJ (barão sem grandeza – 3; honras de grandeza para barão – 2; visconde com grandeza – 3)
PR/RS (barão sem grandeza – 1)
RJ/SP (barão sem grandeza – 1; honras de grandeza para barão – 1); RJ/SP/Paço (barão sem grandeza – 1)

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)

Fundo Ministério do Império (Código 53):

Código 15: Decretos Gerais – Graças Honoríficas – registros de decretos

Código 562: Decretos Soltos – Titulados.

Fontes Online

Anais da Câmara dos Deputados. Disponível em:
<<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>.

Anais do Senado do Império. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp>.

Anuário Estatístico do Brasil. Disponível em:
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=720>>.

“Decreto de 18 de setembro de 1841. Ordena que os Vice-Presidentes das Províncias sejam da livre nomeação do Imperador”. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1841*, parte 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>.

“Lei No. 234 – de 23 de novembro de 1841. Creando hum Conselho d’Estado”. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1841*, parte 1, p. 58-60. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>.

Relatórios de presidentes de província. Disponível em:
<<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>>.

Relatórios de Ministros. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial>>.

MORAES, Alexandre Jose de Mello. *Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia

- Brasileira, 1839. Disponível em:
<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179475>>
- MORAES, Alexandre Jose de Mello. *Chronica geral do Brazil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1886. Disponível em:
<<https://archive.org/details/chronicageraldo00moragoog>>.
- MORAES, Alexandre Jose de Mello. *Chronica geral e minuciosa do Imperio do Brazil: Desde a descoberta do novo Mundo ou America até o anno de 1879*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1879. Disponível em:
<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182899>>.
- MORAES FILHO, Alexandre Jose de Mello. *Fatos e memórias*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904. Disponível em:
<<https://archive.org/details/factosememorias01filhgoog>>.
- MORAES, Alexandre Jose de Mello. *História do Brasil-Reino e Brasil-Imperio*. Tomo I. Rio de Janeiro: Typ. Dr. Pinheiro, 1871. Disponível em:
<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182897>>.

Bibliografia

- ADAMSON, John (Ed.). *The princely courts of Europe: ritual, politics and culture under the Ancien Régime 1500-1750*. Londres: Seven Dials, 2000.
- ALENCASTRO, Luis Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil, de Southey*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.
- AUBERT, Pedro Gustavo. *Entre as ideias e a ação: o visconde de Uruguai, o direito e a política na consolidação do Estado nacional (1850-1866)*. 2011. 201 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Tese de Doutorado, UNICAMP, 2001.

- BARMAN, Roderick. “Uma nobreza no Novo Mundo. A função dos títulos no Brasil Imperial”. In: *Mensário do Arquivo Nacional*. Ano 4 – Nº 6 – 1973. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- BARMAN, Roderick. *Brazil: the forging of a nation (1798-1852)*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. São Paulo: UNESP, 2012.
- BENTIVOGLIO, Julio. “Palacianos e aulicismo no Segundo Reinado – a facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de d. Pedro II”. *Revista Esboços*, n. 23, vol. 17, 2010, p. 187-221.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. *Ministros da Fazenda, 1808-1983*. Rio de Janeiro, 1983.
- BRASIL. Senado Federal. *Notícia dos Senadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179483>.
- BUENO, José Antônio Pimenta (marquês de São Vicente). *Direito público brasileiro e a análise da Constituição do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- CABRAL, Dilma (Org.). *Estado e administração: a corte joanina no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.
- CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil*. v. 1 e 2. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CASTRO, M. Vianna de. *A aristocracia rural fluminense*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1961.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, Sergio Corrêa da. *As quatro coroas de d. Pedro I*. Rio de Janeiro: Record

- Editora, 1968.
- COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- CUNHA, Rui Vieira da. *Estudo da nobreza brasileira*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores: Arquivo Nacional, 1966.
- CUNHA, Rui Vieira da. *Figuras e fatos da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça: Arquivo Nacional, 1975.
- CUNHA, Rui Vieira da. *O parlamento e a nobreza brasileira*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- DANTAS, Monica Duarte. “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado Nacional brasileiro”. In: *Fórum Rumos da Cidadania*. Campos do Jordão, São Paulo: Instituto Prometeus de Estudos Ambientais, Culturais e Políticos, 2010.
- DANTAS, Monica Duarte. *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Sergio Buarque de Holanda na USP”. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 8, n. 22, set./dec. 1994.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial. Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar do Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. 2010. 211 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, 1994.

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GALVÃO, Miguel Arcanjo. *Relação dos cidadãos que tomaram parte do governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1969.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. “Barões numa perspectiva reticular: análise de redes sociais, poder e nobreza na Zona da Mata Mineira no Segundo Reinado”. *Tempo*, n. 30, 2009.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GUERRA, Flávio. *A questão religiosa do segundo império brasileiro: fundamentos históricos*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. São Paulo: Annablume, 2011.
- HESPANHA, António Manuel. “O Constitucionalismo monárquico português. Breve Síntese”. *Historia Constitucional*, n. 13, 2012, p. 477-526. Disponível em: <<http://www.historiaconstitucional.com>>.
- HESPANHA, Antonio Manuel. *História de Portugal moderno: político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A Herança Colonial – Sua Desagregação”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II: O Brasil Monárquico, Volume 3: O Processo de Emancipação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos da História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II: O Brasil Monárquico, Volume 7: Do Império à República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno. *História da igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 1977. Tomo II.

- JARNAGIN, Laura. "The role and structure of the Brazilian Imperial Nobility in society and politics". In: *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXIX. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979, p.99-157.
- LACOMBE, Lourenço Luis. *História Administrativa do Brasil. Organização e Administração do Ministério do Império*. Coord. de Vicente Tapajós. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984.
- LACOMBE, Lourenço Luis. *Os chefes do executivo fluminense*. Série Monografias 1. Petrópolis, RJ: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Museu Imperial, 1973.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- LIMA, Cândido Pinheiro Koren de (Ed.). *Nobiliário das famílias de Portugal*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2006.
- LOUSADA, Maria Alexandre. "D. Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da nobreza titulada portuguesa". *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n. 4, nov. 1989.
- LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LUZ, Nícia Villela. "A monarquia brasileira e as repúblicas americanas". *Journal of Inter-American Studies*, n. 3, vol. 8, jul. 1966, p. 358-370.
- LYRA, Augusto Tavares de. *Instituições políticas do império*. Brasília, DF: Senado Federal; Universidade de Brasília, 1979.
- LYRA, Heitor. *História da queda do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, 2 vols.
- LYRA, Heitor. *História de D. Pedro II (1825-1891)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977. 3 v.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1956.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

- MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. “O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. *Revista Almanack Braziliense*, nº 2, São Paulo, novembro de 2005.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo regime*. Estudos e investigações 36. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- NEDELL, Jeffrey. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação”. *Almanack Braziliense*, n. 10, nov. 2009, p. 5-22.
- NEQUETE, Lenine. *O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência. I – Império*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1973.
- OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honras, Mercês e Venalidade em Portugal (1641 – 1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.
- OLIVEIRA, Débora Villela. *A “sólida e estável” Monarquia nos Trópicos: Imagens sobre o Brasil e os Brasileiros no livro Brazil and The Brazilians – Portrayed in Historical and Descriptive Sketches, de Kidder e Fletcher, 1857*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*. Lisboa: Associação da nobreza histórica de Portugal, 2002.
- PANG, Eul-Soo. *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press, 1988.
- PASIN, José Luiz. *Os barões do café: titulares do Império no Vale do Paraíba paulista*. Aparecida: Vale Livros, 2001.

- PINHO, José Wanderley de Araújo. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1959.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RASTEIRO, Natércia Maria Carvalho. *Sociabilidades gastronômicas no Portugal Contemporâneo: práticas, modelos e espaços: sociabilidades burguesas encenadas no espaço privado*. Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2010.
- RHEINGANTZ, Carlos. *Titulares do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.
- RODRIGUES, José Honório. *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- RODRIGUES, José Honório. *O Conselho de Estado: o quinto poder?*. Brasília, DF: Senado Federal, 1978.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins; TORRÃO, Maria Manuel (orgs.). *Pequena nobreza de aquém e de além-mar: poderes, patrimónios e Redes*. Lisboa: s.n., 2011.
- SÁ NETTO, Rodrigo. *O Império brasileiro e a secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1821-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/2010/imprio_brasileiro.pdf>.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus juízes 1609-1751*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- SILVA, Camila Borges da. *O Símbolo Indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.
- SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de doutorado, DH-FFLCH-USP, 2006.
- SLENES, Robert W. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888”. In: COSTA, Iraci del. *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: InPE, 1986.
- SORIA MESA, Enrique (Ed.). *Las élites en la época moderna : la monarquía española*. Córdoba: Universidad de Córdoba, Servicio de Publicaciones, [2009].

- SORIA MESA, Enrique. *La nobleza en la Espana moderna: cambio y continuidad*. Madrid: Marcial Pons Ediciones de Historia, 2007.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello e. “Raymundo Faoro: Os Donos do Poder”, *In*: Lourenço Dantas MOTA (Org.). *Introdução ao Brasil: Um banquete nos Trópicos*. São Paulo: Editora Senac, 1999.
- STEIN, Stanley. *Vassouras: Um Município Brasileiro do Café 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- TAUNAY, Affonso de E. *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- TAUNAY, Afonso de E. *Pequena História do Café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.
- TOSTES, Vera Lucia Bottrel. *Estrutura familiar e simbologia na nobreza brazonada: províncias do Rio de Janeiro e São Paulo - Século XIX*. São Paulo: 1989.
- VASCONCELOS, Francisco de. *A Nobreza do século XIX em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2003.

Fontes e Bibliografia utilizadas para levantamento dos *loci* e “razões” das nobilitações do Segundo Reinado

Fontes

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)

Graças Honoríficas Conferidas no Brasil entre 1808-1891.

Série Interior

IJJ9: Negócios de províncias e estados.

*IJJ9 538 – Código do Fundo: AA – Presidentes, Vice-presidentes e Secretários de Província. Assentamentos, nomeações, posses (1864-1878).

*IJJ9 543 – Código do Fundo: AA – Vice-presidentes de Províncias. Assentamentos (1849-1859).

*IJJ9 544 – Código do Fundo: AA – Presidentes, Vice-presidentes e Secretários de Província. Assentamentos (1878-1889).

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

I - 48, 19, 58: Lista das pessoas que serviam e foram nomeadas membros da SAIN por S. M. I quando ela foi instalada.

I - 48, 19, 62: Lista dos 25 membros efetivos da SAIN.

I - 48, 19, 63: Matrícula do Srs. membros da SAIN no dia 3 de setembro 1837.

I - 48, 19, 64: Matrícula Geral dos membros da SAIN em 20 de agosto de 1837.

Fontes Impressas

CONGRESSO Agrícola. Rio de Janeiro, 1878. Edição Fac-similar dos anais. Introdução e notas de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

TRABALHOS do Congresso Agrícola do Recife. Outubro de 1878. Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Recife, Typ. de Manoel Figueiroa Faria & Filhos, 1879. Edição Fac-similar publicada pela Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco. CEPA-PE, 1978.

Dicionários

Barão de VASCONCELLOS; Barão SMITH DE VASCONCELLOS. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCCXVIII. Disponível em: <<http://booksnow1.scholarsportal.info/ebooks/oca5/37/archivonobiliarc00vascuoft/archivonobiliarc00vascuoft.pdf>>.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas*: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 2 v. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1104>>.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br>.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221687>>.

GABÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Recife, PE: Companhia Editora de Pernambuco, 2006.

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. *Diccionario bio-bibliographico sergipano*. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti, 1925. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/70121926/Diccionario-Biobibliografico-Armindo-Guarana#scribd>>.

GUIMARÃES, Argeu. *Diccionario bio-bibliographico brasileiro de diplomacia, política, externa e direito internacional*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1938.

SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1027>>.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ZUQUETE, Afonso (Org.). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Edições Zairol, 2000. 3 v.

Fontes online

Almanak Administrativo da Província do Maranhão (1869-1875). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/almanak-administrativo-da-provincia-do-maranh%C3%A3o/706981>>.

Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Pará (1868-1873). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/almanak-administrativo-mercantil-e-industrial/705985>>.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia (1854-1863). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/almanak-administrativo-mercantil-e-industrial-da-bahia/706825>>.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco (1860-1864). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/almanak-administrativo-mercantil-e-industrial-da-provincia-de-pernambuco/706345>>.

Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola [de Pernambuco] (1869, 1875 e 1881). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706060&pasta=ano%20188&pesq=>>>.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro [Almanaque Laemmert] (1844-1889). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394b&pesq=>>>; <<http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>>; <<https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/familiascearenses/conversations/topics/121>>.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1891). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20189&pesq=>>>.

Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província do Espírito Santo (1884-1889). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/almanak-administrativo-mercantil-industrial-e-agricola-da-provincia-do-esp%C3%AAdrito-santo/707309>>.

Almanak da Província das Alagoas (1873-1880). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/almanak-da-provincia-das-alagoas/706035>>.

Almanak da Província de São Paulo (1873, 1888). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/almanak-da-provincia-de-s%C3%A3o-paulo/448370/>>.

Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/annaes-assemblea-legislativa-provincial-rio-janeiro/218740>>.

Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Gerais para o anno de 1865. Disponível em: <<https://archive.org/details/almanakadminist00olivgoog>>.

Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas Gerais do anno de 1872 para servir no de 1873. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=393428>>.

Almanak da Província de São Paulo (1873). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=448370&pasta=ano%20187&pesq=>>>.

Almanak da Província de São Paulo (1884, 1887, 1888). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829161&pasta=ano%20188&pesq=>>>.

Almanach de Franca: com variadissima e desenvolvida parte historica, biographica, literaria, industrial, charadistica, commercial e annunciante (1911). Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

Almanach Administrativo Historico Estatisco e Mercantil da Provincia do Amazonas (1884). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=824259&pesq=>>>.

Almanak da Provincia das Alagoas (1873-1880). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706035&pesq=>>>.

Certidão de Óbito do 2º Barão de Bonfim José Jerônimo de Mesquita. Disponível em: <<https://familysearch.org/photos/stories/7531301>>.

Folhinha de Almanack, ou, Diario Ecclesiastico e Civil para as Provincias de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceara e Alagoas (1859-1863).

Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/folhinha-de-almanack-ou-diario-ecclesiastico-e-civil-para-provincias-de-pernambuco-parahyba-rio>>.

O Auxiliador da Indústria Nacional (1833-1896). Disponível em:

<<http://hemerotecadigital.bn.br/o-auxiliador-da-industria-nacional/302295>>.

História do Poder Legislativo do Amazonas (1871-1889). Disponível em:

<http://legislador.aleam.gov.br/Legislacao_1871_1889/index.htm>.

Inventário de José Resende de Carvalho, barão de Conceição da Barra. Disponível em:

<<http://www.projetocompartilhar.org/DocsMgGL/joseresendedecarvalho1893.htm>>.

Inventário de João Evangelista de Almeida, barão de Santa Bárbara. Disponível em:

<<http://www.projetocompartilhar.org/DocsMgGL/joaoevangelistadealmeida1903marianadealmeidaduque1924.htm>>.

Inventário de Luiza Amália de Lemos, esposa do barão do Rio Verde. Disponível em:

<<http://www.projetocompartilhar.org/DocsMgGL/luizaamaliadelemos1842.htm>>.

Jornal A província de Minas (28/09/1889). Disponível em:

<<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=16942>>.

Jornal Diário de Notícias. Rio de Janeiro (25/12/1887). Disponível em:

<<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHBG, 1839-1889.

Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>>.

Site do Supremo Tribunal Federal. Ministros do Supremo Tribunal de Justiça. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/ministro.asp?periodo=stj&tipo=alfabetico>>.

ANDREA, Francisco Jose de Sousa Soares de. Falla dirigida a Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, na abertura da sessão ordinaria do anno de 1846, pelo presidente da província Francisco Jose de Sousa Soares d'Andrea. Bahia: Tipografia de Galdino Jose Rizerra e Companhia, 1846. Disponível em:

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/109/>>; <<https://archive.org/details/rpebahia1846>>.

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Proposta e Relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro dos Negócios da Fazenda. Manoel Alves Branco. 2ª sessão da 6ª legislatura. Rio de Janeiro, 1845. Disponível em: <<https://archive.org/details/rmfazenda1844b>>.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Proposta e Relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro dos Negócios da Fazenda. Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. 3ª sessão da 6ª legislatura. Rio de Janeiro, 1846. Disponível em: <<https://archive.org/details/rmfazenda1845>>.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Proposta e Relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Joaquim José Rodrigues Torres. 1ª sessão da 8ª legislatura. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: <<https://archive.org/details/rmfazenda1849a>>.
- Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242552>>.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno biographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. do Imperial Instituto Artístico, 1876. 3 v. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179448>>.
- MORAES, Frederico Augusto Pereira de. *Subsídios para a história do Ypanema*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. Disponível em: <<https://archive.org/details/subsidiosparaah00verggoog>>.
- RELATORIO apresentado á assembléa geral dos accionistas da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor em 31 de março de 1868. Rio de Janeiro: Typ. Progresso, 1868. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242385>>.
- SCHNEIDER, Luiz. *A guerra da triplice alliança (Imperio do Brazil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o governo da Republica do Paraguay (1864-1870) com cartas e planos*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1875-1876. 2 v.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemerides mineiras (1664-1897)*. 4 v. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221689>>.

Bibliografia

- ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. *A economia brasileira do Império, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Departamento de Economia. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td584.pdf>>.
- AITA, Carmen; AXT, Günter; ARAUJO, Vladimir (orgs.). *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.
- ALBUQUERQUE, Samuel Medeiros de. “Aspectos do baronato sergipano”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 34, p. 105-127, 2003-2005. Disponível em: <<http://www.ihgse.org.br/revistas/34.pdf>>.
- ALMEIDA, Maria da Gloria Santana de. Uma unidade açucareira em Sergipe - O engenho Pedras. *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A propriedade rural*. Aracaju, set. 1975. São Paulo: FFLCH-USP, 1976, p. 511-549. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=16581>>.
- ANDRÉA, Júlio. *A Marinha Brasileira: Florões de glórias e de epopéias memoráveis*. Rio de Janeiro, 1955.
- ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. 2010. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1231.pdf>>.
- AZEVEDO, Denio S. O barão de Maruim e o processo de mudança da capital. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 38, 2009, p. 155-165. Disponível em: <<http://www.ihgse.org.br/revistas/38.pdf>>.
- BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. *Sergipe – Governadores e Presidentes da Província (1821 – 1889): Subsídios Biografico-genealógicos*. 2 partes. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/sergipe-presidentes-da-provincia-i/>>.
- BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. *Tribunal da Relação da Corte – 1875: Subsídios Biográfico-Genealógicos*. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/tribunal-da-relacao-da-corte.pdf>>.
- BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-

- 22, p.177-238, 1998-1999. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n21_22_p177.pdf>.
- BAS, Natalia. *Brazilian images of the United States, 1861-1898: A working version of modernity?* 2011. 367 f. Tese PhD – University College London, London, 2011. Disponível em: <<http://discovery.ucl.ac.uk/1324514/>>.
- BELLOMO, Harry Rodrigues. *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889*. Vitória, ES: Leoprint, 1884. 2 v.
- BOITEUX, Henrique. *Nossos Almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1915-1921, 4 v.
- BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araújo de Aragão. *Titulares Baianos*. [S.l.: s.n.], 1946. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/uranoandrade/titulares-baianos>>
- CALMON, Pedro. *História da casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3. ed. rev. Salvador, Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.
- Carlos Eduardo de Almeida BARATA, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Titulares do Ceará*. 2 partes. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/ceara-titulares-cearenses-i/>>.
- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Insurreição Praieira. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 8, p. 5-38, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11691>>.
- CARVALHO, Mario Teixeira de. *Nobiliário Sul Rio-Grandense*. Porto Alegre: Renascença, Edigal, 2011.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1972.
- CASTRO, Chico. *Marquês de Paranaguá*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2282>>.
- CASTRO, Renato Berbert de. *Os vice-presidentes da província da Bahia*. Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.
- CORIANE, Ari. Barão de Guaraúna. *Diário dos Campos*, 10 jul 2014. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/blogs/ruas-da-historia/2014/07/barao-de-guarauna/20063/>>.

- COSTA, Kelerson Semerene. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões (1616-1920)*. 2002. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/180850520/Homens-e-Natureza-na-Amazonia-Brasileira#scribd>>.
- COUTINHO, Milson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Editora Instituto Geia, 2005. Disponível em: <<http://content.yudu.com/Aygvvm/FidalgoseBares/resources/395.htm>>.
- CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Paraenses ilustres*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória, ES: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Provincia_do_espirito_santo.pdf>.
- DANIELI NETO, Mario. *Escravidão e indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895*. 2006. 194 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000412561>>.
- DANTAS, Leiliam Cruz; GUIMARÃES, Luiz Eduardo Cid; BARROS, Raquel Andrade. Inovação e conhecimento nas pequenas empresas do setor sucroalcooleiro: o caso dos engenhos de cana-de-açúcar do Brejo Paraibano. *XXVI ENEGEP*, Fortaleza, CE, 9 a 11 de Outubro de 2006. Disponível em: <http://www.academia.edu/1125665/Inova%C3%A7%C3%A3o_e_conhecimento_nas_pequenas_empresas_do_setor_sucroalcooleiro_o_caso_dos_engenhos_de_cana-de-a%C3%A7%C3%Bacar_do_Brejo_Paraibano>.
- DIRETORIA de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil. *Banco do Brasil: 200 anos – 1964-2008*. Belo Horizonte: Del Rey, Fazenda Comunicação & Marketing, 2010. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/LivroBB2.pdf>>.
- FEITOZA, Leonardo Matos; MOTTA, Renato Ramalho. Meandros e prerrogativas para conquista do baronato no brasil oitocentista: Antônio Dias Coelho e Melo o barão da Estância e seus artifícios para nobilitação. *VI Simpósio Nacional Estado e Poder*. Cultura. São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe, 2010, p. 1-12.

Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT3/GT3-LEONARDO.pdf>>.

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Minas e a Política Imperial: reformas eleitorais e representação política no Parlamento brasileiro (1853-1863)*. 2015. 465 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *O banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-66)*. Disponível em:

<<http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/ThiagoGambiOSegundoBancodoBrasil.pdf>>.

GENOVEZ, Patrícia Falco. *As Malhas do Poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.

Disponível em: <<http://www.ufjf.br/cliodel/files/2009/10/COD04003.pdf>>.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, Hugo Victor. *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará. Assembléias Legislativas 1835-1947*. Fortaleza: Editora Jurídica, 1952. Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/AA00000242/00001/1j>>.

HEROLD, Marc. *The import of European sugar machinery to offset the sugar crisis in Bahia, 1875-1914*. *Revista de Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 11-37, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://hp.unifor.br/pdfs_notitia/3569.pdf>.

JAVARI, Jorge João Dodsworth, barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no império*. 3. ed. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

JESUS, Ronaldo Pereira de. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). *Locus – Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/74.pdf>>.

LAGO, Laurenio. *Brigadeiros e generais de d. João VI e d. Pedro I no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.

LAGO, Laurênio. *Os generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13101_v3.pdf>.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a restinga*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27287_v2.pdf>
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Serra*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27286_v4.pdf>.
- LEAL, Maria das Graças de Andrade. Candeal: ocupação e constituição de um bairro em Salvador – Bahia (Séculos XVIII-XX). *Tempos Históricos*, Paraná, v. 18, p. 537-558, 2º Sem. 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/11627>>.
- LEANDRO, H. W.; SANTOS, D. W. S. dos. “Grandes Famílias” e estruturação do espaço do poder em Sergipe: grupos familiares e dinâmicas do poder. *Scientia Plena*, Sergipe, v. 6, n. 12(b), 2010. Disponível em: <<http://www.scientiaplenu.org.br/sp/article/viewFile/315/85>>.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat, 1904-1905. 9 v. <<https://archive.org/details/GenealogiaPaulistana>>.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Supremo Tribunal de Justiça do Império: 1828-1889*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O império dos Souza Breves nos oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim Breves*. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1367.pdf>>.
- LUZ, Estêvão de Melo Marcondes. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do cômego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2008. Disponível em: <<http://base.repositorio.unesp.br/handle/11449/93178?show=full>>.
- MARIZ, Celso. *Memória da Assembléia Legislativa: Aumentada e atualizada por Deusdedit Leitão*. João Pessoa, PB: A União, 1987 (1946).

- MARTINS, Marcos Lobato. A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna no Alto Jequitinhonha, décadas de 1870-1890. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 611-638, set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612008000300007>.
- MARTINS, Marcos Lobato. A Mineração de Diamantes e a Administração Geral dos Terrenos Diamantinos: Minas Gerais, Décadas de 1830-1870. *Revista de História*, São Paulo, n. 167, p. 130-163, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/49076>>.
- MARTINS, Maria Fernanda. O círculo dos grandes: um estudo sobre política, elites e redes no Segundo Reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). *Locus – Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 93-122, 2007. Disponível em: <<http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2712>>.
- MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado. 1996. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 1996. Disponível em: <<http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2014/07/Casa-Pia-Colegio-final.pdf>>.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
- MEIRA, Chéli Nunes; VAHL, Mônica Maciel. A instrução pública e a atuação da Câmara Municipal de Pelotas (1846-1852). *X ANPED SUL*, Florianópolis, out. 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1220-0.pdf>.
- MESQUITA, José de. *Genealogia matogrossense*. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1992. Disponível em: <http://www.jmesquita.brtdata.com.br/1992_Genealogia%20Matogrossense.pdf>.
- MORAES, Cleonice Gonçalves de; RECKZIEGEL, Jeffrey Vacheliski; PEREIRA, Lucas Pessoa; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. *Os maiores da Princesa do Sul: 1870-1931. Seminário de História da Arte*, v. 1, n.1, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/47>>.
- NETTO CAMPELO, Manoel. *História Parlamentar de Pernambuco*. Recife, PE: Assembléia Legislativa, 1979.

- NEVES, Edson Alvisi. *Magistrados e negociante na corte do império do Brasil (1855-1875)*. 2007. 370 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2153>.
- NICOLAS, Maria. *Cem anos de vida parlamentar. Deputados provinciais e estaduais do Paraná. Assembléias Legislativas e Constituintes 1854-1954*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1954.
- OGNIBENI, Denise. *Charqueadas pelotenses no século XIX: cotidiano, estabilidade e movimento*. 2005. 274 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. <Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp020553.pdf>>.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Estevão Ribeiro de Rezende, o marquês de Valença: política, magistratura e construção do Estado Nacional*. Disponível em: <<http://ce.anpuh.org/download/embornal/carloseduardofran.pdf>>.
- OLIVEIRA, Marina Garcia de. *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. 2013. 223 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14022014-120602/pt-br.php>>.
- PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. Hypolita e sua luta para se manter livre dentro do escravismo no Crato (Ceará) e no Exu (Pernambuco) em 1858. *Temporalidades* – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Minas Gerais, v. 4, n. 2, ago./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/08p352.pdf>>.
- PEREIRA, Cláudio Nunes. *Genealogia Tropeira. Rio Grande do Sul. Séculos XIX e XX*. [S.l.: s.n.], 2004. v. 2. (Coletânea de Material Histórico e Genealógico). Disponível em: <http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=8367&tipo=texto>.
- PERUGINE, Erdna. *A palavra indústria na revista O Auxiliador da Indústria Nacional (1833-1843)*. 1978. 182 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

- PIAZZA, Walter Fernando. *O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984)*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.
- PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo*: Matoim, Novo Caboto, Freguesia (1552-1944). 2. ed. São Paulo: Nacional, 1982.
- REVITALIZAÇÃO do Comércio de Salvador: Um pouco da História do Comércio mostra a importância da região para a cidade. *Jornal Express*. Disponível em: <www.jex.com.br>.
- REZENDE, Carlos Penteado de. Algumas páginas sobre a velha academia de direito de São Paulo. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 72, n. 1, p. 31-79, 1977.
- REZENDE, Joelito de Oliveira. *As origens do ensino da agronomia no Império e duas repercussões no Brasil (Ênfase na História da UFRB)*. Simpósio dos 150 anos do Ensino Agrícola na Brasil (Mesa Redonda). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 24 e 25 de novembro de 2009.
- RODRIGUES, Maria de Lourdes Neves Baptista. *Engenhos de Pernambuco*. Disponível em: <<http://engenhosdepernambuco.blogspot.com.br/>>.
- SANTOS, Nilton Pereira dos. *A fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*. 2009. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09122009-094712/pt-br.php>>.
- SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. *Legislativo paulista: parlamentares, 1835-1998*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.
- SARAIVA, Luiz Fernando. O império em minas gerais: economia e poder na zona da Mata Mineira do século XIX. *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte, MG: Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A075.pdf>.
- SCHWARTZ, Widson. A completa influência dos barões tropeiros. *Diário dos Campos*, 24 fev. 2013. Disponível em:

<http://www.diariodoscamos.com.br/cadernob/2013/02/a-completa-influencia-dos-baroes-tropeiros/966861/>>.

SENA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes – A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*. 2006. 368 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Alfredo Maciel da. *Os generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889: traços biográficos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1940.

SILVA, Antonio Carlos da. *A “boa sociedade” valenciana do século XIX: redes de sociabilidade (1829-1868)*. 2010 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra de Vassouras, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

http://www.uss.br/arquivos/posgraduacao/strictosensu/historiasocial/dissertacoes/Antonio_Carlos_da_Silva_2010.pdf>.

SOARES, Julia Cesar Fidelis. *Resende e Guerra do Paraguai: os Voluntários da Pátria*. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/RGPVP.pdf>>.

STEINBRENNER, Rosane Maria Albino. *Para além da informação: dilemas e desafios da participação*. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2528>>.

TAUNAY, Afonso de Eschagnolle. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. v. 1-8.

TAVARES, Luis Henrique Dias. A economia da província da Bahia na segunda metade do século XIX, *Universitas*, Salvador, n. 29, p. 31-40, jan./abr. 1982. Disponível em: www.portalseer.ufba.br/index.php/universitas/article/download/1264/847>.

VALLE, José Ferraz Ribeiro do. *Uma corte de justiça do Império: o Tribunal da Relação de Pernambuco*. Recife: Tribunal de Justiça, 1983.

VIANNA, Helio. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1968. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/vultos-do-imperio>>.

VIEIRA, Edvânia Lopes. Presença marcante: um estudo em inventários sobre os perfis dos escravos negros em Igarassu (1828 a 1877). *XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Diversidades e (Des)Igualdades. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 7 a 10 de agosto de 2011. Disponível em:

http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308363099_ARQ_UIVO_Salvador.pdf>.

VILLELA, André Arruda. *The political economy of money and banking in imperial Brazil, 1850-1870*. 1999. 332 f. Tese PhD – London School of Economics and Political Science, London, 1999. Disponível em: <http://etheses.lse.ac.uk/334/>>.

VITORINO, Artur José Renda. Política, agricultura e a reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravos para as finanças brasileiras na década de 1850. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 3, p. 463-494, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182008000300005>.

VITORINO, Artur. Política, agricultura e a reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravos para as finanças brasileiras na década de 1850. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 3, p. 463-491, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182008000300005&lng=en&nrm=iso>.